

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Programa de Pós-Graduação em Educação

Vinicius Oliveira Seabra Guimarães

**TRAJETÓRIAS DE VIDA E EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS
DE UM BAIRRO DA PERIFERIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA**

GOIÂNIA
2016

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
Programa de Pós-Graduação em Educação

**TRAJETÓRIAS DE VIDA E EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS
DE UM BAIRRO DA PERIFERIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, sob orientação do Professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte.

GOIÂNIA
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Elaborada pela Biblioteca Central da PUC Goiás

G963t Guimarães, Vinicius Oliveira Seabra
Trajetórias de vida e evasão escolar de jovens de um bairro da periferia de Aparecida de Goiânia / Vinicius Oliveira Seabra Guimarães. -- 2016.
151 f.; 30 cm.

Texto em português com resumo em inglês
Dissertação (mestrado) -- Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, Goiânia, 2016.

Inclui referências p. 117-126

1. Evasão escolar - Aparecida de Goiânia (GO). 2. Juventude - Aspectos sociais - Aparecida de Goiânia (GO). I. Duarte, Aldimar Jacinto. II. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. III. Título.

CDU: 37.091.212.8(043)

**“TRAJETÓRIAS DE VIDA E EVASÃO ESCOLAR DE JOVENS DE UM BAIRRO DA
PERIFERIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA”**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Pontifícia
Universidade Católica de Goiás, aprovada em 27 de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA



Dr. Aldimar Jacinto Duarte / PUC Goiás (Presidente)



Dra. Edna Mendonça Oliveira de Queiroz / UFG



Dr. José Maria Baldino / PUC Goiás

Dra. Cláudia Valente Cavalcante / PUC Goiás (suplente)

Dra. Sandra Maria de Oliveira / SEE-GO (suplente)

DEDICATÓRIA

A Priscilla e Gabriel, pela coautoria nesta empreitada de tempo e dedicação;

A Leudemir e Márcia, pelo cofinanciamento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte pela presteza, orientação e comprometimento acadêmico empreendidos nesta dissertação.

Agradeço aos professores de cada disciplina cursada no Programa de Mestrado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, que contribuíram para uma construção mais burilada desta pesquisa.

Agradeço a Meire de Jesus Fraga, Victor Raul Américo Villalba e Almiro Schulz por terem encontrado disposição e disponibilidade para ler o manuscrito desta dissertação, visando a contribuir para uma maior clareza e coesão do texto.

Agradeço à Professora Dra. Edna Mendonça Oliveira de Queiroz e ao Professor Dr. José Maria Baldino, que contribuíram substancialmente para o aprimoramento, aprofundamento e coerência do texto final desta dissertação.

“Eu não sou morador de rua, sou vítima de um crime contra os direitos humanos! [...] Tenho consciência da minha condição de marginalizado, a sociedade é quem não tem”.

Raimundo Arruda Sobrinho - “O Condicionado” (2011)

Poeta goiano, ex-morador de rua em São Paulo, Brasil

RESUMO

Este trabalho vincula-se à linha de pesquisa intitulada “Educação, Sociedade e Cultura” do Programa de Pós Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Tem como objetivo investigar os fatores socioculturais e históricos inseridos na trajetória de vida de quatro jovens evadidos da escola, com idade entre dezoito e dezenove anos, residentes na 3ª etapa do Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil. Parte-se do seguinte problema: Quais as memórias, as trajetórias escolares e as perspectivas de futuro de quatro jovens pobres residentes em um bairro da periferia de Aparecida de Goiânia? Orientou-se pela perspectiva histórico-dialética e relacional, considerando o movimento inserido na história como fator determinante nas relações cotidianas dos agentes em seus espaços sociais. Amparou-se nos estudos de Richard Hoggart, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Robert Castel, Paul Ricoeur, Aristides Moysés, Ricardo Antunes e David Harvey. Utilizou-se de aplicação de questionários, realização de entrevistas e observações e anotações em diário de campo. No primeiro capítulo apresenta-se o pauperismo e o estado de naturalização da pobreza como algo estrutural, presente na relação com a religião desde a Idade Média, com o Estado na Idade Moderna, com o mundo do trabalho, com a noção de criminalização e com a gestão filantrópica da pobreza. No segundo capítulo faz-se a análise do processo de urbanização empregado no Centro-Oeste brasileiro, busca-se discutir a segregação planejada, que culmina no surgimento de periferias, assim como as novas representações da pobreza no cenário urbano de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Por fim, no terceiro capítulo discute-se o conceito de juventudes e suas especificidades junto às classes populares, dando voz aos sujeitos investigados, para uma melhor compreensão das trajetórias de vida deles próprios. Conclui-se que os jovens do Setor Buriti Sereno vivem, em suas condições objetivas, uma limitação social a estes imposta como construção histórica e fruto de uma intencional segregação urbana, que se dá pelas vias do trabalho informal e da evasão escolar. Constatou-se que o esquecimento e a negação do passado são características peculiares destes jovens, constituindo-se em estratégia de sobrevivência frente à realidade de pauperismo vivenciado pelos agentes.

Palavras-Chave: Juventudes, periferia e evasão escolar.

ABSTRACT

This work is linked to the line of research entitled "Education, Society and Culture" of the Graduate Program in Education at the Catholic University of Goiás. It aims to investigate the sociocultural and historical factors entered in the trajectory of life of four escapees youth of school, aged six nineteen p.m. years living in the 3rd stage of the Buriti Sereno Sector in Aparecida de Goiânia, Goiás, Brazil. a part from the following problem: What memories, school history and future prospects of four poor young people living in a neighborhood on the outskirts of Aparecida de Goiania? Guided by the historical and dialectical and relational perspective, considering the movement inserted in history as a determining factor in the daily relationships of agents in their social spaces. He steadied the studies of Richard Hoggart, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Robert Castel, Paul Ricoeur, Aristides Moyses, Ricardo Antunes and David Harvey. It was used questionnaires, interviews and observations and notes in a field diary. The first chapter presents the pauperism and the state of poverty naturalization as something structural, present in the relationship with religion since the Middle Ages, with the State in the Modern Age, with the world of work, with the notion of criminalization and philanthropic management of poverty. In the second chapter is the analysis of the urbanization process employed in the Brazilian Midwest, we seek to discuss the planned segregation, culminating in the emergence of peripheries, as well as the new representations of poverty in the urban setting of Goiânia and Aparecida de Goiânia . Finally, the third chapter discusses the concept of youth and its specificities with the popular classes, giving voice to the subjects investigated for a better understanding of life their own trajectories. The conclusion is that young people do Buriti Sereno Sector live in their objective conditions, social limitation to these imposed as a historical building and the result of an intentional urban segregation, which is given by way of informal work and truancy. if contacted that oblivion and denial of the past are peculiar characteristics of these young people, being in front survival strategy to pauperism reality experienced by agents.

Key Words: Youths, peripheral and school evasion.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	-	Área Pública Municipal
ASCOM-UFG	-	Assessoria de Comunicação da Universidade Federal de Goiás
CEPAL	-	Comissão Econômica para a América Latina
CMEI	-	Centro Municipal de Educação Infantil
COPIS	-	Coordenação de População e Indicadores Sociais
DPE	-	Diretoria de Pesquisas
ECA	-	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	-	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	-	IDH Ajustado à Desigualdade
IEM	-	Índice de Eficácia Migratória
IESA	-	Instituto de Estudos Socioambientais
ITEGO	-	Instituto Tecnológico de Goiás
IYY	-	<i>International Youth Year</i>
LOAS	-	Lei Orgânica de Assistência Social
NBI	-	Necessidades Básicas Insatisfeitas
NVI	-	Nova Versão Internacional
OMS	-	Organização Mundial da Saúde
ONU	-	Organização das Nações Unidas
PNAD	-	Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio
PPGE	-	Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO
PUC-GO	-	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
TCLE	-	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UBS	-	Unidade Básica de Saúde
UFG	-	Universidade Federal de Goiás
UNICEF	-	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UPA	-	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	5
AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	10
SUMÁRIO	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA NATURALIZAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA.....	21
1.1. A definição do termo pobreza e suas implicações conceituais	22
1.2. A concepção de pobreza na perspectiva teocêntrica medieval	28
1.3. As Poor Laws e o enfrentamento da pobreza	30
1.4. A Revolução Industrial e a ressignificação do pobre	34
1.5. As representações da pobreza no tempo presente	38
1.6. A criminalização e a gestão filantrópica da pobreza	42
CAPÍTULO II - A CIDADE MODERNA COMO ESPAÇO DE SEGREGAÇÃO	48
2.1. A expansão das cidades brasileiras e a segregação socioespacial.....	49
2.2. O processo de urbanização do Centro-Oeste brasileiro	52
2.3. A Região Metropolitana de Goiânia: expansão e desigualdade social	54
2.4. Aparecida de Goiânia e as transformações sociais	59
2.5. O Setor Buriti Sereno como segregação planejada	64
CAPÍTULO III - OS JOVENS URBANOS DE UMA PERIFERIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA.....	72
3.1. A abrangência do conceito de juventudes	73
3.2. Os jovens pesquisados e suas trajetórias de vida	76
3.3. A categoria juventude interpretada pelos próprios jovens pesquisados	82
3.4. Os jovens pesquisados e o território do Setor Buriti Sereno.....	84
3.5. Os jovens pesquisados e o mundo do trabalho	88
3.6. Os jovens pesquisados e a evasão escolar.....	94
3.7. Os jovens pesquisados, o esquecimento e a negação do passado.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS	117
APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS JOVENS	127
APÊNDICE II - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS JOVENS.....	137
ANEXO I - FIGURAS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES	140
ANEXO II - FOTOS DO SETOR BURITI SERENO 3ª ETAPA	144

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo geral investigar os fatores socioculturais e históricos inseridos na trajetória de vida de quatro jovens evadidos da escola com idade entre dezoito e dezenove anos, residentes na 3ª etapa do Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil. O problema que norteou a pesquisa foi: quais as memórias, as trajetórias escolares e as perspectivas de futuro de quatro jovens pobres residentes em um bairro da periferia de Aparecida de Goiânia?

O percurso investigativo se deu a partir dos seguintes objetivos específicos: analisar o conceito de pobreza enquanto categoria central na discussão das condições de vida dos jovens da periferia; analisar o processo de segregação socioespacial das populações das periferias urbanas; investigar a condição juvenil no mundo contemporâneo e sua relação com o processo de segregação socioespacial; estudar o processo de expansão urbana na Região Metropolitana de Goiânia e o impacto sobre as condições de vida da população jovem no município de Aparecida de Goiânia.

A metodologia orientou-se pela perspectiva histórico-dialética¹ e relacional² fundamentadas em autores da Escola de Birmingham³ e em Pierre Bourdieu. A escolha dessa orientação metodológica se deu por compreendermos que a constituição das formulações teóricas e empíricas na construção do objeto e na investigação dos sujeitos da pesquisa, como se propõe, necessitava de uma análise de seus aspectos culturais, históricos, antropológicos, sociológicos e simbólicos, no intuito de compreender as condições de vida dos jovens investigados, tendo em vista a congruência com a linha de pesquisa pela qual se optou no Mestrado, a saber: Educação, Sociedade e Cultura.

A presente pesquisa recorre aos estudos da Escola de Birmingham, por serem esses autores os construtores de uma nova perspectiva acerca da utilização

¹ Perspectiva que leva em consideração o movimento inserido na história como fator determinante nas mudanças das práticas cotidianas, permeadas estas pelas oposições, conflitos e contradições.

² Perspectiva que enfatiza se darem as relações sociais não somente no campo econômico e material, mas também na dimensão simbólica, social e cultural.

³ Os principais representantes dessa escola são: Richard Hoggart, Raymond Williams e Stuart Hall. Esta corrente de pensamento se desenvolveu entre os anos de 1960 a 1970, sendo que em 1964 é fundado o *Center of Contemporary Cultural Studies*, na Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

e centralidade da cultura, denominada Estudos Culturais. A Escola de Birmingham contribui para uma leitura da produção da cultura, da manifestação da cultura popular, da resistência e criação de valores morais e comportamentais. Do ponto de vista dos pioneiros da Escola de Birmingham, a cultura é um fenômeno que perpassa todas as esferas da sociedade e se fixa como a base dos processos de produção e reprodução social.

Nesse viés, para Hoggart (1973), as noções de classe não mais se baseiam exclusivamente nos fatores econômicos, mas, essencialmente, na prática cultural. Para o autor, os meios populares não são ambientes de submissão passiva nem massa de manobra para intentos da classe dominante, mas, sim, construtos de resistência e formação cultural peculiar. A cultura popular, segundo o autor, desvela-se se na literatura, na música, na arte, nos costumes e em outros fatores que compõem o cotidiano das pessoas.

A perspectiva dos Estudos Culturais “se interessa pela cultura dos de baixo, buscando formas de resistência à cultura capitalista nos significados, valores e conhecimentos produzidos pelos que o sistema deixa de fora [...]” (CEVASCO, 2003, p. 36). Posto isso, a concepção de cultura utilizada nesta dissertação não é abstrata, como concebem os defensores da pós-modernidade, mas, sim, concreta e tem relação direta com o modo como a organização social está posta em uma determinada sociedade. Para a autora, os jovens, como subcultura, são férteis contextos investigativos, pois estes estão em rota de oposição com as formas dominantes.

Os estudos de Pierre Bourdieu também vêm contribuir para a sistematização metodológica desta investigação, pois para Bourdieu (2007b), a cultura “constitui um conjunto comum de esquemas fundamentais previamente assimilados, e a partir dos quais se articula” (p. 208). Segundo Oliveira (2013), utilizar os estudos e metodologia de Bourdieu como princípio metodológico inclui admitir um “prisma ainda não visto, mas muitas vezes quase ‘evidente’, porque corriqueiro, cotidiano, e juntar evidências empíricas, de forma sistemática, científica, relacional, rigorosa, que permitissem um olhar uma compreensão da realidade real” (p. 24). Bourdieu também contribui para o percurso metodológico da pesquisa essencialmente pela concepção das categorias *habitus*, violência simbólica, conceito de campo e tipos de capitais.

Para Oliveira (2013), a categoria *habitus* é importantíssima para a compreensão das práticas assimiladas como legítimas e ilegítimas numa

determinada sociedade e num determinado tempo histórico. Pode-se entender por *habitus* o resultado das interações, perceptíveis ou não, que definem a forma de ser do indivíduo num conjunto social. Segundo o autor, os *habitus* se adaptam e se modificam a partir das transformações contemporâneas. Para Bourdieu (1996), “os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas” (p. 22).

De acordo com Alves (2008), a categoria violência simbólica refere-se ao processo que se dá pela castração simbólica das personalidades, condicionando as pessoas ao padrão coletivo aceitável como legítimo. O processo de violência simbólica se desenvolve ao longo da vida do indivíduo como regulador das práticas culturalmente aceitas. Para o autor, Bourdieu tem o mérito de desvelar a escola como um dos mais adequados ninhos de agentes violentadores, fortemente regulamentado pela autoridade coercitiva educativa.

Segundo Bourdieu (2010), o campo social representa os espaços de dominação e conflitos entre as classes sociais e as diferentes culturas, elementos esses que estão em constante subversão entre si, com o intento de classificar, desclassificar e reclassificar os padrões legitimadores. Segundo o autor, o título escolar é um dos principais motivos para que haja concorrência entre os grupos, especialmente entre os jovens.

Conforme Tedesco (1995), é creditada a Pierre Bourdieu a noção de que não há apenas o capital econômico como forma de capital, isto é, forma de troca e valor extrínseco. Por isso, concebeu outras formas de capital, a saber: capital cultural, capital social e capital intelectual. Esse último refere-se à instrução acadêmica e ao nível de conhecimento formal. O capital social refere-se à rede de relacionamentos de cada pessoa, sendo o capital cultural o resultante da interação de todos os capitais que definem o *ethos* de cada pessoa em determinado grupo social.

O percurso utilizado na pesquisa de campo se iniciou a partir da aplicação do questionário aos participantes em potencial, no intuito de identificar alguns dos aspectos que compõem a realidade dos jovens pesquisados, nos dias 28 de setembro de 2015 e 20 de novembro de 2015. Os participantes foram identificados em termos dos seguintes recortes: classe social, etnia, gênero, grau de escolaridade e forma de inserção no mercado de trabalho e nos territórios que habitam.

A amostragem concentrou-se em quatro jovens, tendo como critérios norteadores os seguintes aspectos: territorialidade urbana, condição social, evasão escolar e faixa etária, conforme se observa no questionário apresentado no

Apêndice I e no roteiro de entrevista apresentado no Apêndice II. Desse modo, na pesquisa, não foi priorizado o ponto de saturação entre os entrevistados a partir do número de repetições, por entendermos que a proposta é a observação da trajetória de vida de cada indivíduo com suas particularidades, em diálogos com sua própria condição de sujeito coletivo inserido num contexto histórico-social específico.

O questionário utilizado (vide Apêndice I) é uma adaptação tendo por base o instrumento elaborado pelo grupo de pesquisa *Juventude e Educação* da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), no momento coordenado pelo professor Dr. Aldimar Jacinto Duarte. O questionário foi aplicado nas próprias residências dos jovens, sendo o tempo médio de preenchimento dos questionários de 45 minutos cada. A escolha de aplicar o questionário nas residências dos próprios jovens se deu por entendermos ser este um espaço relativamente neutro de influências institucionais e de representações normativas no bairro.

O questionário foi apresentado inicialmente para quinze⁴ jovens no Setor Buriti Sereno que atendiam aos critérios propostos pela pesquisa, a saber: idade entre 18 e 19 anos, evadidos da escola e residentes no Setor. Optamos também por definir que os jovens tivessem contato, ainda que esporádico, com o *Projeto Renascer*, da Instituição *Missão Tocando as Nações*, por favorecer a proximidade e acessibilidade para o desenvolvimento da pesquisa.

Os jovens foram instruídos individualmente acerca do propósito da pesquisa e, após explicação do intuito do questionário e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), podiam recusar ou aceitar a participação. Sete jovens se recusaram a participar, o que gerou certa dúvida sobre o porquê de tal resistência. As possibilidades que nos parecem ser plausíveis, acerca da relutância dos que não se integraram à pesquisa são duas: primeiro, um perceptível constrangimento por terem abandonado a escola e, por isso, relutarem em dialogar sobre tal situação. Isso ficou perceptível quando, ao serem informados do critério de que era necessário ser um(a) jovem que não mais estava estudando, estes mudavam a feição, em visível constrangimento; e, segundo, o fato de o pesquisador representar uma instituição social atuante no Setor que abarca, entre

⁴ O projeto de pesquisa propõe a investigação de quatro jovens; julgamos interessante, porém, fazer uma sondagem preliminar com quinze jovens, para fins de experimentação e verificação da aceitação da pesquisa. Os quinze jovens contatados pelo pesquisador tinham relativa proximidade com a instituição *Missão Tocando as Nações*, um critério de escolha da amostragem.

outras coisas, valores morais e religiosos, o que pode ter causado nos jovens relativo desencorajamento,

Ao final das duas intervenções para o preenchimento do questionário nos dias 28 de setembro e 20 de novembro de 2015, obtivemos sete recusas e oito questionários devidamente preenchidos. Destes, quatro foram selecionados para prosseguirem na pesquisa na etapa de entrevistas. A escolha dos quatro jovens se deu por atenderem estes aos critérios propostos na pesquisa e por entendermos que eles apresentaram maior acessibilidade.

Os quatro jovens selecionados a partir do preenchimento do questionário foram entrevistados por meio de uma sessão de gravação individual, as quais foram registradas em gravador digital e orientadas por um roteiro de entrevistas, conforme se observa no Apêndice II. As gravações foram feitas nos dias 21 e 23 de novembro de 2015, com a intenção de serem estas entrevistas exploratórias, ou seja, com intento de mapear o campo, colher informações e orientar para as verticalizações da pesquisa. As entrevistas foram feitas nas imediações das residências de cada um dos entrevistados, tendo cada uma o tempo médio de 25 minutos de duração.

As entrevistas foram norteadas pela perspectiva da profundidade, também denominada entrevista aprofundada, em conformidade com a pesquisa qualitativa. A entrevista em profundidade recolhe respostas pessoais acerca de uma possível compreensão da realidade vivida pelos entrevistados, agregando significados e representações sociais⁵. Esta técnica é amplamente utilizada por Bourdieu e se mostrou compatível com os propósitos da pesquisa. Esse tipo de abordagem permitiu a escavação de diversos temas que se inserem na trajetória de vida dos jovens do Setor Buriti Sereno e com ela se relacionam.

A percepção, ao finalizar-se a primeira sessão de entrevista com os jovens e se transcreverem os áudios é de que os agentes apontaram muitos possíveis caminhos para investigação, sem ainda desvelarem, porém, muito de suas trajetórias de vidas, mesmo quando interpelados sobre o porquê da superficialidade de suas respostas. Há, entretanto, alguns momentos nas entrevistas em que os

⁵ O termo “representação social” está sendo utilizado nesta dissertação para designar uma integração e relativa absorção de práticas culturais que se mostram no cotidiano. Sendo assim, refere-se à construção de práticas comportamentais e, portanto, estabelece elos de comunicação entre os sujeitos e o grupo social em que estão inseridos. É tratada neste texto como representação por ter significados coletivos, por dialogar com o *habitus* e por reproduzir o movimento inerente às transformações que ocorrem no contexto sociocultural, pressupostos conceituais que estão em conformidade com a perspectiva de Lefèbvre (1983).

jovens demonstraram relativo interesse e entusiasmo, seja por uma rememoração da infância, ou por um sentimento de marginalização, ou por demonstração de insatisfação com a condição de vida. Por essa razão, as entrevistas, ainda que com aparentes restrições, apontaram caminhos possíveis para aprofundamento.

Na primeira quinzena de dezembro de 2015, tentamos identificar outras formas de abordagem que poderiam favorecer o aprofundamento da pesquisa. Para tanto, foi-lhes proposto que escrevessem, numa redação livre, sobre suas trajetórias de vida. Por duas semanas, contudo, os jovens postergaram, intencionalmente, o encontro que possibilitaria tal apreensão. Essa intervenção foi, então, descartada, por se entender que os jovens se sentiram demasiadamente constrangidos. Tal constrangimento pode ter como causa, a dificuldade com a escrita e a comunicação, como se observa notoriamente nas respostas dos questionários e em outras escritas durante o processo da pesquisa.

No dia 07 de janeiro de 2016, os jovens foram instruídos pelo pesquisador a gravarem sozinhos, quando se sentissem mais a vontade, um relato de sua vida, da relação com os pais, com a escola, com o bairro etc. A intenção foi favorecer a narração de suas próprias trajetórias, a partir do mesmo roteiro de entrevistas utilizado em dezembro de 2015, reforçando e ampliando as informações anteriormente colhidas. O resultado foi considerado satisfatório e agregou informações importantes à pesquisa.

Nos dias 05 e 06 de março de 2016 foi apresentado aos jovens participantes da pesquisa um relato, por escrito, da trajetória de vida de cada um deles, baseado nas informações por eles fornecidas. Foi solicitado aos jovens que lessem e fizessem as correções que julgassem necessárias para a compreensão da trajetória deles. A descrição final está disposta no capítulo III desta dissertação.

Nos dias 13 e 14 de março de 2016 foram feitas visitas à Prefeitura e à Biblioteca Pública Municipal Ursulino Tavares Leão, em Aparecida de Goiânia, para burilar alguns aspectos históricos, sociais e culturais presentes nesta dissertação. Os diálogos foram mediados pela professora e escritora aparecidense Nilda Simone, que indicou literatura e fez considerações sobre a história oficial de Aparecida de Goiânia, assim como percepções da história não oficial. Nas mesmas datas, entramos em contato com a imobiliária Leonardo Rizzo, responsável pelo loteamento do Setor Buriti Sereno na década de 1970, porém não obtivemos nenhum retorno, apesar da insistência.

A última intervenção com os jovens se deu no dia 15 de março de 2016, numa visita ao Setor. Na ocasião, a temática que norteou a interação foi o esquecimento e a negação do passado, fatos perceptíveis durante toda a pesquisa. Para tanto, dialogamos com os jovens sobre a dificuldade de narração percebida nos relatos acerca da trajetória de vida de cada um e, então, o pesquisador perguntou sobre o porquê desta suposta dificuldade. As respostas e os desdobramentos dessa última interação estão dispostos na última sessão do capítulo III desta dissertação.

Outra estratégia utilizada para compreensão da trajetória de vida e *habitus* dos jovens foi o diário de campo, datado, a partir do início da pesquisa de campo, em 28 de setembro de 2015, até a última intervenção, em 15 de março de 2016. O diário de campo é um caderno-registro do qual constam observações, comentários e reflexões dos sujeitos investigados na pesquisa empírica. Segundo Gerhardt (2009), o diário de campo, como técnica de pesquisa, foi, inicialmente, utilizado pela Antropologia, especialmente por Bronislaw Malinowski⁶ (1884-1942), como um diário de bordo para registro de observações e progressão da pesquisa.

Entendemos que o material empírico colhido serve como referência para as análises propostas nos parâmetros da pesquisa qualitativa, pois, como afirma Flick (2009), “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (p. 37). Assim, o percurso metodológico proposto contribui para desvelar e compreender o que está além dos dados vivíveis, preocupando-se com a dimensão da percepção da realidade investigada.

A escolha de fazer o recorte especificamente para Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, deu-se majoritariamente por duas razões: primeiro, por ser o Setor em que o pesquisador vivenciou grande parte de sua infância e juventude, entre 1985 e 2000, valendo-se daqueles espaços urbanos para atividades recreativas, esportivas e afetivas durante os anos citados, sendo, portanto, conhecedor de parte da história e constituição do bairro. Segundo, porque o pesquisador desenvolve junto à comunidade local um projeto social desde 2005, o que favoreceria o acesso aos jovens e a suas rotinas. É preciso salientar que o Setor Buriti Sereno é de grande extensão territorial, com notórias discrepâncias sociais, territoriais e habitacionais

⁶ Bronislaw Malinowski é considerado um dos fundadores da antropologia social e do método da observação participante. Ele desenvolveu parte de suas pesquisas entre os aborígenes da Oceania e fez vários trabalhos de campo e de etnografia com ênfase a observar o processo de mudanças sociais e culturais na sociedade.

dentro do próprio Setor; por essa razão, optamos por restringir a pesquisa à 3ª etapa, que se limita territorialmente conforme disposto na figura 6 (em anexo).

O projeto social desenvolvido no Setor se denomina *Projeto Renascer*, uma parceria entre a Organização não Governamental *Missão Tocando as Nações*⁷ e o *Acampamento Renascer*. A *Missão Tocando as Nações* desenvolve semanalmente atividades comunitárias com aproximadamente sessenta pessoas, entre crianças, adolescentes e jovens residentes no Setor Buriti Sereno. As principais ações desenvolvidas nesses últimos anos foram atividades esportivas, atividades recreativas, aulas de informática, bazar comunitário, aulas de música, aulas de dança, devocionais religiosos, granja sustentável, horta comunitária, oficina de artesanato, oficina de bordado, oficina de leitura, oficina de redação, orientação ambiental, reforço alimentar e reforço escolar.

A escolha de realizar a pesquisa com os jovens que também participam, ainda que esporadicamente, das atividades dessa Associação justifica-se pelo fato de que, nesse espaço, encontra-se um significativo agrupamento de jovens do Setor Buriti Sereno em sua diversidade social. Sendo assim, tivemos a oportunidade de estabelecer contato com diversos grupos de jovens da região. A título de informação, seguindo instruções descritas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), os nomes dos jovens referidos nesta dissertação são fictícios, o que os preserva no anonimato.

O texto desta dissertação se divide em três capítulos, ficando assim dispostos: no primeiro, foi feito um levantamento histórico do estado de naturalização da pobreza, conceituando o termo pobreza, sua origem histórica e aplicação social na Idade Média, no período da Revolução Industrial e, então, no tempo presente. Dá-se ênfase ao fato de que há um intencional controle estatal na condição do trabalhador, especialmente entre os grupos pobres, combatendo a vagabundagem e fomentando a produtividade no cenário capitalista. Há que se destacar ainda as configurações modernas da pobreza que trazem estigmas de

⁷ A *Missão Tocando as Nações* é uma organização não governamental, entidade civil de natureza privada, de caráter evangélico – interdenominacional, com propósitos educacionais, culturais, assistenciais e filantrópicos, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos ou político-partidários, fundada em 07 de março de 2004, devidamente registrada, estabelecendo sua sede provisória, situando-se à Av. Presidente Vargas, Qd. H, Chácara 14, Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, Aparecida de Goiânia, Goiás, CEP: 74942-230. A referida instituição não recebe verbas governamentais e se mantém por meio de doações voluntárias de pessoas físicas.

classe perigosa, favorecendo a noção de criminalização e gestão filantrópica da pobreza.

No segundo capítulo, foi realizada uma abordagem foi pelas vias da urbanidade, demonstrando que a cidade é o *locus* privilegiado de desenvolvimento da riqueza, mas também é o cenário ideal para agrupamentos de pauperismo nas periferias. A análise perpassa a lógica do êxodo rural e desvela o planejado escopo de segregação social entranhado na expansão das cidades brasileiras, sendo que na história do Centro-Oeste brasileiro, especialmente Goiânia e Aparecida de Goiânia, descortina-se a lógica da especulação imobiliária como força motriz do processo de ocupação urbana. O Setor Buriti Sereno, criado o final da década de 1970, tipifica essa realidade de periferia urbana e desvela os desarranjos sociais como resultados de uma segregação planejada.

No terceiro capítulo, os sujeitos que compõem a pesquisa ganham voz e tecem com suas próprias vidas as tramas e os dramas de serem jovens de um bairro de periferia da cidade de Aparecida de Goiânia. Dessa forma, a pesquisa agrega consonância com o movimento “história-vista-de-baixo” que, como explica Burke (1992), considera “as opiniões de pessoas comuns sobre seu próprio passado” (p. 16). Para tanto, privilegia-se o resgate da memória dos jovens, mas também se dá atenção ao esquecimento e à negação do passado como características latentes.

CAPÍTULO I - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA NATURALIZAÇÃO DO ESTADO DE POBREZA

MAZELAS

Moribundos do silêncio da noite são eles.
Os mendigos, que no sono do descaso vivem
A espera de um amanhã incerto.
Sem teto.
Sem cama.
Sem leito modesto.
Vida miserável que aos olhos dos políticos corruptos,
Passa-se por normal.
(FREITAS, 2015, p. 61)

O poema acima margeia a temática nuclear deste capítulo em que analisaremos a construção histórica do conceito de pobreza, suas mutações e, especialmente, sua naturalização. O percurso se inicia a partir das práticas sociais existentes na Idade Média e tenciona tatear a lógica da pobreza no tempo presente. O recorte histórico inicial, proposto neste capítulo, irá perfazer uma construção da noção de pobreza pela perspectiva teocêntrica medieval, desvelando a naturalização existente na relação entre os abastados e os desafortunados no referido período histórico. Posteriormente, será feita uma análise das primeiras leis, conhecidas como *Poors Laws*, que enfatizavam a figura do pobre e suas relações sociais, assim como o controle estatal sobre os pobres efetivado por meio do trabalho.

Ainda no mesmo capítulo, foram analisados os impactos da Revolução Industrial e do capitalismo na formatação sociológica e histórica da pobreza. Sendo assim, a ênfase recairá na forma de indignização dos pobres pelo trabalho nas indústrias e fábricas da época, especialmente no cenário europeu. Em seguida, será delineado que, no período pós Revolução Industrial, acontecerá notório desemprego estrutural, que culminará na subproletarização do trabalho, transformando significativamente a relação do pobre com o mundo do trabalho, a partir desse momento histórico.

A decorrência imediata da subproletarização do trabalhador moderno será a estigmatização do pobre com o crime, fazendo surgir a criminalização da pobreza como senso comum na sociedade contemporânea. Dessa forma, relega-se,

erroneamente, a criminalidade como fato intrínseco e imanente às comunidades pobres. Paralelamente, e numa tentativa de compreender as mazelas atuais, o capítulo finalizará fazendo uma abordagem acerca das instituições do Terceiro Setor, que incorrem, de forma intencional ou não, na criação de uma maquiagem social de igual teor de naturalização, denominada de gestão filantrópica da pobreza, fato este que pode provocar a docilização dos pobres.

1.1. A definição do termo pobreza e suas implicações conceituais

Os termos pobre, pobreza e pauperismo têm sua raiz etimológica no latim *pauper* e *paupertas*. Segundo Silva (2014), tais expressões tinham inicialmente ligação com elementos agrícolas, como terras e gado, que não tinham capacidade produtiva adequada. Conforme o autor, o termo pauperismo deriva do inglês *pauperism*, sendo que o primeiro registro do termo, na língua inglesa, data de 1815. Entretanto, apesar da similaridade em termos etimológicos e linguísticos existentes entre pobreza e o pauperismo, é preciso diferenciar esses termos. Para Castel (1998), o pauperismo está associado à condição de precariedade social inerente à condição de assalariado, visivelmente perceptível a partir do século XVIII. Dessa forma, a categoria pauperismo acentua a condição de pobreza e desvela a vulnerabilidade social.

O Grande Dicionário Unificado da Língua Portuguesa (RIOS, 2010, p. 134) define pobre como aquele que “não tem o necessário à vida. Cujas posses são inferiores à sua posição ou condição social. [...] Pouco produtivo. Mal dotado, pouco favorecido. [...] Miserável, indigente, mendigo, pedinte [...]”. Já Salama e Destremau (1999), entendem que a noção de pobreza está sempre associada à noção de carência, configurando o estado daquele que não tem.

O Banco Mundial (*Word Bank*) (1990) define pobreza como “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (pp. 26-27). E, no mesmo relatório diferencia pobreza de desigualdade social, conforme segue: “Pobreza diz respeito ao padrão de vida absoluto de uma parte da sociedade” (*Ibidem*). Entretanto, a desigualdade social refere-se a “padrões de vida relativos de toda a sociedade” (*Ibidem*). No mesmo relatório, o Banco Mundial (1990) destacou que, nos países em desenvolvimento, há mais de um bilhão de pessoas que vivem na pobreza, isto é,

recebem menos de U\$ 370,00 dólares por ano. Destacou, ainda, que da população pobre, as mulheres e grupos minoritários são os mais prejudicados. É válido destacar que, segundo Demo (2003), o aumento na desigualdade social implica o aumento da pobreza, mas o inverso não é verdadeiro. Segundo o autor, é possível diminuir a desigualdade e os indicadores de pobreza não serem afetados, pois pode haver apenas uma redistribuição de renda entre os grupos mais abastados, em sua diversidade de categorização.

No relatório do Banco Mundial de 2001, no prefácio escrito por James D. Wolfensohn, então presidente do Banco Mundial, a concepção de pobreza já se apresenta com relativa multidimensionalidade e subjetividade, pois admite ampliar a definição de pobreza de modo a "...incluir a falta de poder e voz e vulnerabilidade ao medo" (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 5).

Para Monsueto (2015), na sociedade capitalista a situação de pobreza se aplica quando o nível de renda de uma família ou de um indivíduo não permite adquirir bens e serviços necessários à sobrevivência e nem favorece, a estes, o acesso a melhorias substanciais na condição de vida. Entretanto, o próprio autor acrescenta que a "situação de pobreza não pode ser avaliada apenas pelo nível de renda de uma população ou família, existindo outros fatores que influenciam no bem-estar dos cidadãos" (*Idem*, p. 20).

Para Zandonai (2005), existem várias maneiras de se medir a linha da pobreza, a saber: pelo consumo calórico, pelo custo das necessidades básicas, pelo enfoque no salário mínimo, pela linha da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e pelo método Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI). Para cada método, existe um caminho específico para se mensurar e se categorizar o estado de pobreza.

A pobreza também pode ser entendida como absoluta ou relativa, conforme considera Zandonai (2005). A autora distingue essas formas de pobreza da seguinte maneira: a pobreza absoluta remete à condição de vida das pessoas que estão em níveis inferiores aos critérios de pobreza estabelecidos universalmente. A pobreza relativa é uma abordagem que mensura e classifica o estado de pobreza a partir de critérios de comparação de cunho regional ou nacional. Para Demo (2003) e para a CEPAL (2015), é necessário distinguir também entre a condição de pobreza e a condição de indigência, sendo que, para os autores, a indigência é a situação de extrema miséria. Dessa forma, há de se perceber que o estado de pobreza não é

único, mas encontra, em suas múltiplas manifestações, uma diversidade de estágios distintos.

A CEPAL é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU) e foi criada em 25 de fevereiro de 1948 pelo Conselho Econômico e Social. Esse órgão, a partir da publicação do “Panorama Social da América Latina” (2012), apresenta as seguintes perspectivas sobre mensuração da pobreza:

Para fins de análise, a população pobre se subdivide em dois grupos: indigentes e pobres não indigentes. Por sua vez, a população não pobre se subdivide em vulneráveis (pessoas com uma renda *per capita* acima da linha de pobreza, mas inferior a uma vez e meia esse umbral) e não vulneráveis. [...] A pobreza é um fenômeno que pode ser medido e analisado de distintas perspectivas. Uma delas é a de pobreza monetária relativa, que expande o conceito tradicional de pobreza absoluta para incorporar mais plenamente as necessidades associadas à adequada participação das pessoas na sociedade a que pertencem. (CEPAL, 2012, pp. 15-18).

A CEPAL, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), desenvolveu o “Guia para Estimar a Pobreza Infantil” (CEPAL, 2013). Tal cartilha apresenta uma abordagem para medir e mensurar a pobreza, especificamente a infantil. Baseado no relatório, para os referidos órgãos internacionais, a pobreza se dá a partir da ausência ou escassez dos seguintes elementos: nutrição, água potável, saneamento, saúde, condição de vida, educação e informação. O cruzamento dessas variáveis é que daria condições de se medir a situação de pobreza.

A ONU também utiliza metodologias específicas para medir a pobreza e a desigualdade social. No dia 22 de março de 2010, a ONU-Habitat, por meio do relatório intitulado *Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido* (ONU, 2010), apresentou um relatório sobre desigualdade social no 5º Fórum Urbano Mundial, no Rio de Janeiro, Brasil (vide figura 1, em anexo). O relatório amparou-se no Índice Gini como instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. O referido índice foi criado pelo matemático italiano Corrado Gini (1884-1965) e é calculado por uma fórmula que compara os 20% mais pobres da população com os 20% mais ricos. O coeficiente varia entre 0 e 1, sendo que 0 representa uma completa igualdade, e 1 representa uma completa desigualdade. Ou seja, quando mais perto de 1, maior é a concentração da renda.

A ONU tem também o “Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento”, que, a partir de 1990, cunha o conceito de desenvolvimento humano e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A proposta do IDH é extrapolar as noções econômicas e focar nas reais capacidades e oportunidades da população, destacando três dimensões: renda, educação e saúde. O IDH pretende ser uma medida geral e sintética do desenvolvimento humano. Contudo, no IDH de 2010, inclui-se nova nomenclatura: IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD). A nova designação é importante, pois

[...] com a introdução do IDHAD, o IDH tradicional pode ser visto como um índice de desenvolvimento humano “potencial” e o IDHAD como um índice do desenvolvimento humano “real”. A “perda” no desenvolvimento humano potencial devido à desigualdade é dada pela diferença entre o IDH e o IDHAD e pode ser expressa por um percentual. (ONU, 2015 - destaque no original).

Todo esforço para se criarem padrões para análise da pobreza ou qualquer tentativa de ranqueamento do pauperismo, ao fim rende-se à afirmação de Castel (1998) de que é difícil tanto hoje, quanto nos tempos longínquos, criar “patamares de pobreza” (p. 213). Por conta dessa limitação, é mais sensato fazer leituras acerca da pobreza e como propõe Bajoit (2004) existem quatro possíveis leituras. O referido autor apresenta os principais teóricos para cada possível leitura, a saber: 1) pobreza por causa de desarranjos na subcultura, principais autores: O. Lewis, R. Hoggart e G. Simmel. 2) pobreza como fruto de exploração das classes dominantes, principal autor: J. Labbens e P. Vercau. 3) pobreza como consequência da falta de capital social que não favorece a autonomia, principais autores: Klinksberg, Tomassini e Putman. E, 4) pobreza causada por isolamento e desfiliação das pessoas junto a sociedade, principais autores: R. Castel e S. Paugam.

As rotulações propostas por Bajoit (2004) demonstram a variabilidade de percepções acerca do estado de pobreza. Contudo, é oportuno considerar, contrariando a rotulação de Bajoit, que, para Castel (1998), a desfiliação não provoca pobreza, mas são a pobreza, o pauperismo, a precarização do trabalho e o desemprego que promovem a desfiliação. Entretanto, fica patente que as possíveis leituras da pobreza não se referem a categorias estáticas - o que não diminui sua grandeza investigativa - mas agregam subjetividade e carecem de contextualização.

Ser pobre, portanto, vai além da insuficiência de renda e está associado à ausência de liberdade, privação de capacidades e deve superar perspectivas

meramente econômicas. Nesse sentido, a pobreza tem relação com a desproteção e a luta contra a morte, assim como se correlaciona com a não satisfação das necessidades básicas da vida e estereotipadamente agrega identificação ao status social inferiorizado. Então, fica evidente que a pobreza não é um estado estático, mas insere-se no percurso do movimento histórico, social e cultural nas suas mais variadas representações.

A figura do pobre, a despeito de todas as limitações anteriormente apresentadas, não pode ser estigmatizada como a de incapaz, desvirtuoso, incompetente e dissociado socialmente, como propõe a visão malthusiana. Para Schwartzman (2004a), a posição de Thomas Malthus (1766-1834) deve ser criticada, pois este defendia que o pobre é pobre por causa de si mesmo, pois não tem determinação, iniciativa, força de vontade e vive de forma desequilibrada, especialmente no quesito sexualidade, gravidez e natalidade. Esse discurso malthusiano é falacioso, pois a pobreza é, antes de qualquer outro fato, uma questão de intencional arquétipo social e tem implicações coletivas.

Segundo Castel (2008), o que há com o pobre é uma “discriminação negativa” (p. 14). Para o autor “ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma” (*Ibidem*). Sendo assim, a condição de pobreza é permeada de discriminação negativa, e segundo o autor, é esta a lógica que instrumentaliza a alteridade e constrói a condição de desfiliação. Ampliando a discussão, Albert (1992) questiona:

O que é um pobre? Na maioria das sociedades humanas e das épocas da História, o pobre tem sido, com grande frequência, tratado como um coitado, um inútil, um fracassado, um preguiçoso, um suspeito, e até mesmo um culpado. [...] É possível que uma certa tradição europeia considere o pobre mais como vítima do que culpado, e isto, numa percepção multidimensional onde se somam a ignorância e a indigência, a desesperança pessoal e a impotência social (p. 17 e 18).

Na perspectiva de Lavinias (2003), “ser pobre é ter, portanto, sua humanidade ameaçada, seja pela não satisfação de necessidades básicas (fisiológicas e outras), seja pela incapacidade de mobilizar esforços e meios em prol da satisfação de tais necessidades” (p. 29). Dessa maneira, a pobreza se configura numa intencional construção social com implicações culturais, sociais e históricas, como endossa Castel (1998), “incontestavelmente, o pauperismo é uma construção social” (p. 294).

Esse autor considera que a pobreza não é um fenômeno fortuito e denomina dissimulação a noção de que muito em breve a pobreza será eliminada ou erradicada pelas vias do progresso social. Para ele, a pobreza, a marginalidade e o pauperismo se mostraram sob formas diferentes, com intensidades e rostos distintos a cada tempo histórico, mas sempre tem estado presente nas relações socioculturais. Por essa razão, é válido ressaltar que a condição de pobreza é uma construção histórico-social com perceptível intencionalidade, sendo que, por vezes, essa condição não depende exclusivamente do indivíduo pobre, mas é fator externo à vontade do próprio indivíduo e definido pelas condições sociais construídas historicamente em torno deste.

Para Santos (2001), a semelhança do Brasil, os países subdesenvolvidos, conheceram na última metade do século XX, três formas de pobreza: 1) pobreza incluída, que é, para o autor, aquela acidental ou sazonal; 2) marginalidade, que, segundo o autor, é a pobreza ocasionada pela formatação cidadina e 3) pobreza estrutural, que é a pobreza engrenada na cosmovisão moral e política das sociedades, sendo que nesta condição há o estado de naturalização da pobreza. Entretanto, o autor não propõe uma naturalização do estado de pobreza; pelo contrário, enfatiza que “a pobreza é situação de carência, mas também de luta [...] os pobres não se entregam” (*Idem*, 2001, p. 132). Para o autor a pobreza faz parte da história dos países subdesenvolvidos, o que torna de grande valia investigar sobre como se constrói a cultura de classes populares e suas relações com o poder imposto pelas culturas dominantes.

A pobreza existe nas suas mais diversas manifestações ao longo da história, pois esta reitera e reafirma a cultura dominante de cada tempo por meio da exploração utilitarista dos grupos desfavorecidos. Nesse sentido, para Demo (2003), “o cerne da pobreza é o massacre da dignidade humana” (p. 38). Então, o maior problema de ser pobre não é não ter dinheiro, mas, sim, perceber-se não efetivamente integrado à sociedade, ficando-se marginalizado e renegado às precariedades sociais. Concordando com tal postulado, Telles (2001) acrescenta que “o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais” (p. 21).

Nesse caminho, a pobreza não é apenas uma condição econômica desfavorável nem uma concepção moderna da desigualdade, mas, sim, uma construção histórica e social intencional, relacional e proposital, conforme será

observado nos tópicos que se seguem, que enfatizam o papel do pobre na religião medieval, no Estado moderno, na Revolução Industrial, nas concepções atuais sobre o contrato de trabalho, na criminalização e na gestão filantrópica da pobreza.

1.2. A concepção de pobreza na perspectiva teocêntrica medieval

A figura do pobre na tradição cristã tem evidência desde os tempos bíblicos. Há de se destacar o enfoque que Jesus Cristo deu aos mesmos, como apresentado no relato dos Evangelhos, especialmente no livro de Mateus, capítulo 5. Na igreja primitiva, essencialmente no processo diaconal, os pobres ocupavam lugar de destaque no atendimento, juntamente com as viúvas, conforme destaca o livro de Atos dos Apóstolos, capítulo 6. Na epístola de Tiago, capítulo 1, versículo 27, demonstra-se o quanto é nuclear a temática dos pobres na tradição cristã, ao se afirmar: “A religião que Deus, o nosso Pai aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e das viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo” (tradução da Nova Versão Internacional - NVI).

Na Idade Média (476-1453), a perspectiva teocêntrica e os dogmas teológicos eram fortemente difundidos e defendidos, especialmente a partir da principal representante do cristianismo da época: a Igreja Católica Apostólica Romana. Castel (1998) afirma que na Idade Média a igreja se tornou a principal administradora da caridade. Nessa época, conforme destaca Mollat (1989), a pobreza era vista como estado definitivo a partir da vontade divina. Surge, então, a concepção de que quem nasceu numa condição de vida desfavorável foi porque Deus assim o quis; igualmente, quem nasceu numa condição favorável o foi, também, por vontade divina.

Dessa maneira, o ser pobre era um estado legitimado socialmente (MOLLAT, 1989; RIZZINI, 1997; REZENDE FILHO, 2009). A pobreza não era vista como estigma de desvirtude, mas, sim, como condição de vida divinamente proposital. A concepção de que Deus quer que haja pobres fomentou diversas ações da religiosidade na Idade Média. Era necessário inculcar nos pobres a ideologia de seu papel social na pobreza. Nesse sentido, Castel (1998) afirma haver uma “generosidade necessária” (p. 53). Para tanto, os pobres serviram como recipientes da caridade da igreja, da monarquia e de movimentos religiosos em geral.

Mollat (1989) defende que a religiosidade, ao mesmo tempo em que acomodava o pobre no estado de pobreza, intermediava os donativos dos favorecidos financeiramente, criando uma rede de assistencialismo e comodismo social. Dessa forma, o que restava ao pobre era aguardar a intervenção divina, que se dava exclusivamente na ação eclesial paroquial. A figura do pobre era, então, internalizada com extrema naturalidade, fazendo dos desafortunados uma paisagem aceitável (TELLES, 1998; 1993; FELTRAN, 2005).

A proposição teocêntrica e social se dava pela seguinte razão: se havia pobres, então, havia intervenção da igreja, pois as duas vertentes se complementavam e se justificavam. Lindberg (2001) pondera que, para que essa corrente de caridade permanecesse, era imprescindível convencer os ricos a continuar a contribuir com a igreja e esta, por sua vez, orquestrava os repasses aos desafortunados. Como endossa Rezende Filho (2009),

Na prática, as igrejas passaram a elaborar listas dos pobres a serem assistidos em cada paróquia, conhecidas como matrículas. Por volta de 590, o bispado de Metz arrolava 726 pobres de suas diversas paróquias, que recebiam, mensalmente, doações de trigo, vinho, toucinho, peixe, azeite, queijo e legumes. [...] Ao se fazer um balanço do período, pode-se afirmar que a funcionalidade da pobreza foi garantida e assegurada pela ação da igreja, tanto no campo teórico, como na atuação prática [...]. (pp. 4-5).

Os pobres, no período medieval, tinham uma função soteriológica⁸, isto é, tinham importância fundamental para a salvação. Esse processo, Castel (1998) denominou “economia da salvação” (p. 64), pois estabelece a premissa de que Deus escolheu fazer alguns pobres e outros ricos para que, através do compartilhar, os ricos pudessem redimir de seus pecados. A expressão *economia da salvação* foi originalmente utilizada por Irineu de Lion, no século III, e se referia à intencionalidade salvífica de Deus em toda a história humana. Contudo, essa expressão na obra de Castel (1998) remonta à concepção de que se estabeleceu intencionalmente um comércio da caridade entre ricos e pobres, sendo tal intento vantajoso para ambos.

A caridade para com os pobres era uma expiação dos pecados dos ricos, como assegura Castel (1998), Lindberg (2001) e Barros (2004). Dar esmola aos pobres, na época da Idade Média, tinha relação de proximidade com Deus e

⁸ O termo “soteriologia” refere-se ao estudo da salvação, no campo da Teologia. O termo deriva do grego σωτήριος [soterios], que significa “salvação” e λόγος [logos], que significa “estudo”.

desvelava a salvação. Por essa razão, Castel (1998) endossa essa afirmação, dizendo que se

Estabelece [...] um comércio entre o rico e o pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição. [...] O pobre pode, não obstante, ser instrumentalizado enquanto meio privilegiado para que o rico pratique a suprema virtude cristã, a caridade. (pp. 64-65).

O abastado, assim como o pobre, era estabelecido por vontade divina, cabendo a ambos cumprir seu papel social. Sendo assim, conforme pondera Rizzini (1997), o rico partilhava de sua riqueza por meio da igreja e o pobre era o receptáculo das caridades da igreja. Dessa forma, a sociedade se ajustava convenientemente, como assegura Rezende Filho (2009), “os pobres adquirem, na ótica cristã do período, um caráter de funcionalidade: sempre devem existir pobres, para que os ‘não-pobres’ possam assisti-los, qualificando-se como bons cristãos” (p. 3).

A acolhida dos pobres por parte da igreja é destacada por Castel (1998) quando enfatizando que “a caridade é realmente a virtude cristã por excelência” (p. 62). Barros (2004) igualmente reafirma tal virtude e afirma que, até o início do século XIII, o pobre desempenhou papel fundamental nas sociedades cristãs do Ocidente Europeu e afirma que o pobre era bem acolhido na sociedade medieval. Contudo, é válido asseverar, como critica Lindberg (2001), que a relação entre ricos e pobres, não tinha, efetivamente, o propósito de caridade, mas, sim, de obtenção de mérito para com Deus. Portanto, o referido autor afirma que os pobres eram tratados como objetivo de boas obras, como meio para a salvação. Por essa razão, Castel (*op. cit.*) afirma que o cristianismo medieval elaborou uma versão fascinante da “exaltação da pobreza” (p. 68).

1.3. *As Poor Laws e o enfrentamento da pobreza*

Nos séculos XV e XVI, a monarquia e a classe emergente de burgueses na Europa queriam libertar-se da obrigatoriedade imposta pela igreja de ajudar os pobres. Por conseguinte, romperam com a Igreja Católica Romana e criaram Estados independentes da religiosidade católica, a exemplo do que tem-se o Anglicanismo na Inglaterra. Assim sendo, o Estado, não mais a igreja,

relacionar-se-ia diretamente com o pobre, rompendo, ainda que paulatinamente, com a intermediação eclesiástica. Surgem, enfaticamente, nesse momento histórico, as políticas públicas governamentais de assistencialismo social.

O Estado, agora detentor da responsabilidade da ordem social, articula-se para ressignificar o pobre em seus novéis papéis na Idade Moderna (1453-1789). Dessa forma, os governos criaram leis para coibir o avanço dos pobres, alijando-os para fora das vilas, aldeias e jurisdições locais. Logo, por volta de 1522, várias cidades da Europa elaboraram resoluções legais como medida de controle da vagabundagem, pois, como pondera Barros (2004), a partir do século XVI, o mendigo forasteiro, aquele que vagava, começa a ser visto com muita desconfiança pela sociedade europeia.

O termo vagabundo se referia, originalmente, àquele que ficava a vagar, sem eira, errante pelos caminhos, estradas e vilarejos, sem endereço fixo, configurando um agente de migração, porém não sem consciência e sem intencionalidade. Por essa razão, o termo vagabundo era empregado inicialmente ao ócio cômico, como afirma Castel (1998). Contudo, tardiamente, as definições para o termo vagabundo, foram associando-se às perspectivas de pessoas “mal-afamadas: *caymands* (isto é, aqueles que mendigam sem motivo)” (*Idem*, p. 120).

O termo vagabundo só vem ganhar cunho efetivamente pejorativo e depreciativo a partir da modernidade, que torna socialmente vergonhosos aqueles que não se submetiam ao sistema vigente de trabalho e controle estatal, ficando desocupados. O vagabundo, à vista disso, era o incontrolável e o não domesticável. Para Castel (*op. cit.*), a vagabundagem era o modo pelo qual a questão social se expressava e, ao mesmo tempo, ocultava-se, ou seja, a figura do vagabundo personificava um visível desarranjo social e, ao mesmo tempo, desvelava haver um grupo potencialmente revoltoso que não aderira aos padrões e anseios da cultura dominante.

Segundo Castel (*op. cit.*), a medida mais primitiva adotada em relação aos vagabundos, no século XV, na Europa, foi o “banimento” (p. 122). Começam, então, a surgir, nessa época, as leis que determinavam dever as províncias locais assistir os pobres em suas limitações concernentes à moradia, à alimentação e ao trabalho. Entretanto, segundo Castel (*op. cit.*, p. 73), as políticas provincianas tinham como princípios “a exclusão dos estrangeiros, proibição estrita da mendicância, recenseamento e classificação dos necessitados, desdobramentos de auxílio

diferenciados em correspondência com as diversas categorias de beneficiários”. Como adverte Renarda (2007),

O pobre não é mais visto como um próximo, sendo, então, transformado em estranho, perigoso e indesejável. Nesse período, o pobre foi identificado com a figura do vagabundo, que se transforma no elemento central da representação da pobreza e dos pobres pelas classes dominantes. (p. 28).

Castel (*op. cit.*) ao avaliar a dinâmica de rotulação e, assim, de expulsão dos vagabundos, denomina tal perspectiva de “efeito bumerangue da vagabundagem” (p. 143), e explica que “o processo pelo qual uma sociedade expulsa alguns de seus membros obriga a que se interrogue sobre o que, em seu centro, impulsiona essa dinâmica [...] o cerne da problemática da exclusão não está onde estão os excluídos” (*Ibidem*). Posto isso, para o autor, o movimento de banimento dos vagabundos era notoriamente uma ação de controle estatal para aumento da produção local das províncias interioranas e, simultaneamente, uma repressão junto à classe pobre nos centros urbanos da época.

Barros (2004) descreve as mudanças no trato do Estado em relação ao pobre forasteiro e assevera que, até o século XVI, o mendigo estrangeiro era alimentado e posteriormente expulso da cidade com a qual não tinha vínculos ou residência. Contudo, o autor pondera que, no século XVII, o vagabundo apátrida teria sua cabeça raspada como sinal de supressão; décadas depois seria açoitado e, no fim do citado século, a mendicância praticada por peregrinos implicaria condenação.

Castel (*op. cit.*) referindo-se à situação do vagabundo nos séculos XVI e XVII, afirma que “a ociosidade é passível de ser considerada crime a partir do momento em que é voluntária” (p. 248). A vagabundagem configuraria crime, pois o indivíduo poderia e deveria vender sua força de trabalho, o que intencionalmente escolhera não fazer. Por essa razão, é preciso salientar que o cerne do problema está no fato de que o vagabundo configura uma desordem para os padrões sociais e se põe em oposição a uma cultura dominante. O vagabundo é indomesticável.

Segundo Enguita (1989), os pobres e os vagabundos se constituíram num grande desconforto governamental entre os séculos XV e XIX. O autor cita que, em 1530, Henrique III, na Inglaterra, determina que:

Os vagabundos capazes de trabalhar serão atados à parte traseira de um carro e açoitados até que saia sangue, após o qual deveriam prestar juramento de que regressariam a seu lugar de procedência e se poriam a trabalhar. [...] Uma nova lei estabelecerá mais tarde que, em caso de serem presos pela segunda vez, e após serem flagelados de novo, lhes seria cortada meia orelha, e na terceira seriam executados. (p. 42).

O decreto de Moulin, na França, em 1556, é um dos exemplos mais notórios da tentativa de controle dos pobres vagabundos em suas sociedades locais. Segue abaixo o artigo de nº 73, do decreto de Moulin *apud* Castel (*op. cit.*), para comprovar tal postulado:

Ordenamos que os pobres de cada cidade, burgo e aldeia sejam alimentados e sustentados pelos habitantes da cidade, burgo ou aldeia de que forem nativos os moradores, a fim de que não possam vagar ou pedir esmola em outros lugares diferentes daqueles em que estão, os quais pobres devem ser informados e certificados do que é dito acima se, para o tratamento de suas doenças, forem obrigados a ir aos burgos ou povoações onde há hospitais centrais e leprosários a isso destinados. (p. 74).

A *Poor Laws* (Lei dos Pobres), também conhecida como Estatuto de 1601, foi um grupo de leis assistencialista, que visava ao controle do Estado sobre os pobres em suas comunidades locais. Castel (*op. cit.*) afirma que esse processo se configurou numa “gestão da indigência urbana” (p. 71). A *Poor Laws* privilegiava três grupos de indigentes, a saber: os válidos, os inválidos e as crianças. Os dois últimos grupos recebiam subsídios monetários, mas no primeiro grupo as províncias tinham a obrigação de socorrê-los e proporcionar sua inserção nos campos de trabalho, conforme observa Blass (2006). Então, segundo Castel (*op. cit.*), era de responsabilidade primária do Poder Público oportunizar trabalho a quem tivesse necessidade e condições laborais.

O pobre era tratado como responsabilidade da província, que deveria dar-lhe toda assistência possível num eventual estado de desemprego e pobreza. Logo, era responsabilidade do Estado assistir os que vagavam pelas cidades e os eventuais peregrinos, reconduzindo-os a suas pátrias e vilarejos. Dessa forma, havia um controle estatal da expansão territorial dos pobres vagabundos. Entretanto, a *Poor Laws* começou a ser contestada a partir dos grandes aglomerados populacionais e por causa das migrações urbanas, especialmente na Europa a partir da segunda metade da Revolução Industrial, nos séculos XVIII e XIX.

Há autores que ajuízam sobre a real aplicabilidade da *Poor Laws*, e afirmam que a proposta final da *Poor Laws* era, conforme Rizzini (1997), “reduzir o contingente de pobres e aumentar a capacidade produtiva da nação” (p. 152), além de ir acostumando as crianças com o contexto de trabalho, evitando a ociosidade, sendo este o suposto ponto de partida da mendicância e posterior criminalidade. Por essa razão, Enguita (1989) prefere denominar as *Poor Laws*, “leis contra os pobres”

(p. 44). Nesse sentido, a *Poor Laws* ocupou-se do papel de determinar que todos os pobres que tivessem condições de trabalhar deveriam trabalhar, não por liberdade, mas por imposição e controle estatal, sendo que recusar a trabalhar, nesse período histórico, era recusar a servir a pátria, portanto, configuraria crime.

1.4. A Revolução Industrial e a ressignificação do pobre

A figura do pobre deixa de ser estigma religioso teocêntrico, como era dado na Idade Média, e igualmente supera os limítrofes geográficos impostos pelas *Poor Laws*. Desse modo, tanto a igreja quanto o Estado não foram suficientes para reverter a naturalização da pobreza e suas desigualdades. Pelo contrário, há sinal de que esses dois grupos foram os principais agentes de manutenção e aceitação da naturalização do estado de pobreza, conforme denuncia Rizzini (1997) e Barros (2004). Surge, em seguida, a Revolução Industrial como próximo processo histórico a ressignificar o pobre na sociedade.

A passagem do período pré-Revolução Industrial para a, então, Revolução Industrial (1760-1914), foi um período marcado por mudanças culturais na sociedade, como observa Williams (2011). Dessa forma, as relações sociais foram alteradas e reconfiguradas para os novos padrões de consumo e de trabalho. O pobre, enquanto sujeito social também sofreu alteração simbólica e estrutural. Assim, o cenário sociocultural mudaria drasticamente com a consolidação da Revolução Industrial, que tornou o pobre um ser desconexo com a sociedade local, desprovido de legitimação social e desmoralizado culturalmente.

A forma de interagir com o pobre, de percebê-lo em seus espaços sociais e a figuração destes, faz-se preceder de uma desconstrução intencional. As consequências dessa Revolução vieram a agravar a questão social; oportunizaram, porém, acúmulo de capital aos donos das indústrias. Houve, nesse período histórico uma precarização das condições de vida, do intelecto e do trabalho, o que facilitou a exploração da classe operária. Fora assim denominada por serem os operários que trabalhavam, vendendo sua força de trabalho manual, para outrem.

A concepção de pobreza, nesse período histórico, perpassa inicialmente a lógica do trabalho industrial, sua escassez planejada e as novas configurações sociais em torno do emprego urbano. Castel (1998.) aponta que o trabalho

assalariado funcionava como elemento de coesão e fragmentação social. Nesse sentido, o autor denuncia que com as metamorfoses do trabalho, agora majoritariamente industrial, várias profissões liberais se tornaram profissões assalariadas. Ele afirma que “alguém caía na condição de assalariado quando a situação se degradava” (p. 21).

O trabalho, a partir do século XIX, constituiu-se na ideologia que atesta as virtudes e condições básicas de aprovação e aceitação em sociedade, pressuposto este que evoca a lógica moderna do processo antivagabundagem, que já vinha sendo praticado há séculos. Nesse sentido, falaciosamente, o trabalho ocupa uma posição redentorista, pois como critica Rizzini (1997), “no trabalho estava a ‘salvação’” (p. 100). Tal prerrogativa marginaliza e criminaliza, mais uma vez, aqueles que insistem em não se aculturar aos padrões societários propostos e impostos.

Dessa forma, o trabalho se tornou instrumento de regulamentação econômica e social, delimitando, então, o estado de pobreza, pois “para ser um *homem de bem* não havia outro caminho senão o do trabalho” (RIZZINI, 1997, p. 179 – [grifo no original]). Entretanto, Castel (1998) afirma que é exatamente a condição de assalariado que desnudava a degradação do pauperismo, pois “alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços” (p. 21).

O sistema de produção que imperou na Revolução Industrial permitiu a identificação dos pobres com a figura do trabalhador, o que tornou possível o processo de *reificação* (LUCKÁS, 1923) ou *coisificação*, quando o próprio trabalhador se transforma em mercadoria. Então, “não basta mais saber trabalhar, é preciso saber, tanto quanto, vender e se vender” (CASTEL, *op. cit.*, p. 601). Então, o trabalho, para se manter na sociedade moderna, precisava transfigurar-se em mercadoria cambiável por meio do seu detentor, o próprio trabalhador, gerando mais pobreza, conforme observa Castel (*Idem*, p. 277): “o processo de industrialização engendra um monstro – o pauperismo”.

A classe operária surge na Europa, segundo Giannotti (2007), entre os anos de 1760 e 1780, quando houve necessidade de contratação de grande quantidade de pessoas para trabalhar nos galpões das indústrias. No Brasil, a classe operária origina-se entre 1850 e 1900, sendo as primeiras fábricas do setor têxtil. A classe

operária se estabelece enquanto classe, efetivamente, por volta de 1900 e 1920, reconfigurando a questão social do trabalhador-pobre, como se descreve abaixo:

[...] recebiam, em troca, salários de fome. A generalização do trabalho assalariado trouxe novas formas de exploração e concentrou, mais ainda, o lucro nas mãos dos patrões. Esta época marcou a implantação, consolidação e expansão do capitalismo. (pp. 25-26).

O surgimento da classe operária fez com que a figuração do salário aparecesse e se estabelecesse de forma relacional com o trabalhador, trazendo novas implicações sociais e culturais para a sociedade. Dessa maneira, Giannotti (*Idem*) considera que os salários, na época, eram baixíssimos; havia inchaço populacional e baixa qualificação profissional especializada, o que oportunizou o acúmulo de riqueza pelos donos das indústrias e condicionou socialmente os operários a uma forma de relação social individualizada, dissociada de suas próprias histórias. Castel (*op. cit.*) denomina essa mudança “uma sociedade de indivíduos” (p. 595) ou, como descreve Marcel Jauchet *apud* Castel (*Ibidem*), “um individualismo de massa”.

A Revolução Industrial extinguiu o trabalho artesanal, outrora desempenhado no contexto rural; logo, o trabalhador não mais detinha o conhecimento generalizado sobre o processo produtivo, limitando-se apenas a uma fração da etapa, perdendo, assim, a noção de identificação com o que se produz. Outro problema desse período histórico, segundo Duarte (2012) foi o aglomerado de cidadãos que se amontoaram nos centros urbanos à procura de emprego, submetendo-se a condições de vida precárias e desumanas, assim sendo, “incharam as cidades e desabitaram o campo” (p. 34). Comprovando os agravantes sociais, Giannotti (2007) afirma que, por volta de 1820, a média de vida do operário era de vinte um anos de idade. O autor afirma que muitos se tornavam operários a partir dos cinco anos de idade.

A partir da Revolução Industrial, segundo Castel (2008), o trabalhador vai perdendo, gradativamente, a noção de coletividade social existente de forma mais evidente no contexto pré-industrial, de caráter essencialmente rural. Nesse viés, Enguita (1989) e Villaça (1986) consideram que é a partir da Revolução Industrial que o trabalho se fragmenta e o trabalhador perde a condição de controle global sobre os processos e relações socioprodutivas. Portanto, é com o advento da Revolução Industrial que o trabalhador não mais se estabelece como sujeito do conhecimento no processo produtivo, pois é tirado dele a noção de continuidade e

representatividade das ações desenvolvidas. Simultaneamente, o trabalhador não se firma numa carreira/profissão, na medida em que perde também as condições objetivas de se manter no trabalho.

Na época da Revolução Industrial havia dois sistemas que imperavam e regiam as indústrias, a saber: o taylorismo e o fordismo. O termo taylorismo deriva de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), considerado o primeiro teórico da Administração. Sua teoria foi denominada Administração Científica, pois atribuía, supostamente, a métodos científicos os processos administrativos com fins de aumentar a eficiência produtiva das indústrias norte-americanas. Os principais postulados foram: estudo dos tempos e movimentos, organização racional do trabalho, estudo da fadiga humana e estudo da vadiagem sistemática. Já o termo fordismo deriva de Henry Ford (1863-1947), que criou a *Ford Motor Company*. Henry Ford, valendo-se dos princípios administrativos de Taylor, implementou um sistema de produção em massa e linhas de produção no mercado automobilístico norte-americano. Os principais postulados foram: superespecialização do operário, divisão do trabalho, redução de custos na linha de produção e uso de máquinas no processo produtivo.

O taylorismo e o fordismo favoreceram o processo de exploração dos trabalhadores por ocasião da iminente precarização da situação econômica e social dos operários. Por essa razão, Schwartzman (2004a) afirma que, no período da Revolução Industrial, os pobres eram os proletários, por causa da precária condição social, econômica e laboral em que estavam inseridos. Dessa forma, reforça o conceito de que o pobre, nesse período histórico, era o trabalhador.

Para Frigotto (1996), a venda da força de trabalho expressava-se no caráter excludente nas relações sociais, pois, nesse viés, o trabalhador torna-se mercadoria. Então, o trabalho “torna-se uma força abstrata, sem conteúdo concreto, que interessa ao capital como produtora de valores de troca, de mais-valia” (p. 63). Isso permite afirmar que os salários do operário não seguiam a taxa de lucratividade, causando acúmulo de capital para os donos das indústrias e, do outro lado, havia a manutenção do pauperismo dos operários. Reforçando tais premissas, Neto e Santana (2010) afirmam:

As indústrias se expandem, mas simultaneamente ocorre um processo de pauperização da população, com aumento descontrolado da mendicância e dos trabalhadores empobrecidos e socialmente desprotegidos [...] com a dissolução dos feudos, da vassalagem, imensos contingentes são expulsos das terras, sem direitos [...] A pauperização do trabalhador empurra, para o

mercado produtivo, mulheres e crianças em terna idade, cujo envolvimento na luta pela sobrevivência não é suficiente para a reprodução digna da vida humana. [...] O processo de organização do trabalho do capital tem por finalidade última a expansão e a concentração do próprio capital [...]. (pp. 40, 41, 45 e 47).

A Revolução Industrial, então, traz consigo a consolidação do capitalismo, que promove o estado parasitário de desespero social e a sensação de autculpabilidade por parte do trabalhador. Há de se destacar que o capitalismo tem sua forma embrionária entre os séculos XIII e XIV, especificamente com o surgimento da burguesia, a qual se constituía gradativamente em uma nova classe social, que almejava lucro por meio das relações comerciais, passando a constituir-se como a possuidora dos meios de produção.

Na lógica do capitalismo, o pobre é ressignificado, personificando uma desestabilização social, econômica, agrária, educacional e produtiva, características inerentes ao processo de acúmulo de capital, o que fez surgir, então, a figura do pobre como se concebe modernamente, ignorando toda a abrangência coletiva que a temática pobreza circunscreve. O pobre, ou seja, o próprio operário, no período da Revolução Industrial, de acordo com Martins (1997), é incluído precariamente na sociedade e tem que se adequar aos interesses do capital, mesmo que estes não o percebam e/ou não o queiram. Contudo, isto não quer dizer que a classe operária se aburguesava passivamente, pois havia movimentos de enfrentamento à cultura capitalista.

1.5. As representações da pobreza no tempo presente

No tempo presente, isto é, no cenário pós Revolução Industrial, mais especificamente a partir do século XX, a pobreza ainda permanece atrelada ao mundo do trabalho; porém, com nova configuração nas formas de trabalho. Os trabalhadores além de terem que se submeter a salários irrisórios devido ao medo do desemprego latente e iminente, agora, também tinham que conviver com a insegurança e instabilidade do emprego. Fato esse que também não é sem intencionalidade, pois como adverte Telles (2001),

[...] são trabalhadores que transitam entre empresas diferentes, que permanecem muito pouco tempo nos empregos que conseguem, que tem, por isso mesmo, pouca chance de se fixar em profissões ou ocupações

definidas e que estão sempre, real ou virtualmente, tangenciando o mercado informal [...]. (p. 98).

Para Castel (1998), na modernidade, devido à diversidade empregatícia e, principalmente, à descontinuidade nas formatações do trabalho, haverá um esfacelamento do emprego homogêneo e estável, sendo que esta suposta estabilidade estava presente, ainda que minimamente e precariamente, no contexto do trabalho no período da Revolução Industrial. A emergente precarização do trabalho atual aumentou a vulnerabilidade social, o que produz “no final do percurso, o desemprego e a desfiliação” (pp. 516-517). Consequentemente, o desemprego e a precarização do emprego se inseriram na dinâmica da modernização, premissa também partilhada por Antunes (2005), Harvey (2005a) e Bourdieu (1998).

A precariedade das relações de trabalho produz, como consequência imediata, a economia do trabalho informal. Para Demo (2003) isto já era previsto, pois “no capitalismo nunca couberam todos os trabalhadores” (p. 286). Dessa forma, no tempo presente, os trabalhadores emergem numa concorrência perversa com os próprios trabalhadores no intento de não serem demitidos, como observa Bourdieu (1998, p. 286): “A concorrência pelo trabalho é acompanhada de uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão”.

Para Antunes (2005), o mundo do trabalho, no capitalismo contemporâneo, vem sofrendo uma desproletarização do trabalho industrial, o que é fruto da migração do taylorismo/fordismo para o toyotismo, termo que se refere ao modelo de produção japonês desenvolvido pela Toyota entre 1948 e 1975, também conhecido como acumulação flexível. O toyotismo foi criado por Eiji Toyota (1913-2013) e Taiichi Ohno (1912-1990), razão pela qual é também denominado ohnismo. Os principais postulados foram: *just-in-time*, *kaizen*, sistema *kanban* e articulação flexível. Para Antunes (2005), é nesse momento histórico que surgem os “novos processos de trabalho... especialização flexível... vivem-se formas transitórias de produção” (p. 24). A partir do toyotismo, a economia do trabalho informal se integra às rotinas modernas e produz novas relações sociais, agora pautadas na insegurança, instabilidade e inconstância.

Segundo Garcia (2009) e Bourdieu (1997), é justamente essa flexibilidade que reestrutura o mercado a partir de bases não salariais, negando ao trabalhador a segurança e a estabilidade. Segundo Antunes (2005), o toyotismo é a resposta

moderna do sistema capitalista que se adaptou à nova realidade social, pois houve uma redução na taxa de empregados nas indústrias a partir de 1980. Dessa forma, surge a subproletarização, ou seja, “trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados” (p. 53). Como reiteram Fernandes e Valença (2004),

[...] terceirização e subcontratações fazem parte do quadro de reestruturação produtiva que vem cada vez mais caracterizando o Brasil a partir dos anos 90. [...] Ao lado disto, avança a precarização das condições de trabalho, com o inevitável aumento da taxa de informalidade [...]. (p. 61).

A imprevisibilidade empregatícia e os limiares do desemprego forçam, segundo Telles (2001), o surgimento de uma nova força de trabalho no cenário contemporâneo, ocupada essencialmente pelas classes pobres. Essa nova força de trabalho, oriunda do desemprego estrutural, é chamada, pomposamente, de terceirização, subcontratações e executores de trabalhos temporários. Antunes (2005), denomina este processo de “subproletarização” (p. 49), denunciando que há certa flexibilidade nas normas contratuais, permitindo que a classe paupérrima seja inserida precariamente, sem garantias e direitos, no mercado de trabalho.

A flexibilização do trabalho fez com que o sustento financeiro se tornasse indeciso, errático e inseguro. Entretanto, ainda sim o trabalho ocupa papel fundamental para aqueles que se encontram em condições de pauperismo, pois por meio do trabalho, ainda que informal ou flexível, os desafortunados podem fugir, temporariamente, do estereótipo da criminalidade, vagabundagem e delinquência, condições essas agora mascaradas pela suposta condição de ser trabalhador, ainda que em caráter informal, já que estes são necessários ao sistema econômico vigente.

Na perspectiva de Harvey (2005a), além da economia informal e do contrato flexível, o trabalhador ainda tem que conviver com o drama do desemprego. Além disso, o autor crítica a intencionalidade que havia na manutenção do desemprego com fins de manter os salários dos empregados sempre baixos. Tal perspectiva, ainda que no cenário de trabalhos informais, continua tendo efeito moralizante e regulador nas classes populares⁹.

⁹ O termo “classes populares” está sendo utilizado nesta dissertação como síntese e categoria aglutinadora das características da condição e prática cultural da classe trabalhadora, majoritariamente em estado de pauperismo, sendo que esta dista da cultura dominante e com ela disputa espaço. Na presente pesquisa os termos “classes populares” e “camadas populares” são tratados como sinônimos. É válido lembrar-se da observação de Cevalco (2003) em advertir que a cultura popular não é uma categoria fixa, mas, sim, uma categoria relacional.

Segundo Harvey (2005b), a flexibilidade é dominada pela “ficção, pela fantasia, pelo imaterial, pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de trabalho e nichos de consumo” (pp. 304-305). Segundo o autor, tudo isso é parte intencional de um projeto social e econômico com implicações nas relações sociais e culturais. Ser pobre e ter um trabalho informal são, na concepção moderna, em especial no tempo presente, estados oportunos para que haja acúmulo de capital, de outrem.

O trabalhador pobre se ajusta de forma apropriada ao modelo da acumulação flexível, pois para aqueles que se encontram na condição de pobreza qualquer opção de trabalho é tratada com uma forma de escape, ainda que temporariamente, do estereótipo de vagabundagem e criminalidade. O emprego informal promove, para a população pobre, a falsa sensação de inserção ao mundo do trabalho, dando sobrevida a falsas esperanças de ascensão social e alimentando-as.

A partir dessa lógica, é necessário também que haja o distanciamento do local de trabalho com relação ao local de moradia para que os indivíduos sejam estimulados a perder a noção de sujeitos sociais coletivos, perdendo também, gradativamente, suas características próprias e suas especificidades proletárias, conforme descrevem Hoggart (1973) e Villaça (1986). De acordo com esses autores, é necessário também que haja relações de consumo e endividamento (parcelamentos, crediários) para que o dinheiro se multiplique por meio dos juros (acúmulo de capital). Tais prerrogativas são endossadas pela mídia com fins de condicionar os trabalhadores à aceitação das mudanças sociais e econômicas, como denunciam Hoggart (1973) e Schwartzman (2004a).

Duarte (2012) afirma que a partir da década de 1990, as cidades brasileiras se alinham ao capitalismo contemporâneo no que tange à reestruturação produtiva, às práticas gerenciais e à flexibilização do contrato de trabalho. Destarte, o trabalho é agora majoritariamente informal, funcionando socialmente como mantenedor da pobreza e da desigualdade sob a égide do trabalho. Concordando com tal pressuposto, Martins (1997) assevera:

No Brasil, políticas econômicas atuais, que poderiam chamar-se neoliberais, acabam por provocar, não políticas de exclusão e, sim, políticas de *inclusão precária e marginal*, ou seja, incluem pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital [grifo no original]. (p. 20).

Para Harvey (2005b), o capitalismo na sua versão toyotista, ao contrário do que se preconizava, foi tornando-se mais engrenado e enraizado por meio da tensão existente monopólio *versus* competição, e suas variações. Para o autor, o capitalismo toyotista se tornou mais organizado por meio da “dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo” (pp. 150-151). Para o autor, o tempo presente é marcado pela competição empresarial, laboral e entre os próprios indivíduos, o que acentua a instabilidade e insegurança social.

A despeito das perspectivas apresentadas por Castel (1998), Harvey (2005b) e Antunes (2005), torna-se notório que a figura do pobre, e suas relações sociais, vêm modificando-se ao longo dos tempos, seja pelas, então, mudanças religiosas, ou governamentais, ou capitalistas, ou trabalhistas. Visto assim, o pauperismo é um estado de mutação permanente, assim como as sociedades o são. Dessa forma, como verifica Cassab (2001), as transformações histórico-sociais afetam diretamente a subjetividade da concepção de pobreza, ou seja, há diversos fatores que orbitam junto às percepções do estado de pobreza e igualmente há impressões distintas sobre a permanência histórica do pauperismo. Contudo, admitir o fator de subjetividade intrínseco à condição da categoria pobreza, especialmente no contexto contemporâneo, não é admitir sua não historicidade ou não intencionalidade.

Na sociedade pós-industrializada, especialmente a partir da urbanização desarranjada, notadamente a partir do século XX, a categoria pobreza passou a ser agregada à condição humana, representando, conforme defende Telles (2001), o empobrecimento dos trabalhadores, desigualdades sociais, privação material, disjunção de perspectivas de futuro e inexistência de políticas públicas efetivas. Portanto, ser pobre, nesta modernidade tardia, é encontrar-se desamparado socialmente.

1.6. A criminalização e a gestão filantrópica da pobreza

Para Castel (1998, p. 569), os pobres estão “desfiliados”, ou seja, “foram desligados, mas continuam dependendo do centro que, talvez, nunca foi tão onipresente para o conjunto da sociedade”. Para o referido autor, estar em condição de desfiliação não é estar em condição de ausência de vínculos sociais, mas, sim, em

condição de precariedade, dependência e vulnerabilidade. Nesse viés, Santos (2001) afirma: “a pobreza tanto quanto o desemprego agora são considerados como algo ‘natural’, inerente ao processo” (p. 59). Logo, os pobres, os desfiliaados, foram gradativamente sendo postos e reafirmados em estado de marginalidade.

A condição de marginal, ou seja, de periférico, coloca o pobre em zona de desfiliação (CASTEL, 1998) e desfiguração social, distanciando-o dos grupos sociais, rotulando-o de desordeiros e impedindo-o de refletir sobre sua real condição. No processo de afastamento é que surge o estereótipo descrito por Castel (1998), Telles (2001) e Zaluar (2004) denominado de criminalização da pobreza. Mendes (2011) o chama de mito da periculosidade. A preocupação dos autores é que não se faça um juízo preconcebido de uma criminalização da pobreza sem as análises de todas as variáveis histórico-culturais que fomentam a criminalidade urbana e seus desdobramentos de territorialidade.

Nesse viés, sem as devidas análises históricas, sociológicas e antropológicas, “os pobres são identificados com o banditismo, o crime, a prostituição, a mendicância e outros fenômenos da patologia social, constituindo a classe perigosa” (LAPA, 2008, p. 18). A criminalização da pobreza fez o pobre ter que coexistir, cotidianamente, junto às hierarquias simbólicas e paradigmáticas da ordem capitalista. Como afirma Telles (2001),

[...] o pobre é aquele que tem que provar o tempo todo, se fazer ver e reconhecer a si próprio e à sociedade a sua própria respeitabilidade num mundo em que os salários insuficientes, a moradia precária, o subemprego e o desemprego periódico solapam suas condições de possibilidade [...] constroem a figura do ‘pobre porém honesto’ [...]. (pp. 82-83).

O pobre se vê numa luta constante de desmitologizar a criminalização de si mesmo e ter que demonstrar que o crime não se restringe às periferias, mas, antes de qualquer fato, é uma condição do homem contemporâneo urbano. Para Schwartzman (2004b), Mendes (2011) e Duarte (2012), os que moram nas periferias, especialmente os jovens, são estigmatizados a partir da noção de classe perigosa. Então, o fato de os pobres serem rotulados como criminosos os torna vítimas fáceis da violência policial, em relação à agressão física, moral, simbólica e verbal, como entre outras formas de opressão, que, intencionalmente ou não, contribuem para o desrespeito aos pobres, aos direitos humanos e o distanciamento destes do acesso à justiça.

Na perspectiva de Caldeira (2000), a história brasileira é recheada de exemplos que desnudam o preconceito policial e a má utilização do poder/autoridade bélica contra os desafortunados, como propõe o autor ao analisar a violência, o crime, o medo e a segregação social na cidade de São Paulo, características essas que se assemelham às de outros centros urbanos brasileiros. Nesse sentido, Rizzini (1997) já destacava que, desde o início do século XX, se as medidas preventivas antivagabundagem não funcionassem, havia sempre o recurso da força policial. Confirmando tal percepção, Preger, *apud* Souza (2010), afirma que:

Em nome do “combate ao crime organizado”, diariamente, favelas e subúrbios das grandes cidades brasileiras são invadidos por forças policiais para intimidação da população trabalhadora dessas localidades. Para que elas jamais ousem se organizar para defender seus direitos. (p. 23 - destaque no original).

O entrelaçamento e o condicionamento da criminalidade ao estado de pobreza é um ato de simplificação dos reais problemas estruturais da sociedade moderna, escondendo as reais bases do desarranjo social moderno. Reafirmando tal preocupação, Mendes (2011) considera que as mídias fortalecem o estereótipo pobreza/criminalidade, o que reforça as hierarquias já estabelecidas e sedimenta um consenso em torno da temática da criminalização. A mídia é produtora de significados; sendo assim pode promover consensos unilaterais sem os devidos correspondentes reais. Para a referida autora, a mídia deveria ser um instrumento de diálogo, mas, por vezes dá indícios que está apenas a serviço da classe dominante.

Para Santos (2001), o processo midiático tem sido instrumento de manipulação e falsificação dos fatos, por conseguinte, de criação de fábulas e mitos, o que corrobora a produção do medo coletivo. Nesse sentido, para Pais (2004), “o pânico público é facilmente induzido por empolgamentos noticiosos de alguns *media* [...] quando se está imbuído do espírito de multidão, as dúvidas dão facilmente lugar às convicções” (p. 11 - grifo no original). Por conseguinte, a mídia funciona como agente mantenedor do estereótipo da criminalização da pobreza, como explica Jara (2001):

A mídia é um instrumento do livre mercado à proporção que seduz e fabrica desejos que estimulam ao consumo. Cria, na audiência, uma hipnose coletiva – invasão cultural -, explorando a fundo os instintos da vaidade humana. Quase sempre informa desinformando, seja apresentando uma imagem distorcida da realidade ou minimizando seu significado, construindo sentidos que não correspondem à realidade. Assim, persuade e instala na

mente das pessoas valores utilitaristas que moldem comportamentos e dominam as relações sociais [...]. (p. 73).

As construções sociais dos pobres ainda têm que subsistir com mais um conflito social, denominado por Telles (2001), “gestão filantrópica da pobreza” (p. 143), praticada essencialmente pelo Terceiro Setor, isto é, por organizações não governamentais, filantrópicas, sociais e religiosas. A autora defende que o problema se origina da premissa de que a pobreza deveria gerar indignação moral, mas tem gerado compaixão, pois como pondera Rizzini (1997), “...a filantropia veio, por um lado, docilizar os pobres e revoltosos em potencial” (p. 154).

Na crítica que Bourdieu (1998) faz ao cenário moderno, o autor adverte persistir o dualismo entre duas categorias de pobres, a saber: primeiro, os pobres imorais, indignos de condolências por praticar ações socialmente destoantes da ética capitalista; para estes é aplicada a violência policial. E, segundo, os *deserving poor*, os pobres merecedores, dignos de caridade, sendo estes o alvo da, então, gestão filantrópica da pobreza.

A gestão filantrópica da pobreza é uma realidade fruto da ausência da função crítica acerca das responsabilidades intrínsecas ao Poder Público. No caso do Brasil, optou-se por omitir, ou terceirizar, tal responsabilidade, caracterizando notoriamente uma política neoliberal¹⁰, como denunciam Rizzini (1997), Telles (2001), Demo (2002) e Harvey (2005b). Dessas omissões cíveis e públicas surge, intencionalmente, o campo da assistência social, cujo objetivo, na crítica de Telles (2001),

[...] não é elevar condições de vida mas minorizar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria. [...] A justiça se torna em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso não por sua condição de cidadania, mas pela prova de que dela está excluído. (p. 26).

Segundo Telles (2001), a omissão pública do discurso sobre a pobreza fez o Terceiro Setor ganhar destaque. Contudo, o autor assevera, especialmente acerca dos riscos de tal omissão, que “a cidadania passa a ser entendida como participação comunitária e no lugar de sujeitos de direito, entra em cena a figura do usuário de serviços” (p. 161). Dessa forma, confirma-se a intenção de docilização dos pobres.

¹⁰ Segundo Cunha (1980), o liberalismo é um sistema de ideias elaborado por pensadores ingleses e franceses no contexto das lutas de classe da burguesia contra a aristocracia. O termo neoliberalismo refere-se a uma retomada contemporânea dos princípios do liberalismo presentes no século XVIII.

O núcleo problematizador que circunvizinha a temática da gestão filantrópica da pobreza é o fato de que o recebedor de algo se torna devedor de quem está doando, criando-se uma relação de dependência e subjugação, ainda que pelas vias da gratidão. Para Demo (2003), o discurso sobre solidariedade é falacioso porque “além de ser tendenciosamente discurso dos dominantes, não passa de ajudas residuais” (p. 59). Dessa forma, a pobreza permanece, mas velada e com tons de fraternidade, o que corrobora a naturalização do estado de pobreza.

Telles (2001) ao discorrer sobre a nova questão social brasileira apresenta a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) como um possível resultado dos movimentos da sociedade civil em torno das temáticas da pobreza. Segundo a autora, a LOAS foi um importante passo para delinear e categorizar as formas de assistência social, distinguindo assim do assistencialismo essencialmente praticado pelo Terceiro Setor que, segundo a autora, é marcado por fragmentação e descontinuidade.

A crítica de Telles (2001) acerca da gestão filantrópica da pobreza não é, necessariamente, um discurso contra as instituições filantrópicas por si mesmas, pois estas são resultados da política praticada no Brasil, política que deixa transparecer o neoliberalismo como forma principal de gestão, bem como a manutenção da pobreza velada e maquiada. Como critica Telles (*op. cit.*), essa (des)figuração da ordem natural das coisas faz com que os pobres esperem a “proteção benevolente dos superiores ou então a caridade da filantropia privada” (p. 43).

A gestão filantrópica da pobreza enfatiza a crítica proposta por Leonard (2011), ao denunciar que o Governo já se rendeu às empresas privadas e, então, defende os interesses do capital, não o interesse da sociedade. Esta é a mesma percepção que Santos (2001) ao afirmar que “nas condições atuais, e de um modo geral, estamos assistindo à não-política, isto é, política feita pelas empresas” (p. 67). Por essa razão, o autor considera que as regras estabelecidas pelas empresas afetam mais a sociedade do que as regras estabelecidas pelo Estado.

A gestão filantrópica da pobreza não é uma iniciativa particular do Terceiro Setor, mas, sim, um resultado da integração capitalista do Segundo Setor (empresas privadas) com a intencional omissão do Primeiro Setor (Governo). É necessário reiterar a observação de Demo (2003), ao afirmar que “lutar contra a pobreza não se resume em ‘dar’ ou ‘transferir’, mas em alargar as possibilidades de emancipação da

pobreza” (p. 292). Por isto, na perspectiva de Demo, há uma “indústria da pobreza” (*Idem*, p. 40), onde se alega combater a pobreza, mas se a mantém intocável.

Ao findar este capítulo, fica patente que a categoria pobreza não é uma condição estática nem restrita a fatores econômicos; a pobreza é uma condição social proposital e estrutural, mantida por diversos agentes históricos, como a religião, o Estado, Instituições do Terceiro Setor e pela própria condição de trabalhador. O pauperismo está presente na história da humanidade; desvela-se, porém, de formas distintas em cada período e em cada sociedade, mas sempre cumprindo seu papel utilitarista de classe marginalizada. Entretanto, mesmo a despeito dessa desfiliação, os pobres compõem uma cultura própria com características e virtudes peculiares, que ainda assim é capaz de confrontar os padrões naturalizados da cultura dominante.

CAPÍTULO II - A CIDADE MODERNA COMO ESPAÇO DE SEGREGAÇÃO

DEGRADAÇÃO

Triste voam os pássaros em busca de alimentos.

Cadê os Muricis?

As Macaúbas?

Os Araticuns?

As Graviolas?

As Gabirobas?

As Mangabas?

Os Gravatás?

Os Cajuzinhos?...

Morreram-se no desmatamento que deram lugar aos pastos,

Os quais dão dinheiro aos bolsos dos fazendeiros.

(FREITAS, 2015, p. 47)

O poema acima evoca as transformações ocorridas no ambiente rural, percebendo a questão da ocupação urbana a partir do pressuposto do discurso do progresso e do desenvolvimento urbano. Seguindo essa lógica, neste capítulo analisaremos o processo de segregação socioespacial constituído intrinsecamente às formações de cidades e suas relações com o pauperismo da população citadina. Destaca-se o Centro-Oeste brasileiro como cenário a ser pesquisado, verticalizando-se a investigação a fim de averiguar os motivos que levaram à construção da cidade de Goiânia em meados da década de 1930 e as nuances desse processo, como parte intencional da ostentação da cultura dominante por meio da especulação imobiliária. Seu resultado direto é a desfiliação da classe trabalhadora em seus espaços urbanos periféricos e cidades próximas.

O capítulo finalizar-se-á com a abordagem das especificidades da cidade de Aparecida de Goiânia, fundada em 1922 e emancipada em 1963. Mesmo sendo mais antiga que a atual capital goiana, fundada em 1933, apresenta atualmente desafios oriundos do crescimento não planejado da Região Metropolitana de Goiânia, destacando-se os efeitos sociais da conurbação entre ambas as cidades. E, por fim, com o propósito de compreender a cosmovisão dos sujeitos investigados na presente pesquisa, será feito um recorte para o Setor Buriti Sereno a fim de compreender as transformações urbanas do Setor como parte intencional de uma

segregação planejada, que favoreceu a rotulação e categorização de uma periferia de Aparecida de Goiânia.

2.1. A expansão das cidades brasileiras e a segregação socioespacial

Inicialmente, é necessário distinguir entre a cidade e o urbano, conforme observa Martins (2004). Para o autor, a cidade é a parte tangível das relações sociais; já o urbano se refere ao que é constituído, de forma abstrata, a partir das relações sociais e culturais. Sendo assim, o espaço urbano evoca os fundamentos das relações sociais inerentes à constituição da sociedade urbana industrial moderna.

O espaço urbano tornou-se, a partir da Revolução Industrial, o *locus* privilegiado para o aglutinamento e o inchaço populacional, pois apresenta um mercado concentrado, ou seja, tem proximidade entre pessoas, produção e consumo. Confirmando tal perspectiva, Lefèbvre (2008) a endossa afirmando que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (p. 15). Esse processo fortalece a segregação socioespacial, isto é, há uma intencional marginalização urbana, que obriga as classes desprovidas de capital a se aglomerarem de forma subumana nas regiões periféricas das cidades brasileiras. Esse movimento de segregação é, então, uma característica peculiar às cidades capitalistas e exerce forte influência no dinamismo urbano moderno.

Segundo Moysés (2004), as cidades cumprem um papel fundamental na condição de aglomerado e consumo. O autor descreve as cidades como a “maternidade da economia de mercado” (p. 96). Para esse autor, “qualquer proposta urbanística, por mais intencionada que seja, dificilmente escapará das contradições do próprio capitalismo” (*Idem*, p. 193). Dessa forma, a própria cidade e o dinamismo urbano se tornam uma mercadoria a ser consumida.

Para esse autor, o processo que levou à expansão das cidades brasileiras foi, durante três décadas, a transposição dos trabalhadores do campo para a cidade. Desse modo, de acordo com o autor, na década de 2000, as cidades brasileiras concentravam cerca de 80% da população; destaca que, em 1950, esse índice era de apenas 36% da população. Esse processo de êxodo rural inchou os centros urbanos e desabitou o campo, acentuando disparidades sociais.

Outro processo que favoreceu a urbanização das cidades, especialmente na América Latina, foi a relação de comercialização colonialista com os países do Norte, que se tornou, por meio da “indução industrial” (SANTOS, 1982, p. 153) uma dependência às necessidades da modernização industrial dos países do Norte. Por essa razão, o autor insiste, por vezes, em associar o processo de globalização ao que ele chama de “fábrica de perversidade” (SANTOS, 2001, p. 21). Para esse autor, a globalização é o auge da “internacionalização do mundo capitalista” (p. 23) e tende a matar a noção de solidariedade. O cenário caótico, como descrito, apenas denuncia a lógica de exploração existente na relação entre países ricos e países pobres, reiterando que a pobreza continua sendo funcional e útil ao sistema vigente.

O autor prefere usar o neologismo “globalitarismo” (*Idem*, p 38), fazendo menção ao autoritarismo e à violência que o processo de internacionalização traz por si só, pressuposto partilhado por Bourdieu (1998, p. 50) ao se referir ao que ele chama de mito da “mundialização”, que, na sua visão, é “uma volta a um capitalismo selvagem”. Para Santos (2001), “a globalização atual é muito menos um produto das ideias atualmente possíveis e, muito mais, o resultado de uma ideologia restritiva adrede¹¹ estabelecida” (p. 159). Para o autor, essa relação desigual fragiliza os países subdesenvolvidos criando a dependência destes ao sistema capitalista globalizado.

Na perspectiva de Ribeiro (1985), o Brasil é um dos países que se configuram como o que ele denomina de “Povos-Novos”, resultantes da mistura cultural entre o colonizador europeu, os nativos e os escravos, sendo que estes “não estão presos a qualquer tradição do passado. São povos em disponibilidade [...] estão abertos ao novo” (p. 70). Ribeiro, ao se referir ao histórico processo de colonização usado pelos povos antigos, que atualmente se assemelha à globalização moderna, o descreve como um processo que intenta “impossibilitar à maioria da população de criar e exprimir uma cultura original, e a compele a adotar ideias, valores e costumes estranhos” (p. 131). Então, isto facilita a absorção da globalizada cultura capitalista moderna com relativa passividade e grande admiração, sendo esse processo perceptível no projeto urbanístico de expansão das cidades brasileiras, gerando desigualdades e perversidades.

¹¹ O termo “adrede” significa ser feito de propósito, com intenção e previamente.

Destarte, nas cidades brasileiras, houve uma intencional formação urbana dependente ou, na perspectiva de Ribeiro (1985), houve, inicialmente, uma “desculturação” e, posteriormente, uma “aculturação” dos novos hábitos colonizadores (p. 131). Esse processo favoreceu a absorção do pauperismo no passado, mas igualmente apresenta semelhança com o sistema vigente, naturalizando o estado de pobreza. Posto isso, há que se considerar que a marginalidade integra o *modus operandi* do capitalismo nas cidades brasileiras. Para tanto, mediado por essas contradições, na perspectiva de Moysés (2004, p. 198) o urbano não pode ser entendido enquanto lugar de “urbanidade”, pois nesse ambiente se articulam interesses diferenciados, interesses em conflito, conflito este intencional e mantenedor do processo de aculturação capitalista global, que gera notória desigualdade e enfatiza o pauperismo.

A pobreza não é uma particularidade das cidades, porém Mollat *apud* Castel (1998) afirma que “o pauperismo deve suas origens às mutações das estruturas agrárias, mas é na cidade que se manifesta em toda a sua amplitude” (p. 113). Tal postulado é compartilhado por Moysés (2004) que defende a tese de que é nas cidades que os problemas sociais se agravam e se desnudam com maior visibilidade, relativamente diferente do contexto rural. Para o autor, a modernização das cidades brasileiras se deu marcada, essencialmente, pela segregação dos espaços urbanos, assim como numa elitização desses espaços.

Santos (1994) associa o processo de urbanização do Brasil à pobreza e afirma que “a cidade em si, como relação social e como materialismo, torna-se criadora de pobreza” (p. 10). Para o autor, a cidade é o receptáculo necessário que favorecerá a geração e a concentração de riquezas, porém, concomitantemente, e não contrariamente, são as cidades a forma moderna de produção de pobreza.

Moysés (*Idem*, p. 180) reafirma que “a experiência brasileira mostra que riqueza e pobreza atraem-se”, pois é exatamente nas áreas urbanas mais modernas e dinâmicas que se concentra parte considerável da riqueza do país, mas também é o local de refúgio para os miseráveis e paupérrimos. Neste sentido, o autor categoriza a coexistência de uma “cidade legal” e, simultaneamente, uma “cidade ilegal” ou “não-cidade”. Sendo que “ambas existem, convivem e desconfiam uma da outra” (*Idem*, p. 196).

Frigotto (1996) afirma que a lógica de acumulação de riquezas é, simultaneamente, a lógica de acumulação da miséria. Para o autor, o crescimento

do Brasil nos últimos cinquenta anos é inegável, porém o crescimento da miséria seguiu a mesma proporção. Isso demonstra que a matriz de ocupação urbana aplicada no Brasil é notadamente marcada pelo pauperismo intencional e mantida por uma velada gestão filantrópica da pobreza nos centros urbanos. A cidade precisa da população de baixa renda, pois essa é funcional à manutenção do sistema de acúmulo de capitais. Por essa razão, pobreza e riqueza habitam a cidade.

2.2. O processo de urbanização do Centro-Oeste brasileiro

Há registros de explorações feitas no sertão goiano desde 1592; contudo, como considera Moraes (2003), é a partir do projeto denominado *Marcha para o Oeste*, criado durante o Governo de Getúlio Vargas no período do Estado Novo (1937-1945), que houve uma massificação nos incentivos para ocupação do Centro-Oeste, favorecendo assim a migração e ocupação dessa região. Segundo Moraes (*Idem*), “o programa Marcha para o Oeste tornou-se o símbolo da ocupação do Centro-Oeste” (p. 16), especialmente a partir da década de 1930.

A construção de Brasília, importante para a expansão e ocupação do Centro-Oeste brasileiro, estava prevista desde 1891 por força da Constituição Republicana; Entretanto, apenas no governo de Juscelino Kubitscheck, nos anos de 1956 a 1961, foi que efetivamente a cidade surge no Planalto Central como símbolo da campanha *50 anos em 5*. Brasília marca um rompimento com o passado com tons de nacionalismo e ares de um progresso com visibilidade internacional. Contudo, é preciso salientar que a construção da cidade não foi uma iniciativa unânime, fraterna e harmoniosa. De acordo com Gouvêa (1995) em 1959 dezenas de trabalhadores que reivindicavam melhores condições de trabalho foram metralhados e mortos. Para o autor, um dos principais desafios e conflitos vividos nos primeiros anos de Brasília foi o nomadismo oriundo da migração, especialmente praticado pela população pobre, que foi, marginalizada, para as cidades satélites.

De acordo com Santos (1994) o Centro-Oeste brasileiro, especialmente as regiões de Brasília e Goiânia, mostrou-se fortemente receptivo aos novos movimentos e fenômenos de urbanização que já estavam em efervescência pelo país, pois o Centro-Oeste era praticamente virgem. O autor compara Goiás com “um

verdadeiro espaço *natural*” (p. 62 - grifo no original). O território urbano do Centro-Oeste brasileiro, segundo Moraes (2003), é marcado por uma gama de diversidade urbanística, como descreve:

Há cidades ribeirinhas, vilas criadas em torno de capelas (construídas nas grandes fazendas), vilarejos criados em cima de aldeamentos indígenas e presídios militares, cidades de beira de estrada, de beira de ferrovias e tantas outras, traçadas de forma espontânea ou com algumas técnicas urbanísticas do seu povo. (p. 26).

Ao considerar a formação do Centro-Oeste brasileiro como uma ação de urbanização espontânea, a autora não quer polarizar numa perspectiva de que não tenha havido uma intervenção intencional dos grandes produtores de café e dos políticos da época. Para tanto, a autora considera que todo processo de urbanização é determinado socialmente e traz consigo traços da cultura regional.

Para Moraes (*Idem*), o desenho urbano das três principais cidades planejadas do Centro-Oeste brasileiro, a saber, Goiânia, Brasília e Palmas, não contemplava políticas públicas para as camadas populares nem tinha estrutura urbana para atender as classes de baixa renda. Os planos urbanísticos dessas cidades definiam claramente um traçado urbano moderno que atendia aos interesses da burguesia, “ficando o trabalhador de baixa renda fora do planejamento elitista que estruturou essas cidades” (p. 223). Dessa forma, o suposto planejamento urbano de ocupação do Centro-Oeste brasileiro se mostrou elitista e excludente.

Segundo Moysés (2004), “o eixo Goiânia-Anápolis-Brasília abriga 39,5% da população total do Centro-Oeste brasileiro” (p. 28). Conforme o autor, é a construção da cidade de Goiânia e a mudança da capital federal para Brasília, que abrem o Centro-Oeste brasileiro para a economia nacional, integrando a região Sul e Norte do Brasil. É válido ressaltar que o então desenvolvimento urbano do Centro-Oeste não foi um movimento espontâneo, num sentido *lato*, mas tinha relação direta com a expansão cafeeira paulista, interesses políticos, alinhamento com o capitalismo internacional e a especulação imobiliária.

2.3. A Região Metropolitana de Goiânia: expansão e desigualdade social

A partir da construção da cidade de Goiânia, nos anos de 1930, a capital de Goiás deixaria de ser a cidade de Vila Boa, conhecida também como cidade de Goiás ou Goiás Velho. Segundo Moysés (2004), as razões que colaboraram para tal mudança estariam relacionadas às limitações da antiga capital, tais como: locacional, por ser de difícil acesso; topográfica, por ser uma região montanhosa e de geografia acidentada e sanitária. Confirmando tal perspectiva, Monsueto (2015) reitera que a região de Campinas foi escolhida para ser o local onde se constituiria a nova capital por apresentar “melhores condições hidrográficas, topográficas, climáticas e, pela proximidade da estrada de ferro” (p. 11). Entretanto, ambos os autores questionam as reais intenções da construção de Goiânia como sendo um intento de conveniência de interesses políticos, econômicos e imobiliários.

Os artífices da construção de Goiânia foram Pedro Ludovico Teixeira (médico e político), Atílio Corrêa Lima (arquiteto) e Armando Augusto de Godoy (engenheiro). Contudo, o que seus artífices não puderam prever o quão acelerado seria a ocupação urbana, a partir da qual surgiu real conurbação com cidades vizinhas. Segundo Moysés (2004), atualmente, a região denominada Grande Goiânia, que após a Lei Complementar nº 27, de 30 de Dezembro de 1999, do Governo Estadual, passou-se a denominar Região Metropolitana de Goiânia¹², abarca onze municípios, a saber (em ordem alfabética): Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Goianápolis, Goiânia, Goianira, Hidrolândia, Nerópolis, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo e Trindade. E também há o que se denomina de Região de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, incluindo os seguintes municípios: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caturaí, Guapó, Inhumas, Nova Veneza e Terezópolis de Goiás.

A construção da cidade de Goiânia assim como de sua região metropolitana é alvo de críticas por haver uma planejada segregação socioespacial na região desde sua fundação, sendo tal intento maquiado por uma naturalização do estado de pobreza e mediado por um suposto crescimento populacional. Nesse viés, Moraes (2003) assevera que a estruturação do espaço urbano de Goiânia formou duas

¹² A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 78, de 25 de março de 2010, e nº 87, de 7 de julho de 2011.

idades: “a cidade do plano original, onde habita a população de melhor poder aquisitivo; e a cidade periférica, que serve de abrigo para as classes menos favorecidas” (p. 15).

Moysés (2004) afirma que a cidade de Goiânia “rendeu-se aos interesses imediatos dos políticos, dos moradores, dos especuladores” (p. 193). Duarte (2012) igualmente critica a construção de Goiânia, ponderando que “a construção de Goiânia veio atender, portanto, à acomodação dos interesses políticos e econômicos das elites locais e regionais” (p. 36), e acrescenta:

O que se verifica é que a cidade de Goiânia foi se constituindo, em seu percurso histórico, como espaço de segregação, construindo, assim, duas cidades: uma idealizada, que comumente aparece nas propagandas institucionais, e outra real, oculta, espaço de sociabilidade de uma grande parcela da população – entre ela, os jovens – cujos recursos são suficientes apenas para reproduzir enquanto força de trabalho, participando marginalmente da cidadania social e do mercado de consumo. (p. 49).

A existência de duas cidades dentro da cidade de Goiânia, conforme considera Moraes (2003), tornou-se mais visível quando esta foi apontada como uma das quatro cidades com maior índice de desigualdade social do País e a 10ª com maior desigualdade na distribuição de renda no Mundo, segundo relatório da ONU-Habitat, intitulado *Estado das Cidades do Mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido*, apresentado no 5º Fórum Urbano Mundial, realizado nos dias 22 a 26 de Março de 2010, no Rio de Janeiro, Brasil. Foi retificado, posteriormente, no documento da ONU intitulado *Estado de las Ciudades de America Latina y el Caribe 2012*.

O índice Gini do Brasil, segundo Viapiana (2006), manteve-se relativamente estabilizado em torno de 0,60 entre 1960 e 2002. Entretanto, segundo o autor, este índice é alto, pois quanto mais próximo de 1 maior a concentração de renda; maior desigualdade. Conforme o autor, a média mundial para o mesmo período foi de 0,38. Segundo dados do IBGE, o índice Gini de Goiânia em 2003 era 0,42. Em 2005, segundo relatório da ONU-Habitat (vide figura 1, em anexo), o índice já estava em 0,65, superando a média nacional. Segundo o relatório da CEPAL (2015) o índice Gini do Brasil estava em 0,548.

Acerca do relatório da ONU-Habitat, Cecília Martinez (2010), na *home page* oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, destacou que:

O estudo realizado não mede crescimento econômico e sim de desigualdades. É muito comum um local com grande desenvolvimento econômico apresentar por consequência aumento na desigualdade social

(...) as cidades estão em constante movimento e devem acompanhar estas mudanças e oferecer condições e oportunidades à sua população. O que o relatório fez não foi medir se as cidades são melhores ou piores, e sim se estão sendo capazes de acompanhar suas mudanças dando oportunidades ao seu povo (...) os problemas do mundo estão se tornando estritamente urbanos e por isso a importância do estudo realizado pela ONU que permite acompanhar como as cidades estão evoluindo. (s.p.).

A citação acima confirma o estado de naturalização da pobreza no cenário moderno, associando as desigualdades sociais ao processo de desenvolvimento econômico urbano, como etapa natural e inevitável deste, o que é falacioso e apenas reforça a noção da pobreza como paisagem aceitável. Dessa forma, o pauperismo se mistura à urbanidade hodierna, sem se levar em consideração as especificidades sociais, históricas e culturais causadoras do estado de pobreza nas cidades.

Dijaci David de Oliveira, professor e cientista social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (UFG), comenta, em Dias (2012), o relatório da ONU-Habitat, ponderando que:

Na verdade, a desigualdade social cresceu desde a década de 1970, quando não [se] fez a distribuição das riquezas [...]. As empresas [em Goiânia] têm geralmente poucos empregados e são, em muitos casos, familiares. Os dividendos acabam distribuídos de forma doméstica [...] Os mais ricos poderiam distribuir melhor suas riquezas, têm margens de lucros imensas. Em vez disso, sonogam o que podem e concentram (riquezas) mais ainda, ao não pagar bem seus trabalhadores; como se não bastasse, ainda terceirizam o que for conveniente, precarizando as relações de trabalho [...] A transferência de renda não deve ser exclusividade do poder público. (s.p.).

A crítica se dá, portanto, a partir da comprovação de que, no contexto goiano, o trabalhador produz muito mais que o suficiente para custear as despesas operacionais, mas que tal benesse não é revertida ao trabalhador. Isto favorece o acúmulo de capital de alguns em detrimento do labor de muitos. O resultado moderno é a subproletarização do trabalhador, como enfatiza Antunes (2005).

Melo (2014), acerca do relatório da ONU-Habitat, explica a lógica estatística sobre o acúmulo de riquezas em Goiânia, baseada no Índice Gini, metodologia utilizada pela ONU:

O índice de Gini é calculado por uma fórmula que compara os 20% mais pobres da população com os 20% mais ricos. Em Goiânia os 20% mais pobres detêm apenas 3,34% da riqueza e os 20% mais ricos 63,06% - dados de 2010 (...) Na minha opinião o melhor a ser feito é intensificar os investimentos em educação construindo novas escolas e melhorando a qualidade do ensino em todos os níveis [...]. (s.p.).

A lógica proposta para minimizar as distâncias sociais entre ricos e pobres seria, conforme citação anterior, investir em educação. Entretanto, é preciso não tratar a educação como panaceia social, pois há que se considerar a funcionalidade e coerção da escola, especialmente para as classes populares. Contudo, é necessário ressaltar a importância do debate acerca do processo educacional como agente social, pressuposto igualmente partilhado pelo professor João Batista de Deus, professor do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), da Universidade Federal de Goiás (UFG) que, ao se referir aos dados apresentados pela ONU-Habitat, em citação de Leite (2014), argumenta que há uma relação estreita entre desigualdade social e nível educacional, e acrescenta:

Como os adultos pobres que moram em Goiás, em geral, têm pouca qualificação profissional, é preciso, além das ações de governo que já visam reduzir essas discrepâncias, investir nas escolas. Temos de ter como meta salvar a geração seguinte e a educação é fundamental. (s.p.).

Investir em educação como forma de combate às desigualdades sociais e ao pauperismo, conforme proposto nas duas citações anteriores, não se trata de uma ideia completamente deslocada ou imprópria, mas há de se criticar o real propósito da escola moderna, especialmente numa perspectiva bourdieusiana, mais especificamente no que se refere a seu propósito em relação às classes populares. Há também que asseverar seus critérios de acessibilidade e suposta equidade educacional, especialmente para os jovens das camadas populares. Do contrário, o discurso educacional e os anos de escolarização serão apenas uma etapa de dissimulação social e condicionamento do estado de naturalização da pobreza, como será averiguado no capítulo III desta dissertação.

Há que se destacar que as mudanças constantes no cenário econômico, educacional, social, político e cultural, tanto no âmbito nacional quanto no internacional, estão dando-se numa velocidade descompassada frente ao ritmo de crescimento e suposto desenvolvimento da cidade de Goiânia e região. A consequência disso é o distanciamento social entre ricos e pobres, porém fazendo-os conviver, aparentemente, no mesmo espaço geográfico. Tal realidade pode ter como causa, dentre as hipóteses plausíveis, o fato migratório, como defendido por Dias (2012):

Goiânia é uma cidade atraente. Nas estatísticas, está entre as capitais já consideradas consolidadas — excetuam-se as de Estados que eram territórios ou criados recentemente, como Palmas, no Tocantins —, que mais atraem para si uma enorme população, boa parte de outros Estados.

Esse contingente vem em busca de melhores condições de vida, cada um a seu modo. Mas não só de pobres se constitui essa massa: há também, por exemplo, executivos de grandes empresas e indústrias da região metropolitana e de outras cidades. O grande desenvolvimento do Estado nas últimas décadas possibilitou também esse outro tipo de fluxo migratório [...] Goiânia virou parada tanto para quem está em situação cômoda financeiramente como para gente que vem tentar a sorte. (s.p.).

A migração rumo a Goiânia e região é comprovada pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD/IBGE, 2009) quando registra que, em termos absolutos, São Paulo é o Estado que mais recebeu imigrantes (535 mil), seguido de Minas Gerais (288 mil), Goiás (264 mil), Bahia e Paraná (ambos com 203 mil novos imigrantes). Entretanto, no que tange ao Índice de Eficácia Migratória (IEM), Goiás é o maior entre todos os Estados da Federação, com 0,32. Este Índice (IEM) é a diferença entre a quantidade de pessoas que entraram no Estado (imigrantes) e as que saíram (emigrantes). Portanto, Goiás é o Estado com maior percentual no saldo líquido migratório, pois São Paulo apresentou um Índice de (-) 0,05 e Minas Gerais 0,02.

Tal perspectiva migratória rumo a Goiás é igualmente comprovada nos estudos de Moysés (2004), que apresenta como razões dessa atração de imigrantes as seguintes pressuposições: primeiro, o fato de a região encontrar-se numa área que faz fronteira com muitos estados, saber: Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Tocantins e Distrito Federal; segundo, por ser um local receptivo, pois na visão do autor, Goiás ainda consegue ser relativamente hospitaleiro, fixando, por isso, grande parte dos imigrantes; e, terceiro, por ser uma área de passagem, especialmente em direção ao Norte, sendo esta uma rota comercial de escoação logística da produção do Sul. Monsueto (2015) corrobora essa ideia ao demonstrar que, na atualidade, o estado de Goiás é um dos estados que mais recebe imigrantes e afirma que “enquanto a média nacional gira em torno de 14% de imigrantes em cada estado, para Goiás esta proporção sobe para mais de 27%” (p. 50).

Moysés (2004) argumenta que o processo migratório para o Centro-Oeste brasileiro iniciou-se na *Marcha para o Oeste*, que se deu em meados da década de 1930 e potencializou-se a partir da década de 1950. Então, tal movimento migratório rumo ao interior do Brasil não é uma especificidade recente, mas configura uma continuidade ainda hoje perceptível e torna mais complexa a ocupação urbana.

Para esse autor, a cidade de Goiânia, sofreu grande crescimento populacional nos últimos sessenta anos, mas isso não quer dizer que essas regiões se desenvolveram, conforme denúncia da ONU-Habitat. Por essa razão, para Moysés (2004), o crescimento numérico de uma cidade não reflete, necessariamente, desenvolvimento urbano e social, o que se torna palpável em Goiânia e Aparecida de Goiânia, entre outras do Centro-Oeste brasileiro.

2.4. Aparecida de Goiânia e as transformações sociais

A cidade de Aparecida de Goiânia teve seu início oficial em 1922, ou seja, antes da construção de Goiânia, o que contrapõem o imaginário goiano de se pensar em Goiânia como o marco inicial da expansão do Centro-Oeste brasileiro. A cidade de Aparecida de Goiânia começa sua história a partir da doação de terras, por parte de fazendeiros locais, para a construção da Igreja de Nossa Senhora Aparecida. Ali se formou um vilarejo, que, nas décadas de 1950 e 1960 foi alvo de grande explosão demográfica ocasionada pela *Marcha para o Oeste*, pela construção da nova capital do Estado de Goiás, pela construção de Brasília e pela construção da BR-153. Entretanto, somente em 14 de Novembro de 1963 a cidade de Aparecida de Goiânia emancipou-se, pela Lei Estadual nº 4.927, de 14 de novembro de 1963.

A denominação “Aparecida de Goiânia” não foi a primeira da cidade, que, enquanto povoado, ainda na década de 1920, era denominada “Aparecidinha”. Em dezembro de 1958, o nome foi alterado para Vila Aparecida de Goiânia¹³ e, nesse mesmo mês, foi renomeada como “Goialândia”¹⁴. Somente em 1963 recebe o nome Aparecida de Goiânia, que permanece até os dias atuais.

Segundo Simone (2014), logo no início da história de Aparecida de Goiânia vários fazendeiros se estabelecem na região adquirindo “grande quantidade de terras férteis e baratas” (p. 17). Segundo a autora, a trajetória inicial de Aparecida de Goiânia é também marcada pela religiosidade, em relação à qual há que se destacar os padres Redentoristas, no fim do século XIX.

¹³ Segundo a Lei Municipal nº 1.295 de 19 de Dezembro de 1958.

¹⁴ Segundo a Lei Municipal nº 1.406 de 26 de Dezembro de 1958

O início da cidade de Aparecida de Goiânia é marcado por diversas impressões e sensações. Simone (2014) transcreve relatos dos diários de um morador chamado Benedito Batista de Toledo, que presenciou a fundação de Aparecida de Goiânia. Ele descreve:

Fincou-se o Cruzeiro no dia 03 de Maio de 1922, e nesse dia houve uma missa campal no pé deste Cruzeiro, depois foi feito ali um rancho de palha de bacuri que serviu de igreja por alguns tempos [...] Os fazendeiros fizeram suas casas ao redor da praça e os mais humildes fizeram nas mediações suas casas, como ranchos de capim. Assim, em 1922, fica definida e concretizada a fundação do Arraial Aparecida de Goiás, com início da construção da Capela dedicada a Nossa Senhora Aparecida [...]. (p. 16-17).

Segundo a autora, baseada em dados fornecidos pelo IBGE, a população da cidade na década de 1960 era composta de 1.082 habitantes na zona urbana e 5.994 habitantes na zona rural. Décadas depois, segundo dados do IBGE, do Censo Demográfico de 1991, a população da cidade de Aparecida de Goiânia era de 178.483 habitantes. Na Contagem Populacional de 1996, a população já era de 264.063 habitantes. No Censo Demográfico de 2000, a população atingia 336.392 habitantes. Na Contagem Populacional de 2007, a população estava em 475.303 habitantes. Entretanto, no Censo Demográfico de 2010, último censo realizado, houve uma queda para 455.657 habitantes. Contudo, na estimativa para 2015, apresentada próprio IBGE, pela Diretoria de Pesquisas (DPE), Coordenação de População e Indicadores Sociais (COPIS), a população seria de 521.910 habitantes.

A cidade de Aparecida de Goiânia, segundo Camilo (2014) e Simone (2014), foi fortemente influenciada pelo mercado imobiliário. Essa influência se torna notória na ocupação territorial da cidade, comprovando mais uma vez que a especulação imobiliária se tornou, efetivamente, uma marca de expansão, controle e segregação social no Centro-Oeste brasileiro.

A especulação imobiliária torna o ato de habitar, e a própria casa, mercadoria com especial valor. E para que esta continue com os preços elevados é preciso que haja escassez de moradia, isto é, lotes vagos, mas vendidos, que *adormecem* improdutivamente para que, num futuro, possam obter maior valor. Essa lógica da escassez é intencional, conforme explica Villaça (1986): “a escassez precisa ser produzida e controlada na sociedade capitalista,[...] o capitalismo precisa criar permanentemente a escassez para poder haver concorrência” (p. 6).

Segundo Souza (2014), em Goiânia, a partir da aprovação da Lei nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971, de Parcelamento do Solo, tornou-se obrigatório que o

loteador executasse as obras de infraestrutura, como asfalto, eletrificação, abastecimento de água e drenagem urbana. Sendo assim, foram onerados os custos da abertura de loteamentos em Goiânia. Segundo a autora, isto pode ter sido a mola propulsora dos negócios imobiliários nas cidades do entorno de Goiânia, especialmente Aparecida de Goiânia, fato perceptível especialmente na gestão municipal de Freud de Melo, nos anos de 1978 a 1981.

A partir da gestão do prefeito Freud de Melo, foi autorizada a venda de lotes em mais de cem novos loteamentos, conforme resgate documental do próprio prefeito (MELO, 2002). Na visão dele, houve uma explosão imobiliária ocasionada pela boa articulação política e pelas qualidades de Aparecida de Goiânia. Fatos esses questionáveis, pois, segundo Souza (2014), esses novos loteamentos foram “registrados na conveniência econômica dos proprietários das terras” (p. 28). Dentre os loteamentos estão dois que merecem destaque nesta pesquisa, a saber: Setor Garavelo e Setor Buriti Sereno. A maioria desses loteamentos, inclusive os citados, estão até o corrente ano “sem rede coletora de esgoto e com graves problemas de degradação ambiental em suas áreas verdes de preservação” (SOUZA, 2014, p. 28). Por essa razão, Simone (2014) afirma que “Aparecida teve um crescimento desordenado” (p. 44).

Segundo a autora, o Setor Cidade Livre foi a primeira ocupação de Aparecida de Goiânia. Posteriormente, vieram outras, como o Setor Colina Azul e o Setor Tiradentes. A autora critica o processo de ocupação urbana de Aparecida de Goiânia, considerando que “parecia que era só demarcar um lote, e o resto vinha depois [...] falta infra-estrutura, o Poder Público não conseguia acompanhar o crescimento” (*Ibidem*). A autora denuncia que surgiam assentamentos da noite para o dia para “desafogar a grande Goiânia” e acrescenta: “muitas famílias aqui eram deixadas em barracas de lona, de madeira ou mesmo ao relento em busca de uma nova vida” (*op. cit.*, p. 46).

O ex-prefeito Freud de Melo, ao se referir a esse tempo o faz a partir de uma perspectiva relativamente romântica e bem particularizada dos fatos; ele afirma:

Se Aparecida proporcionou a goianos e brasileiros vindos de todos os rincões da pátria a oportunidade de construir a tão necessária moradia, acho que os goianienses, em especial, foram os mais beneficiados com a explosão imobiliária verificada a partir da década de 1970 [...] posso afirmar que em relação à população goianiense, praticamos um benefício relevante e de caráter social sem precedentes, porque motivamos a oportunidade para que mais de 200 mil goianienses, impossibilitados de morar em Goiânia, pudessem se transferir para Aparecida. (MELO, 2002, p. 81).

Boaventura e Assunção (2013), ao contrário da percepção de Freud de Melo (2002), consideram que Aparecida de Goiânia se desenvolveu como uma cidade-periferia de Goiânia, pois absorveu, ao longo dos anos, um grande número de pessoas, mas não foi capaz de proporcionar condições de integração social, especialmente às classes populares, o que lhe rendeu a designação de cidade-dormitório.

Para Moura (2009), a qualificação cidade-dormitório é cabível quando há uma implicação de subordinação e dependência a outra cidade, promovendo segregação socioespacial. Castel (2008) ironiza a condição de vida social nas cidades-dormitório chamando-as de “gaiola de coelhos” (p. 21). Simone (2014) confirma tal percepção e considera que “alguns moradores tinham vergonha de dizer que moravam em Aparecida e nossa cidade passou a ser chamada de cidade-dormitório, pois os que aqui moravam trabalhavam em Goiânia e dormiam em Aparecida” (p. 44).

A desmitologização da noção de cidade-periferia e a revisão do rótulo de cidade-dormitório designadas a Aparecida de Goiânia só começam a acontecer, segundo Pinto (2009), a partir da década de 1990. Segundo o autor, é somente a partir de 1990 que a cidade de Aparecida de Goiânia começa a ingressar num processo centrípeto de interiorização das relações sociais, empregatícias e urbanas, reduzindo paulatinamente a dependência em relação à cidade de Goiânia.

De acordo com Pinto (2009), Aparecida de Goiânia deixa de ser uma cidade da periferia de Goiânia apenas nos últimos vinte anos, na medida em que houve transformações socioeconômicas no desenvolvimento intraurbano. Dessa forma, surgiram novas centralidades, que, para o autor, configuram centros geográficos de grandes demandas sociais e urbanas. Tal pressuposto é questionado, especialmente por Souza (2014), ao constatar que, até 2013, não havia qualquer livraria na cidade, o que demonstra que ainda há, de certo modo, uma dependência da Capital para suprir elementos simples da vida cotidiana.

Em contrapartida, Simone (2014) afirma que, na atualidade, o Poder Público tem feito inúmeras campanhas de estímulo ao consumo local pelas pessoas que moram em Aparecida de Goiânia. Isso favoreceu, segundo a autora, a circulação de dinheiro na própria cidade e, assim, descentralizou o consumo em relação à Capital.

Entretanto, é perceptível que ainda há uma forte ligação, e talvez até dependência, entre ambas as cidades.

Pinto (2009) não desacredita na forte conurbação¹⁵ e periurbanização¹⁶ existente entre Goiânia e Aparecida de Goiânia; pondera, porém que “no espaço intra-urbano de Aparecida de Goiânia, as subcentralidades processaram uma (des)estruturação do poder, e se impuseram frente às articulações com suas marginalidades, construindo novas lógicas centrípetas” (p. 46). Dessa forma, para o autor, a cidade de Aparecida de Goiânia estaria conseguindo romper, paulatinamente, com o estigma de cidade-dormitório, porém ainda é um processo a longo prazo.

O Plano Diretor de Aparecida de Goiânia somente foi aprovado em 2002 pela Lei Complementar nº 004/2002, de 30 de janeiro, o que, segundo Camilo (2014) marca “o processo de reordenamento urbano e econômico da cidade” (p. 63). O Novo Plano Diretor (2014) foi entregue à Câmara no dia 1º de dezembro de 2015 e divide a cidade de Aparecida de Goiânia em 11 macrozonas: 1) Paraíso, 2) Buriti Sereno, 3) Garavelo, 4) Vila Brasília, 5) Santa Luzia, 6) Expansul, 7) Zona da Mata, 8) Centro, 9) Papillon, 10) Cidade Livre, e 11) Zona Rural.

A cidade vem sofrendo gradualmente, desde sua formação em 1922, uma série de mudanças sociais, ora provocadas pela migração territorial desmedida, ora por um Plano Diretor ineficaz, ora pela especulação imobiliária desordenada ou, ainda, pelos três fatores associados. Contudo, apesar de sua expansão territorial, é oportuno asseverar que a cidade convive, ainda que por meio de uma visão romântica, uma perspectiva de saudosismo subjetivo permeado por manifestações da cultura popular regional, especialmente no quesito musical. Entretanto, é válido considerar que tais percepções se inserem no contexto histórico-social da cidade, conforme se observa na letra da canção “lugarzinho bom de morar”:

Lugarzinho bom de morar | Cidade de Aparecida | Como é bom apreciar | Lá na Praça da Matriz | Ainda pode-se sentar | Para um bate-papo amigo | Ou até negociar | Seus belos tempos passados | Gosto muito de lembrar | Carros de bois pela ruas | Banda de música a tocar | As famílias reunidas | Pros festejos do lugar | Aparecida meu orgulho | Quero te ver prosperar | Mais não deixe o progresso | Seus bons valores mudar | [...]. (LANDIM, 2015).

¹⁵ O termo “conurbação” refere-se ao aglomerado urbano formado por duas ou mais cidades próximas, que se interligam territorialmente.

¹⁶ O termo “periurbanização” refere-se à desconcentração da população dos centros urbanos.

Nos tópicos anteriores deste capítulo tem-se afirmado que a urbanização das cidades do Centro-Oeste brasileiro se deu essencialmente a partir de uma migração rural rumo à cidade. Então, é possível que Aparecida de Goiânia aglutine, ainda que de forma disforme, uma miscigenação entre o rural e o urbano, que, ao contrário do que possa parecer, não é um processo passivo, mas, sim, conflituoso, pois como considera Mariano (2011), a cultura rural, ainda que disposta no arquétipo urbano, está em rota de colisão entre duas realidades: “o tempo da natureza e o tempo da produção” (p. 10). Para o autor, isso se torna palpável por meio da expressão musical de origem rural. Obviamente, quanto mais os anos passam, sendo impulsionados por visível urbanidade capitalista, menor é a distância entre esses dois tempos. Contudo, há que se considerar que a cultura rural, ainda que no contexto urbano, pode ser, no tempo presente, um elo adormecido de resistência à urbanização e ao globalitarismo impostos ao Centro-Oeste brasileiro desde os anos de 1930 até a atualidade, especialmente na cidade de Aparecida de Goiânia.

2.5. O Setor Buriti Sereno como segregação planejada

A dialética da escassez de moradia e a naturalização do estado de pobreza em relação às submoradias em locais sem infraestrutura é uma característica de ocupação dos espaços da cidade de Aparecida de Goiânia, assim como uma marca da expansão das cidades do Centro-Oeste brasileiro, o que se evidencia, especialmente, no Setor Buriti Sereno, local de residência dos sujeitos investigados na presente pesquisa.

O Setor Buriti Sereno é um dos bairros de Aparecida de Goiânia que resulta da migração dos especuladores imobiliários de Goiânia para cidades próximas, possivelmente, conforme destaca Souza (2014), por causa da obrigatoriedade do loteador, em Goiânia, ter que executar as obras de infraestrutura, com base na Lei nº 4.526 de 31 de dezembro de 1971. Essa relação entre os loteadores de ambas as cidades fica explícita no panfleto de divulgação do loteamento do Setor Buriti Sereno, 4ª etapa, datado da década de 1970 (vide figura 4 e 5, em anexo). Segundo informações do panfleto, os responsáveis pelo loteamento são a família Coimbra Bueno, os mesmos responsáveis pelos loteamentos dos Setores Coimbra, Bueno e Cidade Jardim, na cidade de Goiânia.

O panfleto de divulgação de venda do loteamento da 4ª etapa do Setor Buriti Sereno datado do final da década de 1970 (figuras 4 e 5, em anexo) afirma ser este “um moderno projeto de urbanização, com ruas e avenidas largas, praças e energia elétrica”. Contudo, como observa Souza (2014), os loteamentos de Aparecida de Goiânia da década de 1970 ainda permanecem, em sua grande maioria, “sem rede coletora de esgoto e com graves problemas de degradação ambiental em suas áreas verdes de preservação” (p. 28). Entretanto, o panfleto instiga o imaginário dos compradores de terrenos no loteamento no Setor Buriti Sereno sob a afirmação: *a felicidade está à venda*. E acrescenta haver “várias praças distribuídas pelo loteamento, luz elétrica em todos os lotes [...]” (conforme panfleto de divulgação, figuras 4 e 5, em anexo), fato este não comprovado nesta pesquisa nem perceptível por meio de visita ao Setor.

O Setor Buriti Sereno, em suas quatro etapas, tem 14.439 habitantes, sendo, segundo dados do IBGE¹⁷, um dos maiores bairros, em termos de extensão territorial, do município de Aparecida de Goiânia. Sua ocupação ocorreu, assim como a maioria dos bairros do município, de forma não planejada, contrariando as afirmativas apresentadas nos panfletos da época (figura 4 e 5, em anexo) e pelo então prefeito, Freud de Melo (2002). O Setor Buriti Sereno se localiza próximo ao Setor Garavelo, que é um dos mais importantes Setores do município, por causa de sua localização estratégica e sua grande densidade populacional; uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes, segundo Souza (2014). O Setor Buriti Sereno também tem proximidade com outros Setores, a saber: Bairro Cardoso, Jardim Tropical, Nova Veneza, Itapuã, Canadá, Boa Esperança, Colonial Sul e Goiânia Park Sul.

Segundo consta no Plano Diretor, Aparecida de Goiânia (2014), o Setor Buriti Sereno é “caracterizado pelos seguintes elementos: I - pouca infraestrutura urbana; II - área residencial; III - eixos viários importantes de conexão intra-urbana e metropolitana” (Subseção II, Artigo 98).

No Setor está sendo construída uma unidade do Instituto Tecnológico de Goiás (ITEGO), criado pela Lei nº 18.931, de 08 de julho de 2015. Segundo informações na *home page* da Secretaria de Desenvolvimento do Estado (GOIÁS,

¹⁷ O site do IBGE não apresenta qualquer informação sobre o Setor Buriti Sereno; apresenta apenas dados da cidade de Aparecida de Goiânia. Segundo informações do IBGE de Aparecida de Goiânia, o dado existente é referente a contagem populacional, que é de 14.439 habitantes, dado esse de 2010, sem que haja previsão de novo censo para atualização dos dados.

2015), essa obra “prevê 5.570 m² de área construída em um terreno de 12 mil m². No total, serão 12 salas de aula, seis laboratórios de médio porte, dois grandes laboratórios, biblioteca e teatro”. A previsão de entrega da obra é meados de 2016. Esse estabelecimento será denominado Instituto Tecnológico do Estado de Goiás Roberto Civita.

O Setor conta também com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA)¹⁸ recentemente inaugurada. Segundo o Portal da Saúde (SUS, 2015) a referida UPA “tem capacidade para atender, em média, 350 pacientes por dia e cobrir uma população de até 210 mil habitantes”. Essa Unidade foi inaugurada no dia 17 de julho de 2015, e tem a pretensão de substituir o Cais do Setor Garavelo, que está interditado desde setembro de 2014.

No Setor está em construção um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI). A obra teve início no dia 13 de novembro de 2012 com previsão de término em 13 de agosto de 2013, conforme placa informativa no local da construção. Até o presente ano, 2016, contudo, o referido CMEI encontra-se inacabado, inoperante e abandonado.

No final da década de 1970, na gestão de Freud de Melo, com a finalidade de construção de Centros de Treinamentos no Setor, foram doados terrenos no Setor Buriti Sereno a quatro times do futebol goiano: Goiânia Futebol Clube, Vila Nova, Goiás Esporte Clube e Atlético Clube Goianiense. Contudo, até o presente ano (2016) apenas o Goiás Esporte Clube tinha construído seu Centro de Treinamento, onde é oferecida uma escolinha de futebol para a comunidade local, e que é usado eventualmente para treinamentos do referido clube. A mensalidade da escolinha em 2016 está no valor de R\$ 80,00 reais. Por se tratar de clubes esportivos de caráter privado, não se pode entender que tais iniciativas sejam públicas, pois a intermediação privada extingue por si só a configuração de um espaço público. Além disso, é sensato ponderar que os referidos clubes esportivos apenas reforçaram a especulação imobiliária no Setor, pois deixaram intencionalmente *adormecendo* os terrenos por mais de quarenta anos, visando a uma futura valorização imobiliária, como critica Villaça (1986).

¹⁸ Na *home page* do Sistema Único de Saúde (SUS) e na *home page* da Prefeitura de Aparecida de Goiânia se referem a essa unidade como Unidade de Pronto Atendimento (UPA), porém na descrição exposta na fachada do local a descrição está como Unidade Básica de Saúde (UBS), conforme foto 13, em anexo.

A construção do ITEGO, da UPA e do CMEI no Setor Buriti Sereno fortalece a noção de que Aparecida de Goiânia se expande a partir da especulação imobiliária, pois as citadas construções agregaram imediatamente valor imobiliário à região, outrora caracterizada pelo pequeno valor imobiliário. Esse processo faz com que se expulsem os pobres dessas regiões para outras mais distantes dos centros urbanos, fomentando a mobilidade e transitoriedade da pobreza.

Para Cavalcanti e Paula (2007), “esse processo é próprio das cidades modernas sob a hegemonia do capital” (p. 13). E acrescenta que: “a valorização de uma área urbana está associada à produção/reestruturação do tecido urbano” (*Idem*, p. 15). Reforçando essa tese, foi entregue recentemente, em janeiro de 2016, uma via asfaltada interligando o Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, com o Anel Viário, gerando entre os moradores forte especulação acerca do aumento do valor dos imóveis e, conseqüentemente, promovendo a expulsão das famílias mais pobres para outros Setores mais distantes, com custos de moradia mais baratos.

No Setor Buriti Sereno, há apenas duas escolas públicas, o Colégio Estadual Buriti Sereno Garden, que se localiza próximo ao Setor Garavelo e, assim sendo, relativamente distante das residências dos sujeitos investigados nesta pesquisa, apesar de encontrar-se no mesmo setor em que estes moram. A distância da Escola em relação à 3ª etapa é de aproximadamente cinco quilômetros (*GOOGLE MAPS*, 2016). A outra, na 3ª etapa, é a Escola Municipal Levina Martins Vieira de Oliveira. Isso posto, é preciso salientar, como pondera Castel (2008) que, por meio dessas escolas, o Poder Público se faz presente no Setor, mesmo sendo essa presença, como observa o autor, insuficiente, imperfeita e com disfunções.

Os espaços públicos no Setor Buriti Sereno estão comprometidos e desfigurados enquanto categoria de espaços públicos, como pondera Souza (2014). Para tanto, a autora se refere à construção de uma megaigreja em Área Pública Municipal (APM) (vide figura 2, em anexo). A referida igreja está em construção desde o início da década de 1980, até hoje permanecendo inacabada. Há de se destacar que a referida igreja nunca funcionou, o que corrobora a noção de que Aparecida de Goiânia, aí incluído o Setor Buriti Sereno, é norteadada por uma intencional especulação imobiliária, deixando os lotes *adormecerem* para obter maior valor financeiro no futuro, conforme critica Villaça (1986). Há de se considerar que, como assevera Souza (2014), a construção da referida igreja é fruto de má gestão pública, que autorizou a ocupação inapropriada de áreas públicas municipais.

Área Pública Municipal, conforme o teor da Lei Municipal 2.250/02 (APARECIDA DE GOIÂNIA, 2002), “é a área de um loteamento ou remanejamento destinada à instalação de equipamentos públicos municipais para educação, saúde, assistência social, segurança pública, lazer e outras atividades públicas municipais de interesse coletivo” (Artigo 4º, Inciso XII). Fica, então, comprovado a má utilização do espaço público no Setor.

A partir do exposto neste capítulo, há que se considerar, como pondera Souza (2014), que o Setor Buriti Sereno é um dos mais notórios exemplos de ocupação desordenada e loteamento efetivamente não planejado, apesar da pomposa estética mercadológica exposta nos panfletos comerciais da Imobiliária Leonardo Rizzo (vide figura 4 e 5, em anexo). O Setor apresenta falhas no traçado urbanístico, sendo estas deformidades amparadas pela gestão pública da década de 1970 e 1980, que autorizou, por exemplo, o loteamento com quatro nascentes de água no Setor (vide figura 3, em anexo). Contudo, estranhamente, e numa perspectiva particularizada, Freud de Melo, ex-prefeito de Aparecida de Goiânia à época, afirma que “os loteamentos existentes em Aparecida são tecnicamente mais bem elaborados urbanisticamente do que aqueles que formam o Plano Diretor de Goiânia” (MELO, 2002, p. 80). Tal percepção não condiz com a realidade do Setor Buriti Sereno, especialmente com a 3ª etapa.

A presente pesquisa concentrou-se na 3ª etapa do Setor Buriti Sereno pelo fato de ser este Setor muito grande e de apresentar discrepâncias sociais, territoriais e urbanísticas. Ao procurarmos a prefeitura de Aparecida de Goiânia, no mapa que disponibilizam não mais se contempla a divisão do Setor em etapas, sendo este tratado como um Setor unificado. Entretanto, contrariando a atual demarcação da prefeitura, ainda no corrente ano, os correios utilizam a identificação por etapas, especialmente a 3ª e a 4ª. Portanto, para fins didáticos, na presente pesquisa a delimitação da 3ª etapa se dá pelo uso da designação local, ou seja, para os próprios moradores a 3ª etapa refere-se à região que se delimita atualmente pelas proximidades da Escola Municipal Levina Martins Vieira de Oliveira, a igreja em construção, o Campo do Goiás Esporte Clube e o Acampamento Renascer (vide figura 6, em anexo).

Ao observar a figura 6, fica evidente que a região aqui denominada 3ª etapa do Setor Buriti Sereno, territorialidade habitada pelos sujeitos da presente pesquisa, apresenta determinadas características: apenas a linha do ônibus é asfaltada, sendo

de terra as demais ruas; não há qualquer praça ou qualquer outro espaço público efetivamente construído, exceto a Escola, e as casas estão dispersas pela região com grandes vazios territoriais não urbanizados.

O Setor Buriti Sereno, mais especificamente a 3ª etapa, pode ser considerado periferia de Aparecida de Goiânia, mesmo entendendo que a categoria periferia apresenta dificuldades de delimitação conceitual, especialmente por causa do constante movimento urbano e da ausência de linhas demarcatórias nítidas, conforme pondera Abramovay *et alii* (2004).

Entretanto, a categoria periferia se faz necessária para esta pesquisa por ser determinante na constituição dos *habitus*, da lógica de inserção no mundo do trabalho, das condições objetivas de moradia, e do acesso à escola, entre outras redes de integração urbana. Partiremos da noção de periferia como distanciamento geográfico-social, o que está em concordância com Castel (2008) que pondera serem as periferias “categorizadas particularmente pelo desemprego em massa, [...] instalação na precariedade como novo regime de trabalho, [...] crescimento da insegurança social” (p. 41), características estas presentes no Setor.

Para Moura (2009) o território denominado periferia é caracterizado, essencialmente, por dois distanciamentos: o geográfico em relação ao centro, mas também o distanciamento social. Dessa forma, as periferias não de favorecer o surgimento de condições precárias de moradia, bens e serviços. Castel (2008) explica que o termo francês *banlieue* (periferia) refere-se a “um território situado nas vizinhanças imediatas de uma cidade, dependente dela e de onde podemos ouvir o ‘ban’=‘banir’”. Nesta concepção a periferia é o local de marginalização e reclusão daqueles que foram literalmente banidos das relações sociais com os centros urbanos.

Na perspectiva de Villaça (1986), a segregação socioespacial que resulta em periferias é uma intencional ação das elites que tendem a alocar para perto de si infraestruturas de bem coletivo, formando centros urbanos abastados, providos de redes de suprimento e de oferta de emprego. Em contrapartida, as classes populares são intencionalmente afastadas desses centros urbanos e relegadas a submoradias em condições precárias em bairros relativamente distantes das oportunidades de emprego e das redes de suprimento de necessidades básicas, conforme se constatou a partir dos relatos dos jovens investigados, dispostos no capítulo III desta dissertação.

Cavalcanti e Paula (2007), numa tentativa de mensuração da categoria periferia, defendem que o que comprova ou não o fato de se estar vivendo numa periferia é o próprio movimento urbano. Para tanto, as autoras se referem ao tempo gasto para se deslocar para as áreas centrais ou áreas de acesso ao suprimento de necessidades básicas.

Para as autoras, quanto maior a distância geográfica, mais perto do rótulo periferia. Dessa forma, “essa análise permite entender o quanto suas possibilidades de usufruto ficam limitadas em razão de suas dificuldades de deslocamento” (*Idem*, p. 20). Usando, este mesmo critério, ou seja, o do movimento urbano, então, faz-se necessário reconhecer que ainda há um deslocamento da população do Setor Buriti Sereno 3ª etapa para os Setores próximos, especialmente o Setor Garavelo, para suprir lazer, consumo, trabalho e acesso a órgãos públicos, conforme se observa nas interações feitas com os jovens sujeitos desta pesquisa, dispostas no capítulo três desta dissertação.

A dificuldade de delimitar conceitualmente periferia se centraliza no fato de que o urbano está sempre em constante movimento geográfico e apresenta transitoriedade nas representações de questões sociais. Entretanto, conforme está sendo utilizado nesta dissertação, o termo periferia parte da etimologia do termo, indicando algo que está à margem e distante.

Há autores como Caldeira (2000) e Wall (2012), que destacam haver indícios de que na atual lógica arquitetônica das modernas cidades, a região central é que está sendo entregue às populações pobres e, em contrapartida, as classes ricas se deslocam para condomínios fechados de alto padrão em regiões ditas periféricas. Obviamente que, sendo assim, os postos de trabalho, entre outras redes de desenvolvimento e infraestrutura urbana também se movimentam, deslocando-se da região central para bairros relativamente próximos aos condomínios horizontais. Desse modo, por meio dos luxuosos condomínios fechados, a noção de periferia muda de localização geográfica, continuando, porém, a existir enquanto conceito de marginalidade e condição objetiva, pois a precariedade permanece, embora agora deslocada para outro espaço urbano.

O Setor Buriti Sereno ainda não integra a rede de condomínios horizontais de alto padrão ou outras ações de efetivo deslocamento da noção de periferia, pois, conforme relatos dos jovens dispostos no capítulo III, o Setor ainda apresenta escassez de recursos, há sensação de insegurança social, desprovimento de redes

de suprimento de necessidades básicas, escassez de emprego, distanciamento geográfico, dificuldade de locomoção coletiva pública e moradia precária, pressupostos estes em consonância com as características da categoria periferia defendida por Abramovay *et alii* (2004), Castel (2008) e Duarte (2012).

Ao findar este capítulo fica notório que a ocupação das cidades brasileiras, especialmente as da região do Centro-Oeste, foi marcada pela segregação planejada e pela especulação imobiliária. As cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia vivenciaram em suas teias urbanas os desafios sociais de serem cidades modernas que, mesmo com todo o suposto progresso, ainda assim se mostraram num eficaz receptáculo da pobreza, agora majoritariamente urbana. O Setor Buriti Sereno representa um projeto de expansão territorial de Aparecida de Goiânia nas décadas de 1970 e 1980 que se constituiu em uma periferia, perdurando até o presente a precariedade social.

CAPÍTULO III - OS JOVENS URBANOS DE UMA PERIFERIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA

FIOS DE SAUDADE

Sou alguém que guarda a memória como quem guarda ouro lapidado.

Alguém que encontrou alegria na arte, na poesia e na antiguidade,

As quais viraram retratos nos telões cinematográficos.

Com isto vivo (des)fiando fios de saudade na longa estrada da vida,

Montando a história de um povo.

(FREITAS, 2015, descrição contida na badana do livro)

O poema acima suscita a importância do papel da memória no processo de formação cultural do indivíduo e da formação coletiva em que se insere. A autora enfatiza a relação entre a trajetória de vida e as memórias, sendo esta a temática reiterada no fim deste capítulo, porém aplicada na perspectiva dos jovens do Setor Buriti Sereno, valendo-se das memórias, dos esquecimentos e da negação do passado como fatores estruturais na trajetória de vida dos jovens que compõem a pesquisa.

Para tanto, neste capítulo será abordado, inicialmente, o conceito de juventudes em suas várias nuances epistemológicas, sociais, culturais e históricas. Com fins de facilitar a compreensão e a aproximação dos sujeitos da pesquisa, será feito um recorte específico para a compreensão das juventudes das classes populares, destacando-se as peculiaridades, dissimulações e mitos que orbitam em torno da cultura juvenil urbana de periferias.

A ênfase da investigação se dará em duas vertentes que tangenciam a vida dos jovens, a saber: o mundo do trabalho e a evasão escolar. Isto porque entendemos que a trajetória de vida, o *habitus* e o *ethos* dos jovens são evidenciadas nestas duas temáticas. As duas categorias têm a capacidade de sintetizar os elementos essenciais para a compreensão das trajetórias de vida dos jovens, desnudando que eles são expressões concretas de uma historicidade que se dá pela condição de pauperismo existente no Setor Buriti Sereno, que afeta o mundo do trabalho e o abandono escolar, assim como pela condição de presentismo inerente ao processo de capitalismo moderno que acentua a negação do passado e o esquecimento de suas próprias histórias.

Há que se destacar que a produção textual deste capítulo, com fins de construir a trajetória de vida dos jovens que compõem a pesquisa, apresentou desafios e limitações, pois os jovens, ao longo de toda a pesquisa, demonstraram muita dificuldade de expressão verbal e limitação linguística, especialmente na forma escrita, fato que não é dissociado de sua trajetória de vida; pelo contrário, faz parte da constituição de ser jovem pobre de periferia, especialmente no Setor Buriti Sereno. O resultado é a segregação urbana desses jovens, por se mostrarem inadequados para o contexto educacional e para o trabalho formal. Entretanto, esses mesmos jovens se tornam apropriados para a economia informal e seus desdobramentos urbanos.

3.1. A abrangência do conceito de juventudes

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), vigente segundo a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, define como criança aqueles que têm idade de doze anos incompletos até dezoito anos incompletos, conforme disposto no Artigo 2º. Contudo, em seguida, pelo parágrafo único dispõe que a abrangência desta lei aplica-se, também, a pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade. A referida lei não cita, em qualquer momento, o termo *jovem*. Entretanto, no ECA é utilizada inúmeras vezes a expressão *juventude*, no singular, referindo-se ao grupo beneficiário dessa lei.

O Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), instituído pela Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013 no Artigo 1º, Parágrafo 1º, considera jovem a pessoa com idade entre quinze e vinte e nove anos. No Parágrafo 2º, designa o termo adolescente para aqueles que tenham idade entre quinze e dezoito anos aos quais se aplica o Estatuto da Criança e Adolescente.

A ONU celebrou, em 1985, o Ano Mundial da Juventude (*International Youth Year - IYY*). Ao longo daquele ano, foram realizadas atividades em torno da temática da juventude. O principal evento foi o *Congresso Mundial Sobre La Juventud*, realizado na Barcelona, Espanha, de 8 a 15 de julho. Nesse ano, por força da resolução nº 40/14 e reafirmado pela resolução nº 50/81 de 1995, a ONU estabeleceu que jovens são aqueles que têm faixa etária entre quinze e vinte e quatro anos.

Segundo Hermann (2011), essa faixa etária é a mesma utilizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Pierre Bourdieu (2007a) também se vale dessa mesma classificação etária (15-24 anos) na obra *A Distinção*. Entretanto, ele critica os sistemas de classificações vigentes, inclusive o etário. Isso fica notório numa entrevista que ele concedeu em 1978 que, posteriormente, em 1983, foi adaptada para a forma de livro, especificamente no capítulo intitulado *A “juventude” é só uma palavra*. Aí, o autor pondera que:

Os cortes em classes de idades, ou em gerações, são tão variáveis e são uma parada em jogo de manipulações [...] O que quero lembrar é muito simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas mas construídas socialmente, na luta entre jovens e velhos. (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Para Bourdieu (*Idem*), a noção de adolescência, juventude e velhice é uma construção social que delimita limites sociais invisíveis entre si. Para o autor, o propósito final dessa categorização etária é desenhar uma divisão de poder e controle social. Portanto, a definição de juventude traz consigo efetivas implicações simbólicas, variando de acordo com as representações sociais, exceptivas e intentos de uma determinada sociedade. Posto isso, o conceito de juventude não pode ser atrelado apenas a faixa etária, pois extrapola tal delimitação.

Segundo Cassab (2001), Pais (2003), Martins (2004), Dayrell (2005), Garcia (2009) e Duarte (2012), não há um consenso acerca da definição e delimitação da categoria *juventude*, pois o termo evoca tanto uma condição quanto uma representação social, além de margear fatores cronológicos de faixa etária. Então, em cada momento histórico, em cada cultura, em cada sociedade, se reinterpreta a o que vem a ser jovem.

Para Pais (2003), a “juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (p. 37). Para Abramo (2014), os jovens são os sujeitos que conseguem acompanhar “o ritmo dos tempos” (p. 17), ressignificando-se socialmente. Para Duarte (2012), os jovens se constituem a partir dos espaços sociais e culturais em que estão inseridos. Por essa razão, compreende-se que a formação da cultura juvenil se dá por meio de significações construídas social e historicamente.

Para Pais (2003), Dayrell (2005) e Abramo (2014), a juventude não pode ser entendida como mero tempo de transitoriedade da fase infantil para a fase adulta, pois juventude se constitui em um momento determinado de formação dos sujeitos. Para Pais (2003), na juventude tem-se um conjunto de sinais que simbolizam a pertença destes a um determinado grupo e tempo histórico, com linguagem e rituais próprios que dão sentido à vida. A juventude não é, então, uma etapa com fim predeterminado nem um momento de mera preparação para a vida adulta.

Compreende-se que, no Brasil, a juventude como forma de representação social veio a existir somente no final do século XX, pois na fase de adolescência, ou até mesmo na infância propriamente dita, havia uma obrigatoriedade da inserção no trabalho. Trabalho este, que devido às especificações da época histórica e ao estado de evolução das políticas públicas e educacionais, não ofereceria perspectivas de futuro, mas tornavam esses indivíduos úteis para o modelo produtivo urbano-capitalista, conforme detalhado no capítulo I desta dissertação. O que ocorria, então, era uma adultização precoce, que ignorava e sufocava o estágio de juventude como forma representativa do ser social.

Para Duarte (2012), a juventude é representada historicamente como um Período de Latência, ou seja, é imprescindível a internalização da diferença de tempo entre o início da juventude e o momento em que seus efeitos tornam-se perceptíveis na sociedade. Ao terem que dar conta precocemente dos aspectos produtivos que compõem a própria existência, os jovens são impedidos de viver integralmente esse tempo de preparação para a vida adulta e, de forma paradoxal, são excluídos da formação exigida pelas novas demandas do mundo urbano.

Devido à multiplicidade de percepções, tão distintas entre si, e em razão das condições objetivas de ser jovem, o apropriado seria usar o termo *juventudes*, no plural, segundo Carrano (2002), Pais (2003), Dayrell (2005) e Mendes (2011). Essa forma plural possibilita as variáveis de contradições, limitações e percepções existentes entre os jovens. Sendo assim, as juventudes, numa concepção moderna, não são entendidas como um bloco homogêneo, mas, sim, como um mosaico, que desvela a heterogeneidade e a mutabilidade da sociedade atual.

Para Williams (2011), “vivemos em uma sociedade transicional” (p. 343), ou seja, estamos em constante oscilação entre práticas herdadas e assimilação de práticas novas. Para as juventudes, essa condição está posta de forma visível, havendo, porém, a partir do que Williams apresenta, de se reavaliar que não são

apenas os grupos que se enquadram na categoria juventudes que vivenciam esta condição transicional, mas sim a sociedade moderna como um todo. Dessa maneira, há que se considerar que o tempo presente é marcado por uma cultura juvenil, noção que reforça o pressuposto de que juventude não é um fator cronológico, mas, sim, uma condição social, cultural e histórica.

3.2. Os jovens pesquisados e suas trajetórias de vida

A amostragem da pesquisa concentra-se na observação da trajetória de vida de quatro jovens; julgamos importante, porém, para composição do pano de fundo sociocultural, apresentar uma síntese da tabulação dos dados verificados também nos oito que preencheram o questionário. Dos oito que preencheram o questionário, seis eram do sexo masculino e duas eram do sexo feminino. Quatro dos jovens tinham dezoito anos de idade e quatro tinham dezenove anos de idade. Dos que responderam ao questionário quatro se consideram de cor parda, três se consideram de cor branca e um se considera de cor negra. No que tange à cidade em que nasceram, cinco nasceram em Goiânia (GO), um em Porto Franco (MA), um em Bom Jesus da Lapa (BA) e um em Aparecida de Goiânia (GO).

Dos que preencheram o questionário, sete são solteiros e uma mora junto com o companheiro. Três dos jovens moram numa casa com outras três pessoas, dois moram numa casa com mais cinco pessoas, dois moram numa casa com mais de cinco pessoas e um mora numa casa com duas pessoas. A respeito de recebimento de ajuda governamental para o sustento da família, cinco das famílias dos jovens não recebem qualquer tipo de ajuda, duas famílias recebem bolsa-família e uma família recebe bolsa-escola.

A respeito do grau de instrução do pai de cada jovem, cinco têm Ensino Fundamental incompleto e três não têm escolaridade. A respeito do grau de instrução da mãe, seis têm o Ensino Fundamental incompleto, uma têm o Ensino Médio completo e uma não tem escolaridade. A respeito da renda familiar, quatro das famílias recebem até um salário mínimo, três recebem até um salário mínimo e meio, e apenas uma família recebe mais de quatro salários mínimos.

Em relação à evasão escolar, sete afirmam ter desistido no primeiro ano do Ensino Médio e um desistiu no segundo ano do Ensino Médio. A respeito da

inserção no mundo do trabalho, cinco começaram a trabalhar entre os 14 anos e os 17 anos de idade, dois começaram a trabalhar antes dos 14 anos e um nunca trabalhou, pois recebe aposentadoria por invalidez¹⁹. Nenhum dos jovens tem filhos e nem tem computador em casa, mas todos acessam a internet via celular, 3G ou *wi-fi*.

Abaixo está descrito um breve relato sobre a trajetória de vida dos quatro jovens que seguiram para a etapa de entrevistas, lembrando-se que a escolha de quatro dentre os oito que preencheram os questionários se deu porque eles atenderam às exigências propostas pela pesquisa e por apresentarem maior grau de acessibilidade ao pesquisador, pelo fato de frequentarem, ainda que esporadicamente, o *Projeto Renascer*, da Instituição *Missão Tocando as Nações*.

A descrição foi feita tendo por base o questionário, as entrevistas e o diário de campo. A descrição da trajetória de vida deles foi entregue a cada um dos jovens, separadamente, nos dias 5 e 6 de março de 2016. A proposta era de que os jovens pudessem confirmar, acrescentar ou retirar algo que julgassem necessário para a compreensão suas trajetórias. O resultado final ficou conforme disposto abaixo:

- JÚLIA

Tem dezenove anos, é solteira, não tem filhos, considera-se de cor parda, nasceu na cidade de Porto Franco, no estado do Maranhão. Mora no Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, desde dezembro de 2012. Veio a passeio, juntamente com a família para Goiás; julgaram, porém, que teriam mais oportunidades na vida em solo goiano e, por isso, permaneceram. A família de Júlia, desde que se mudou para Goiás, estabeleceu residência em Aparecida de Goiânia, no Setor Buriti Sereno.

Atualmente, ela mora com a mãe e três irmãos. Não possuem casa própria e a casa onde moram é de aluguel. Nos últimos quatro anos se mudaram quatro vezes; todas as mudanças de residência se deram dentro dos limites do Setor Buriti. Júlia não tem o hábito de frequentar outros bairros, pois não tem amigos ou parentes em outros Setores.

Atualmente não está trabalhando, mas já trabalhou como costureira e babá em Aparecida de Goiânia, especificamente no Setor Buriti Sereno. Começou a

¹⁹ O referido jovem tem deficiência física numa das pernas, sendo, por essa razão, aposentado por invalidez.

trabalhar entre 14 e 17 anos de idade, por vontade própria, e por almejar independência financeira. Júlia ainda não tirou a carteira de trabalho e todos os trabalhos que já fez foram de caráter temporário e informal. Na casa dela, apenas a mãe trabalha, como babá; os demais integrantes da família eventualmente fazem bicos para ajudar no orçamento familiar. A família dela recebe o bolsa-escola no valor de R\$ 112,00 reais, sendo a renda familiar de, aproximadamente, um salário mínimo.

Júlia não mora com o pai, tendo em vista que este permaneceu em Porto Franco, no estado do Maranhão. Ela mantém contatos esporádicos com o pai, razão pela qual não sabe qual a atual atividade profissional dele. O pai e a mãe dela não chegaram a estudar formalmente.

Ela parou de estudar por três vezes, nos anos de 2012, 2013 e 2015. A argumentação principal por ter parado de estudar foi “preguiça”. Contudo, pretende voltar a estudar, pois diz que, no futuro, quer cursar direito e tem a intenção de ser juíza.

O principal agrupamento social que ela frequenta atualmente é de natureza religiosa. Não pratica qualquer tipo de lazer ou esporte. O que mais gosta de fazer é ficar no WhatsApp ou, como ela mesma diz: “ficar sem fazer nada”. Da infância guarda recordações do tempo da escola, especificamente por causa das amizades que lá fez. Isso porque ela gosta de ficar conversando e as amizades se mostraram terrenos férteis para diálogos e interações, desde a infância.

Sua recordação mais antiga é de uma tempestade que aconteceu no Maranhão, que destelhou a casa de sua família. Ela mantém esta imagem na cabeça, pois foi um momento muito triste em sua vida e é exatamente esta imagem que a mantém na busca de um futuro melhor.

Na casa de Júlia não tem computador, mas há acesso a internet, sendo que ela acessa a rede por meio do celular, quando tem crédito.

- MARCOS

Tem dezenove anos, é solteiro, não tem filhos, considera-se de cor branca, nasceu na cidade de Goiânia. Mora no Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, desde 1999. Mora com a mãe e um irmão; o pai faleceu em 2006 por causa de um infarto. Já morou nos Setores Pedro Ludovico e Parque Amazonas, em Goiânia. E já morou,

também, no Bairro Cardoso, na cidade de Aparecida de Goiânia. Mudou-se para o Buriti Sereno para não mais pagar aluguel.

A casa em que mora é própria, não paga aluguel, tendo-a comprado no ano de 1999 com o dinheiro da aposentadoria do pai. Na época, optaram por comprar o lote no Setor Buriti Sereno, pois consideraram o preço relativamente barato em comparação aos demais bairros de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. A casa tem escritura e está regularizada perante os órgãos governamentais.

Marcos começou a trabalhar entre os 14 e 17 anos, como ajudante de pedreiro. Atualmente trabalha numa das hortas do Setor Buriti Sereno, mas já trabalhou como pintor e como azulejista. No futuro, pretende abrir sua própria oficina mecânica e trabalhar como mecânico. A renda familiar vem do trabalho de Marcos e do irmão, Gilney. Ambos ajudam a sustentar a casa com os ganhos. Chegam a comprometer mais da metade da renda com gastos familiares de manutenção da casa e materiais de uso coletivo. A média de rendimento de Marcos é de aproximadamente um salário mínimo e meio.

O nível de instrução acadêmica do pai de Marcos era Ensino Fundamental incompleto. No entanto, não sabe qual a cidade em que o pai tinha estudado ou nascido. A mãe também só tem, também, o Ensino Fundamental incompleto. Ele não sabe também qual a cidade em que a mãe estudou.

Marcos parou de estudar uma vez, em 2011. Parou de estudar principalmente por ter feito “amizades ruins”, como ele mesmo define, amizades que o introduziram no mundo das drogas o que, por conseguinte, acabou afastando-o da escola. O que menos gostava do tempo da escola era dos professores e do Diretor; do que mais gostava eram as “amizades boas”. Ele pretende voltar a estudar e, no futuro, tem intenção de ser mecânico automotivo.

Nas horas vagas, Marcos gosta de assistir televisão. Na casa dele não tem computador, mas há acesso à internet, *wi-fi*, sendo que ele acessa a rede por meio do celular. Ele tem o hábito de frequentar o Setor Garavelo toda semana para usar a rede bancária e para lazer pessoal.

Marcos espera para o futuro uma profissão com boa remuneração e almeja constituir sua própria família. Tem a pretensão de continuar morando no Setor Buriti Sereno, pois julga que o Setor está melhorando.

- GILNEY

É irmão de Marcos, tem dezoito anos, é solteiro, não tem filhos, considera-se de cor branca, nasceu em Goiânia, estado de Goiás. Mora no Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, desde o ano de 1999. Mora com a mãe e o irmão, o pai faleceu no ano de 2006 por causa de um infarto. Já morou nos Setores Pedro Ludovico e Parque Amazonas, todos na cidade de Goiânia. E já morou no Bairro Cardoso, na cidade de Aparecida de Goiânia. A casa em que mora é própria, não paga aluguel, comprou no ano de 1999 com o dinheiro da aposentadoria do pai. Na época optou em comprar o lote no Setor Buriti, pois era uma região relativamente barata. A casa tem escritura.

Ele se sustenta financeiramente fazendo bico na horta e em eventuais atividades de pintura residencial. Chega a trabalhar mais de nove horas por dia quando tem serviço. Começou a trabalhar antes dos 14 anos de idade com serviços de ajudante de pedreiro. Tirou a carteira de trabalho, mas nunca trabalhou de carteira assinada. Por ser menor de idade e não poder trabalhar formalmente, Gilney começou a trabalhar na horta.

A renda mensal de Gilney é de aproximadamente um salário mínimo. Na casa, ele e o irmão trabalham; a mãe não trabalha por motivo de doença. Sofreu um derrame no ano de 2009, mas já trabalhou como diarista. Da renda mensal, parte dos recebimentos é para o sustento da família, chegando a colaborar com até metade do salário recebido. A família de Gilney não recebe ajuda governamental como bolsa-família ou outros.

O pai e a mãe de Gilney fizeram apenas o Ensino Fundamental incompleto. O pai, quando vivo, era motorista, mas já trabalhara, temporariamente, no batalhão da guarda presidencial. Gilney não sabe qual o local de nascimento do pai, nem onde estudou. A mãe nasceu na cidade de São Luiz de Montes Belos, no estado de Goiás. A família se mudou para Aparecida de Goiânia, por causa da compra do lote no Setor Buriti Sereno. Gilney pretende continuar morando no Setor quando for adulto, pois gosta de lá e por terem ali o lote quitado e regularizado.

Ele parou de estudar por cinco vezes, a última no ano de 2010. Os motivos que o levaram a desistir da escola foram relacionados ao trabalho, pois precisava ajudar na manutenção das despesas da casa; mas também abandonou a escola por causa das insistentes “bagunças” em que estava envolvido em sala de aula. Quando estudava, a disciplina de que mais gostava era Matemática, pois, segundo ele, gosta

de fazer contas. A disciplina de que menos gostava era Português, pois acha muito difícil de aprender. No futuro, Gilney pretende voltar a estudar para ser Engenheiro Agrônomo.

Nos momentos de lazer, Gilney gosta de visitar amigos, viajar nos finais de semana, participar de encontros religiosos, jogar bola e dormir. Em casa, não tem computador, mas há acesso à internet via *wi-fi*, por meio do celular.

A recordação mais antiga que Gilney tem na memória é a do pai junto a ele. As lembranças da infância e adolescência oscilam entre alegria e tristeza. Alegria por ter aproveitado muito e tristeza por ter se envolvido com pessoas erradas que o levaram para as drogas.

- RICARDO

Tem dezenove anos, é solteiro, não tem filhos, considera-se de cor parda, nasceu em de Goiânia. Mora no Setor Buriti Sereno 3ª etapa desde o ano de 2000. Mora com a mãe, padrasto, três irmãs e um irmão. O pai mora na cidade de Iporá, estado de Goiás, e o contato com o pai é relativamente pouco por causa da distância. Ricardo, na década de 1990, morou no Setor Garavelo, próximo ao Setor Buriti Sereno. A casa em que moram atualmente é própria, tendo sido comprada no ano de 1990, de modo que não pagam aluguel.

Atualmente, Ricardo faz bico em hortas do Setor e, como ajudante de servente, em construção civil em Setores próximos. Ele tirou a carteira de trabalho, mas nunca trabalhou de carteira assinada. Os ganhos mensais são de aproximadamente um salário mínimo por mês. Atualmente, na casa de Ricardo funciona um bar, que é a principal fonte de receita da família. Sempre que está trabalhando, ajuda nas despesas da casa. A família dele também recebe bolsa-família, o que ajuda no orçamento familiar mensal.

O pai, o padrasto e a mãe de Ricardo têm Ensino Fundamental incompleto. Ele não sabe em que cidade o pai estudou. A mãe estudou em Goiânia, o padrasto em Nerópolis. O pai é motorista, a mãe é dona de casa e o padrasto é dono do bar.

Ele parou de estudar em 2011 porque precisou trabalhar. Do tempo da escola não gostava do Diretor, pois, em sua linguagem, o Diretor era “um chato”. Ricardo gostava de Matemática e Educação Física. Ele pretende, no futuro, voltar a estudar e ser Arquiteto, pois acredita ser esta uma profissão boa.

Nas horas vagas, gosta de visitar amigos, jogar bola, assistir televisão, frequentar encontros religiosos e dormir. Em casa, ele não tem computador, mas há acesso à internet, por meio do celular. Tem o hábito de frequentar o Setor Garavelo com certa regularidade, pois lá compra mercadorias para o bar que funciona em sua casa, no Setor Buriti Sereno.

Ricardo espera do futuro, como ele mesmo diz, “sorte”, pois ao olhar para seu próprio passado tem uma expectativa futura de vencer na vida. A recordação mais antiga que ele tem na memória é do dia em que o pai lhe deu o último presente. Ricardo entende que tudo que aconteceu na sua infância foi, como ele mesmo diz, porque “Deus quis assim”.

3.3. A categoria juventude interpretada pelos próprios jovens pesquisados

A partir das narrativas dos jovens, é possível aferir acentuada distinção entre a categoria juventudes e a categoria adulto, a partir do que Roure (2011) critica como “o ideal da autonomia e da independência” (p. 157). Isso se personifica, segundo a autora, na noção de que “um sujeito só será reconhecido como adulto e responsável na medida em que possa se afirmar como independente e autônomo como os adultos dizem que são” (*Ibidem*). Dessa forma, as expectativas dos jovens se repousam sobre o imaginário do que venha a ser adulto.

A partir dos relatos dos jovens, também é possível arguir que a juventude enquanto tempo de “moratória social”, conforme defende Abramo (2014, p. 14) é questionável, pois, como afirma Camacho (2007), as classes populares não dispõem de tempo nem dinheiro para viver “um período mais ou menos longo com relativa despreocupação e isenção de responsabilidades” (p. 146). Para a autora, os jovens pobres têm muito tempo disponível, e este tempo livre, que deveria ser legítimo, produz “um tempo vazio, sem rumos”, então, “torna-se o não-lugar social” (*Idem*, p. 148). Para a autora, a moratória social, nas classes populares, se restringe a infância. Contudo, há que se duvidar, inclusive, se na infância marcada pelo pauperismo seria possível vivenciar tal estado de moratória.

Abaixo será descrita parte das entrevistas dos jovens acerca da concepção que eles próprios têm do que vem a ser jovem na atualidade. Para tanto, eles levam em consideração suas próprias trajetórias de vida, suas percepções da própria

condição sociocultural e margeiam impressões expostas pela mídia. Conforme se segue:

Para mim ser jovem é a pessoa ser alegre, ser extrovertida. Para mim ser jovem não tem idade, para mim qualquer um é jovem independente da idade, é isto aí, amar a todos, ser muito feliz, de bem com a vida, para mim ser jovem é isto. Eu me considero jovem porque eu ainda sou novinha, mas apesar de que eu acho que idade não importa, mas pra mim, eu sou jovem. Sou uma pessoa muito espontânea, muito divertida. (Entrevista, Júlia).

Eu sou jovem sim (pausa). Ser jovem é... (pausa) muita zueira, bagunça, festa, drogas. Ser jovem hoje é não querer nada com nada, só divertir. Bagunça! (Entrevista, Gilney).

Na percepção da Júlia e Gilney a categoria juventude não tem associação fixa com faixa etária, mas, sim, com a forma de viver e com o trato com as relações sociais. Isto reforça os pressupostos apresentados por Martins (2004) e reitera a categoria juventude como construção social, conforme defende Bourdieu (2003). Entretanto, é válido ponderar que o conceito de juventude apresentado pela jovem é regado de um perceptível romantismo acerca da condição juvenil.

O romantismo presente no discurso de Júlia é, por vezes, endossado pelas produções hollywoodianas que adubam o imaginário juvenil como fase essencialmente de curtição da vida. O exemplo mais palpável disto é o clássico filme de sessão da tarde: “Curtindo a Vida Adoidado” (*Ferris Bueller's Day Off*, Estados Unidos, 1986, Paramount). Nessa película, pode-se apreender as potencialidades descritas como características do ser jovem: rebeldia, diversão, curtição, irresponsabilidade, namoro, liberdade, musicalidade, independência, inconseqüência, entre outros distintivos.

Neste viés, para Queiroz (2008b), a noção de juventude enquanto “momento preparatório para a vida adulta” (p. 69) traz consigo oportunidades de descomprometimento, tempo livre e despreocupações, como propõe o filme citado. Contudo, para a autora, esses distintivos são peculiares a classes abastadas, que têm condições de custear essa liberdade. Então, estes distintivos não são aplicáveis às classes populares, pois os jovens pobres ingressam prematuramente no mundo do trabalho. Há, ainda, que se ponderar que o tempo livre, nas classes populares, resgata pressupostos simbólicos de vagabundagem (CASTEL, 1998) e criminalidade (TELLES, 2001), forçando os membros dessas classes a estrangularem timidamente qualquer possibilidade de extravasamento juvenil. Isso fica mais claro nos relatos a seguir:

Ser jovem para mim é sair muito, não ter muita responsabilidade, não se preocupar muito, estudar bastante. Porque o jovem tem sempre que estudar. Eu me considero um pouco jovem, não muito porque agora eu tenho responsabilidade em casa, cuidar da minha família, trabalhar bastante. Acho que eu me considero mais adulto do que jovem, porque eu trabalho muito agora, já sustento a minha casa, já pago as minhas contas, então, eu não me considero muito jovem não, me considero mais adulto [...]. (Entrevista, Marcos).

Eu acho que sou jovem. Ser jovem é divertir muito, mas hoje tenho que trabalhar, porque ficar sem dinheiro não dá, mas aí não dá para divertir muito, só no fim de semana. Tenho que trabalhar. (Entrevista, Ricardo).

Conforme a transcrição acima, fica evidente que, para Marcos, a classificação juventude não se aplica por razão de faixa etária, mas, sim, a partir das representações sociais e dos *habitus* de descomprometimento. Nesse caso, na opinião dele, juventude está associada à liberdade e transitoriedade. Para Marcos e Ricardo o que distingue um jovem de um adulto é a capacidade de assumir responsabilidades, que se desnuda de forma objetiva na inserção deles no mercado de trabalho, ainda que informal, cuidar da família, e nas relações de consumo.

Na concepção desses jovens a condição juvenil se limita e se sufoca a partir da condição de trabalhador. Ao que parece, para esses jovens, a noção de juventude é cercilhada pela inserção deles no mercado de trabalho, furtando-lhes o divertimento, a casualidade, a alegria e o desprendimento. Nesse viés, o tempo de condição juvenil é reduzido por causa do trabalho, por causa das responsabilidades e por causa das expectativas sociais agora depositadas sobre esses jovens-adultos.

3.4. Os jovens pesquisados e o território do Setor Buriti Sereno

Na perspectiva de Williams (2011), o ser humano não deve ser analisado apenas a partir de uma noção histórica abstrata; pelo contrário, deve ser compreendido em consonância com a comunidade em que nasceu e em que vive. Nesse sentido, torna-se fundamental a análise do bairro enquanto produtor de cultura, pois é nesse ambiente que grande parte das integrações sociais se dá, desvelando práticas, cosmovisões e costumes.

O bairro, como expressão de territorialidade e de fator social se torna constitucional na condição de ser jovem. Segundo Duarte (2012), é no espaço geográfico do bairro que se dão as principais interações afetivas e simbólicas dos

jovens, sendo este o espaço que influencia as reais possibilidades e limitações dos jovens. Eis a razão de se analisar a categoria jovem a partir das condições objetivas existentes nas relações sociais no Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia.

Reforçando tal postulado, é válido asseverar que é o lugar, enquanto construção social, que amolda o viver, construindo, assim, uma rede de significados que orientam os sujeitos. Para Bourdieu (1996), o espaço social é capaz de organizar as práticas e demonstrar as representações sociais inseridas na realidade. No caso do Setor Buriti Sereno, julgamos ser necessário considerar o contexto de pauperismo como fator intrínseco à constituição das representações sociais de juventude.

Na tentativa de construir a relação existente entre os jovens investigados e as suas interações com o Setor Buriti Sereno, partindo-se do pressuposto de que este é um fator imprescindível na formação da categoria juventude, foi perguntado o que eles mais gostavam no bairro. As repostas, dadas no questionário, foram: da escolinha de futebol do Goiás; da Instituição *Missão Tocando as Nações*; das feiras próximas. Houve, ainda, respostas com a afirmativa de não se gostar de nada no Setor. Há de se destacar, que na fase das entrevistas, nas respostas sobre o que gostam do Setor, também foram citados os campos de futebol, fazendo-se referência específica aos campos de terra batida em terrenos vazios no Setor.

Ao responderem o que mais gostam no Setor, as respostas centraram-se em duas instituições que atuam no bairro e que desenvolvem trabalhos sociais, o que reafirma a preocupação de Telles (2001) acerca da gestão filantrópica da pobreza. Foi citado apenas um espaço, aparentemente, público: feiras próximas, sendo que na região da 3ª etapa do Setor Buriti Sereno há apenas uma feira, que acontece aos sábados pela manhã, com pouco mais de seis barracas com gêneros alimentícios e vestuário. É válido destacar que, embora a feira seja um espaço de circulação e encontros do povo e, mesmo estando no espaço público da rua, o que a faz ser de acesso público, seu caráter é privado e não se constitui em espaço público, pois se constitui em espaço de mercado, de consumo e de comércio.

Para Lefèbvre (2008) a rua não é apenas lugar de passagem ou circulação de pessoas, a rua é “o lugar do encontro”, local do “teatro espontâneo” (p. 27); é onde há movimento e vida urbana. Entretanto, o autor constata que “o mundo da mercadoria desenvolveu-se na rua” (p. 28). Dessa forma, “a rua se converteu em

rede organizada pelo/para o consumo” (*Ibidem*). No caso do Setor Buriti Sereno isto se materializa e se comprova no espaço da citada feira.

A aparente dificuldade ou, ao menos, a perceptível limitação quanto à diversidade, no quesito o que mais gostam no Setor, justifica-se pelo *ethos* de não identificação simbólica que os jovens têm, enquanto categoria e cultura juvenil, com relação aos Setores de periferia. Esse processo Augé (1994) chamou de não-lugar, ou seja, os espaços do bairro, em sua precariedade não estão integrados aos fluxos de memórias dos sujeitos, ou como propõe Duarte (2012), “falta de reconhecimento com o seu lugar social” (p. 102).

As respostas dos jovens, quando indagados sobre o que menos gostavam no bairro, foram: dos bares; da falta de segurança; do policiamento; das ruas cheias de buracos; da falta de asfalto; do mato; da poeira; e da falta de iluminação. O que fica perceptível nas respostas é a reafirmação de que o referido bairro, à semelhança de Aparecida de Goiânia, não teve uma ocupação planejada, favorecendo agrupamentos populacionais em condições de moradia inadequadas e sem o mínimo de infraestrutura, conforme destacam Moysés (2004) e Simone (2014), conforme descrito no capítulo II desta dissertação. Tal precarização é intencional e coerente com o processo de urbanização capitalista, como endossa Villaça (1986). Esse processo ocasiona a escassez e a falta, forçando os jovens pobres a se constituírem enquanto categoria a partir da não pertença a um lugar. Conforme se observa no relato dos jovens:

Ser jovem aqui no meu bairro é triste, muito triste. Ser jovem aqui neste bairro é uma tarefa complicada, difícil [...] eu penso que meu bairro é um lixo, porque é verdade, eu não gosto, não tem nada que me agrada, não tem uma praça, não tem um parque, nem asfalto, só na linha do ônibus mesmo. Eu não gosto do meu bairro em nada, não tem polícia, não tem nada. Não tem nem o que eu menos goste, eu não gosto é de nada. (Entrevista, Júlia).

Ser jovem aqui no meu bairro é muito perigoso, porque tem muita festa, muitas drogas, muito *mala*, têm muitas brigas. Ser jovem no meu bairro agora, nestes dias tá difícil. Se não tomar cuidado desanda e acaba fazendo coisa errada [...] O que eu menos gosto do meu Setor é que não tem asfalto, não tem água tratada, não tem rede de esgoto, então, quando a gente sai na rua se suja tudo [...]. (Entrevista, Marcos).

Ser jovem aqui no Buriti é difícil... tem muita droga, bagunça e a polícia quase não vem aqui, quando vem fica querendo prender a gente. Teve uma vez que eu tava sentado aqui (apontou para o banco que estávamos sentado) e o policial disse para minha mãe para me colocar pra dentro, pois na próxima vez que me ver aqui fora, mesmo que eu não tenha nada, vai jogar na minha mão e me prender. (Entrevista, Gilney).

Eu não gosto daqui. É bom, é um Setor tranquilo, mas não pode sair na rua que a polícia para te confundindo com ladrão. Eles não podem ver uma rodinha de três jovens, aí eles querem bater. (Entrevista, Ricardo).

Os relatos dos jovens nos permitem considerar que, na perspectiva deles, ser jovem no Setor Buriti Sereno é ter a certeza de serem parte daqueles que são marginalizados, pois vivem uma perceptível criminalização da pobreza, em condições urbanas precárias, distantes de redes de suprimentos de necessidades básicas, não há espaços públicos para integração social e convivem com a insegurança social. Então, é preciso concordar com Duarte (2012) ao ponderar que ser jovem pobre residente nos bairros periféricos é muito diferente de ser jovem pertencente aos segmentos das classes médias e altas desta sociedade, pois os jovens de camadas populares são comumente violentados, ainda que simbolicamente, a partir de percepções etnocêntricas.

Para se compreender os jovens pobres de periferia, há que se partir da noção de distinção de se viver esse tempo de vida de acordo com as condições sociais e culturais específicas de cada comunidade local, ou seja, compreender que a condição juvenil não se dá da mesma forma em grupos sociais distintos, sendo fortemente marcada pelo território e pelos espaços sociais nos quais os agentes estão inseridos. Bourdieu (2003) exemplifica isto comparando um adolescente burguês a um jovem operário, para quem, além de viverem em territórios distintos ainda há uma notória diferença na distância das reais oportunidades sociais, das condições de vida e das oportunidades de emprego, que é discrepante entre os dois jovens.

O bairro, enquanto parte nuclear das relações sociais existentes na cidade, é, então, produtor de cultura, entendendo a categoria cultura²⁰ como uma “totalidade em movimento, um corpo de práticas e expectativas em relação com a totalidade da vida” (DUARTE, 2012, p. 77). O espaço territorial desvela por meio do cotidiano quem são seus agentes sociais e de que forma estes dialogam com as condições objetivas da cultura local permeadas no bairro. Nesse sentido, a cultura perpassa o *habitus* das pessoas, tornado legítimo ou ilegítimo determinadas práticas sociais assimiladas e engrenadas nas relações sociais existentes no bairro.

²⁰ Segundo Cevalco (2003) o termo “cultura” vem do latim *colere* que significava inicialmente *habitar*. O termo cultura ao longo dos séculos vem sofrendo alterações semânticas e ressignificações quanto ao uso. Nesta dissertação, o termo se refere às diferentes identidades e representações sociais em conflito no cotidiano das pessoas.

O bairro, enquanto construto social da condição de juventude se integra no cotidiano cultural dos jovens do Setor Buriti Sereno por meio do processo de classificação, desclassificação e reclassificação, conforme pondera Bourdieu (1989; 2010). Para os jovens investigados a partir de suas conjecturas e noção de gosto ou desgosto em referência ao próprio Setor, reforçam-se suas concepções e expectativas em relação ao modo de vida existente no bairro de periferia, lembrando-se de que o bairro, enquanto parte embrionária das cidades relaciona-se com essas práticas sociais de forma a reproduzir, produzir, conflitar e ressignificar padrões estabelecidos.

3.5. Os jovens pesquisados e o mundo do trabalho

Segundo Zaluar (1994), é dos dez aos vinte e cinco anos de idade que os jovens geralmente se inserem no mundo do trabalho. Isso fica evidenciado na presente pesquisa, pois dos oito jovens que preencheram o questionário, todos já tinham vida ativa com relação ao trabalho, exceto um, que recebia aposentadoria por invalidez, ficando esta situação assim disposta: cinco começaram a trabalhar entre os 14 anos e os 17 anos de idade, dois começaram a trabalhar antes dos 14 anos e um nunca trabalhou (recebe aposentadoria por invalidez).

A inserção prematura dos jovens no mercado de trabalho se dá, segundo Queiroz (2008a), porque os filhos dos trabalhadores aprendem mui cedo a necessidade de contribuírem para a renda familiar e para a própria subsistência. Segundo a autora, isto, em determinado momento, pode até favorecer o processo de solidariedade entre os entes da família. Contudo, Salama e Destremau (1999) ponderam que esse processo de inserção no mundo do trabalho não é espontâneo, mas, sim, condicionado à realidade social em que se vive, culminando muito em breve num conflito entre trabalho e escola, no qual, segundo os autores, a escola quase sempre perde.

Para os autores acima citados, o trabalho infantil, especialmente no período da Revolução Industrial, está associado ao desenvolvimento industrial. Contudo, atualmente, segundo os autores, está ligado aos fatores de competitividade. Entretanto, os autores destacam que o trabalho infantil é praticado essencialmente por dois fatores: pela má remuneração e pela alta capacidade de adaptação

(flexibilização) das crianças, confirmando a adequação moderna à proposta do modelo denominado acumulação flexível.

As atividades laborais mencionadas pelos jovens que responderam ao questionário foram: técnico de ar condicionado, ajudante de irrigação, ajudante em horta, serviço de costura, babá, eletricista, pintor, servente e ajudante em granja de frango. Os rendimentos de cinco, entre os oito jovens, ficaram na faixa de R\$ 200,00 reais a um salário mínimo. Um dos jovens não tinha trabalho na época da pesquisa e o salário que destoou dos demais foi do jovem que *ajudava* em uma granja em Hidrolândia, que recebia dois salários mínimos e meio. A utilização do verbo no passado, *ajudava*, é proposital, pois no dia 17 de janeiro de 2016, o pesquisador reencontrou o jovem Juvenal e, conforme registro no diário de campo, o referido jovem já não mais estava trabalhando em Hidrolândia; agora estava fazendo “bico” com um tio dele, prestando serviço da área de eletricista.

Segue abaixo um recorte das entrevistas feitas com os jovens no que se refere ao trabalho e as perspectivas profissionais futuras:

[Em que você trabalha?] Hoje estou fazendo um bico ali na horta. [Mas você não trabalha na horta todos os dias. Trabalha com o que normalmente?] Pintura (pintor). [Você gosta desta área?] Sim. [É nisto que você quer trabalhar o resto da sua vida?] Não. [O que você quer fazer no futuro?] Quero ser mecânico. [Mas você quer ser mecânico por quê? Por quê gosta ou por quê você acha que dá mais dinheiro?] Dá mais dinheiro. [...] [Por que você começou a trabalhar como pintor?] Meu pai morreu há dez anos, minha mãe teve derrame... então tive que trabalhar. (Entrevista, Marcos).

[E você trabalha com o que?] Irrigação. [Você fez algum curso?] Sim a empresa escolhe algumas pessoas para fazer o curso, ai eu fiz. [...] [Mas porque você gosta de irrigação?] Eu acho muito legal nos filmes ver aquelas coisas saindo da terra para molhar a grama, quando viajo fico vendo aqueles pivô, acho muito legal. Eu gosto. [...] [E você pretende fazer um curso nesta área?] Sim. Quero ser engenheiro agrônomo. [E você pensa em fazer este curso no futuro?] Sim. Mais olhe... tenho três opções. Primeiro quero ser engenheiro agrônomo, posso também trabalhar em mecânica e ajudar meu irmão no futuro, e agora terminando o segundo grau posso prestar concurso para guarda municipal. (Entrevista, Gilney).

[Você trabalha?] Sim. [Trabalho informal sem carteira assinada?] É. [Em horta?] Sim. [E como era o trabalho lá?] Bom. [Você acha que o que aprendeu lá é válido para sua vida?] Da horta não pode tirar nada de lá. [...]. (Entrevista, Ricardo).

[Você começou a trabalhar informalmente com quantos anos?] Com quatorze lá no Maranhão. Com a costureira. [Qual o seu maior sonho?] Me formar em Direito. [Porque você gosta do direito?] Meu sonho é tentar fazer um pouco de justiça. Ser uma advogada, uma juíza. (Entrevista, Júlia).

Nos relatos acima, percebe-se a existência de um dualismo, que Duarte (2012) apresenta como esperanças subjetivas e oportunidades objetivas. Segundo o

autor, tendo por base os estudos de Bourdieu, as relações com o mundo do trabalho são condicionadas a partir do capital global, que é a integração entre o capital econômico, o capital cultural e o capital social. No caso dos jovens do Setor Buriti Sereno, assim como de outros jovens das classes populares, são fortemente limitados pelo capital cultural herdado da família (BOURDIEU, 2007a).

Em relação aos jovens que responderam ao questionário, o que se constatou foi que um dos pais estava desempregado, um era tratorista, um era jardineiro e dois eram motoristas. Três das mães eram diaristas e cinco eram donas de casa. Portanto, não seria difícil aferir que a trajetória laboral dos pais apresenta relação direta com as condições objetivas de profissionalização dos jovens do Setor. Conforme se observa no questionário, nos registros do diário de campo e nas entrevistas, os jovens do Setor Buriti Sereno, 3ª etapa, têm poucas oportunidades de emprego ali; sendo assim, a opção mais utilizada é fazer “bico” nas hortas. Segundo registro no diário de campo, numa intervenção feita em 17 de outubro de 2015, obtivemos a informação de que no Setor há três hortas, e os jovens recebem, em média, R\$ 40,00 reais por dia; alguns recebem R\$ 40,00 reais a mais para irem colher verduras na madrugada de domingo. Por ser uma atividade informal, não apresenta constância na frequência das diárias, nem na periodicidade do trabalho. Caso houvesse constância na frequência das diárias o rendimento mensal poderia chegar até R\$ 1.200,00. É válido ressaltar que os jovens que integraram a pesquisa jamais trabalharam de carteira assinada, conforme endossado pelos jovens, na sequência:

Eu comecei a trabalhar, assim, eu nunca trabalhei de carteira assinada na minha vida não, eu já trabalhei sem ser de carteira assinada, [...] eu era muito nova [...] ah! eu quase nem lembro mais. Eu não tenho profissão nenhuma, mas já trabalhei com costura. Trabalhei numa confecção, mas não levei isto a sério não. (Entrevista, Júlia).

Emprego fixo nunca tive, até hoje eu não tenho emprego fixo, nunca trabalhei num emprego fixo, sempre foi bico mesmo, trabalhando pros outros. Nunca fui de perder o emprego assim não, quando o emprego acabava ou quando eu sai porque o patrão era ruim pra pagar, alguma coisa assim, mas chegar a perder o emprego nunca perdi não. Já trabalhei na horta, já trabalhei como ajudante de pedreiro, já trabalhei de ajudante de azulejista, já trabalhei de pintura, trabalhei mais em construção civil. Trabalhei também mais meu tio, ajudando a fazer próteses dentárias. Acho que só. (Entrevista, Marcos).

Eu nunca trabalhei de carteira não, mas faço bico na horta e outra coisa que aparecer. (Entrevista, Ricardo).

Carteira assinada nunca tive não, mas tô sempre trabalhando de alguma coisa, ajudando meu irmão na pintura ou outra coisa que der. (Entrevista, Gilney).

Conforme os relatos acima, é possível concordar com Garcia (2009), ao considerar que os jovens no contexto urbano, especialmente os jovens pobres, são inseridos no mundo do trabalho em “ocupações não valorizadas socialmente” (p. 228), com flexibilização na jornada de trabalho e recebendo baixos salários, percepção igualmente partilhada por Antunes (2005). Contudo, os jovens investigados não demonstram constrangimento de expor que trabalham na horta, o que deve, provavelmente, ao fato de ser este, no Setor, um trabalho legitimador da condição de trabalhador, que traz distinção entre eles (BOURDIEU, 2007a). Contudo, por serem influenciados por uma cultura hegemônica que desclassifica o trabalho braçal e rural, os jovens ficam a gangorrear entre a realidade social que vivem e as expectativas subjetivas de caráter urbano capitalista, pois na fase de entrevistas, conforme recorte inicial deste tópico, querem, a partir de expectativas subjetivas, ser juíza, mecânico automotivo, arquiteto e engenheiro agrônomo²¹.

O trabalho, para as classes populares, segundo Renarda (2007), é entendido em termos morais, isto é, o trabalho supera o valor do salário, o que permite uma reafirmação social do trabalhador perante a comunidade local atribuindo referências simbólicas. Segundo a autora, o desemprego para os pobres é uma humilhação e uma privação moral, o que evoca a condição histórico-social da figura do vagabundo conforme apresentada por Castel (1998) e Rizzini (1997).

Na percepção de Rizzini (1997) “os pobres que se situavam mais acima na escala de moralidade eram aqueles que trabalhavam” (p. 90). A autora descreve isto referenciando-se ao século XX; ainda hoje, porém, tal perspectiva permanece aplicável. Dessa forma, o trabalho para as juventudes pobres rompe a barreira econômica e agrega sentidos morais, sociais e culturais. Posto isso, o desemprego também sofre alterações na sua condição estrutural, pois a situação de desemprego, na percepção dos jovens, traduz-se num impedimento de participação social efetiva e, então, assume um sentido de inadequação, conforme observa Queiroz (2008a).

Segundo Pais (1991), para os jovens, a condição de desempregado representa a “perda da sua identidade” (p. 974). Para o autor, o termo identidade

²¹ O jovem que respondeu querer ser engenheiro agrônomo, Gilney, na fase de entrevistas, disse não gostar de trabalhar em horta, ele enfatizou gostar especificamente de irrigação.

representa as conexões das práticas sociais dos indivíduos que os tornam integrados em uma sociedade local por meio do sentimento de pertença social. No caso dos jovens investigados, conforme relatos descritos anteriormente, o trabalho é entendido como percurso de reafirmação da identidade social, ainda que esse trabalho seja de caráter informal e de baixa remuneração. Para esses jovens, o trabalho representa valor social e os integra, ainda que precariamente, ao mundo dos adultos.

Para o autor, a relação dos jovens com o mundo do trabalho pode apregoar um viés distinto do apresentado até o momento. Para ele, os jovens das classes populares encaram o trabalho de uma “forma instrumental” (p. 963). O autor explica que, para os jovens “ter um qualquer trabalho é melhor do que não ter trabalho algum e um trabalho em que se ganhe mais dinheiro é melhor do que um trabalho em que se ganha menos” (*Ibidem*). Isso se evidencia, parcialmente, na entrevista feita com Marcos, especialmente quando o jovem destaca que quer mudar de ramo de atividade apenas porque, supostamente, os ganhos financeiros são maiores.

Nesse cenário de ressignificação do trabalho para os jovens de classes populares, o discurso do empreendedorismo é outro aspecto importante para a compreensão das expectativas subjetivas dos jovens em relação ao mundo do trabalho hodierno. Souza (2008) investiga essa relação e considera que, para os padrões do capitalismo atual, o jovem é o sujeito mais adequado para a competitividade, pois é “ajustado ao novo regime de acumulação capitalista, portador de qualidades como flexibilidade, independência, inovação. É aquele que assume riscos e busca realizar seus sonhos de ascensão e mobilidade social” (p. 160). Entretanto, na crítica de Santos (2001), é exatamente o consumismo e a competitividade que “levam ao emagrecimento moral e intelectual da pessoa, à redução da personalidade e da visão de mundo” (p. 49).

Segundo Souza (2008), a noção de jovem empreendedor é entendida pelos organismos internacionais como forma de condição protagonista, sendo o jovem, então, o principal personagem no combate à pobreza. Entretanto, tal pressuposto é uma dissimulação que produz culpabilidade unilateral nos jovens, sem levar em considerações os fatores histórico-sociais que orbitam nas histórias, limites e trajetórias que constituem os segmentos juvenis. É nessa mesma direção a crítica que Cunha (1980) faz, desvelando ser o liberalismo o princípio motor para a

concepção de que o sucesso ou o fracasso de cada indivíduo depende de si mesmo e não de uma estrutural organização social.

A concepção de protagonismo juvenil, especialmente na leitura do fracasso individualizado e da culpabilidade isolada, torna-se palpável nos relatos da jovem Júlia, que, no questionário e nas entrevistas, insiste por vezes, em associar sua trajetória de vida ao que ela chama de “preguiça”. Em nenhum momento a jovem Júlia divide seu suposto fracasso com a família, a escola, o trabalho, a cidade, ou com qualquer outro agente histórico-social. Então, a condição de não trabalhadora é, para a referida jovem, apenas “preguiça”, como característica pessoal de autculpabilização. Isso reforça e desnuda a força que, ainda hoje, a visão malthusiana exerce, impulsionada agora pela ótica do empreendedorismo.

A categoria preguiça enquanto reflexo de uma autculpabilidade juvenil pode ter origem anterior ao liberalismo. Tendo em vista que os jovens investigados têm relação com movimentos religiosos protestantes, como assinalaram no questionário e nas entrevistas, quiçá seja possível, então, estabelecer uma ponte entre a herança religiosa dos jovens e a perspectiva histórico-religiosa acerca do trabalho. Valls (1994), baseado nos estudos de Max Weber, considera que

Os protestantes, principalmente os calvinistas, sempre valorizaram eticamente muito mais o trabalho e a riqueza [...] no século passado, o ideal do homem cristão enaltecia muito mais o burguês culto, casado, com família grande e boas economias acumuladas, cultor da vida urbana e social. (pp. 15-16).

Neste viés, Weber (1999) associa a tradição cristã protestante à supervalorização do trabalho e, então, em contrapartida, há uma noção de que a ociosidade é perniciosa. Para o autor, segundo as bases calvinistas “a perda de tempo, portanto, é o primeiro e o principal de todos os pecados” (p. 112). Destarte, a noção de preguiça está intimamente ligada à noção de pecado que, então, aumenta a sensação de culpabilidade nos jovens.

No intuito de tentar desvelar mais sobre as percepções dos jovens acerca de suas próprias relações com o mundo do trabalho, foi indagado sobre a questão de ser jovem trabalhador. Segue abaixo o comentário dos jovens:

Eu acho que ser jovem trabalhador é muito bom, você já vai adquirindo uma experiência mais na frente, é melhor que estar na rua fazendo coisa errada. (Entrevista, Júlia).

O que eu penso de ser jovem já ser trabalhador porque é bom, me trouxe mais responsabilidade. Acho que eu não tenho muita brincadeira assim levo muito as coisas a sério. Acho que o trabalho na minha juventude foi muito

bom porque me tirou do crime, me tirou das drogas, não saiu para festa, baladas assim [...] o sentido do trabalho para mim é sempre não deixar minha família passar dificuldade [...] o trabalho na minha vida é muito bom, se faltar serviço para mim falta tudo em casa. (Entrevista, Marcos).

Jovem tem que trabalhar, precisa de dinheiro. E isto é bom. Não fica a toa por aí (Entrevista, Ricardo).

Jovem que trabalha é bom sim, pois já vai aprendendo uma profissão e não fica fazendo coisa errada. (Entrevista, Gilney).

O relato dos jovens, acima, faz transparecer o papel social que o trabalho tem para as classes populares, que vem para suprir uma evidente necessidade financeira, mas, ao mesmo tempo, demonstra também uma adequação aos padrões classificatórios e de controle social previamente estabelecidos pela sociedade hodierna. Ser jovem trabalhador, para os jovens que compõem esta pesquisa, é tanto uma questão de sobrevivência quanto alinhamento às expectativas sociais sobre eles depositadas.

Na concepção dos jovens investigados, o trabalho é essencialmente informal, tendo em vista que nenhum dos jovens jamais teve carteira de trabalho assinada. Portanto, a percepção dos jovens acerca do trabalho na juventude refere-se ao trabalho informal. Para Gohn (2012), o trabalho informal transfigura as relações de trabalho e, então, “a luta básica passa a ser pela manutenção de um emprego, qualquer que seja, e não mais pelas condições de trabalho” (p. 298). Dessa forma, segundo a autora, a economia informal passa a ser preconizada como saudável e recomendável, como se observa no discurso dos jovens investigados. Todo esse processo endossa a lógica do capitalismo, segundo a qual, segundo Demo (2003), a proposta final “não é apenas acumular riqueza, é sobretudo impedir que outros se tornem também ricos” (p. 286).

3.6. Os jovens pesquisados e a evasão escolar

Ao iniciar este tópico, é preciso que retomemos como contexto e pano de fundo histórico concepções antes postas, a saber: pauperismo, estado de naturalização da pobreza, criminalização da pobreza, capitalismo como força motriz da desigualdade, representação social do trabalho informal para as comunidades de periferias, urbanização da periferia como segregação planejada e juventude como

novos atores/expectadores deste mundo contemporâneo. Tais categorias estão entranhadas nas trajetórias dos jovens que compõem a pesquisa, sendo este o cenário em que a condição de estudante se desvela para eles.

Por essa razão, a escola, especialmente, a que está presente nos bairros de classes populares, não é agente isolado ou neutro, mas sim um catalisador de toda a efervescência histórico-social de ser, no tempo presente, jovem pobre de periferia. Entendemos, então, que a escolarização para os jovens pobres de periferia se desvela como a ponta de um *iceberg*, escondendo de forma submersa a estrutura sólida de uma realidade de pauperismo, conforme descrita até o momento nesta dissertação. Por conseguinte, as trajetórias escolares dos jovens das classes populares são, corriqueiramente, marcadas por descontinuidades como será observado nos relatos dos jovens, que, para Bourdieu (1997), culminará numa realidade preocupante, pois “pela falta de capital cultural, estão votados a um fracasso escolar praticamente certo” (p. 220).

A proposta de leitura do tempo escolar dos jovens que compõem a pesquisa se inicia a partir do ponto de ruptura escolar. Dos oito jovens que preencheram o questionário, sete evadiram definitivamente da escola no primeiro ano do Ensino Médio e um no segundo ano do Ensino Médio²². Percebe-se, desta forma, um alto índice de abandono logo início do Ensino Médio, o que se deva, talvez, à mudança de cultura escolar do Ensino Fundamental para o Ensino Médio, que não mais percebe o aluno como criança. Entretanto, é possível que a evasão se justifique pelas vias da adultização, preconizada pelo mundo do trabalho.

Para Schwartzman (2004a), entretanto, o fato de os jovens desejarem entrar no mundo dos adultos pela via do trabalho não é uma questão apenas de sobrevivência pessoal ou de necessidade de complementação da renda familiar. Segundo o autor, há de se questionar a relevância da escola para os jovens:

Ao contrário do que muitas vezes se supõe, o trabalho infanto-juvenil não parece ser, na maioria dos casos, uma forma de completar a renda das famílias, e sim um comportamento que se desenvolve pela má qualidade do sistema educacional, que tem grandes dificuldades de reter os jovens a partir da adolescência. (p. 11).

²² É válido ponderar que nos relatos dos jovens há várias interrupções, descontinuidades e abandonos ao longo das trajetórias escolares deles, porém em nível de análise concentraremos na última vez que eles evadiram da escola, ou seja, na condição que estavam no momento da pesquisa.

A fim de compreender a relevância da escola na trajetória de vida dos jovens investigados fizemos um recorte, conforme segue, contemplando o tempo escolar dos jovens antes da efetiva evasão, o recorte a seguir traz um pouco das percepções que os jovens têm da escola e seus agentes:

Bom...sobre a minha escola, quando eu *tava* na infância eu me diverti muito. Estuda não estudei muito não, não prestava atenção muito nas aulas, nem nas professoras, não dava ouvido a quase nada [...] Na adolescência eu fugia muito da escola, falta muito as aula, daí eu comecei a me afastar muito. Algum momento importante na minha vida na escola mesmo, eu acho que eu não tive quase nenhum [...] o relacionamento com os professores também era bom, só que eles brigavam muito comigo porque eu faltava, faltava muita aula. Os coordenadores também nunca tive nenhuma briga, mas eles também eles nunca me elogiaram, eu também não estudava direito. Dificuldade com alguma matéria eu já tive, em matemática, sempre tive dificuldade na matemática, porque achava difícil fazer conta, nunca me dei bem com números. [...] Eu não gostava de ir pra escola porque (pausa) eu achava muito, (pausa), muito tedioso. Não aguentava ficar vendo as aulas todinha. [...] meu pai morreu quando eu recebi a notícia eu estava na escola. [...] a escola me ajudava mais a ser, escrever bem, a ler, a conversar melhor, só que eu porque não dava ouvido, me educava. Só quando a gente cresce um pouquinho que a gente pensa nas coisas que a gente aprendia e nas coisas que fazia de errado. [...] eu esperava terminar meus estudos mais rápido, o que eu esperava não foi alcançado. [...] eu lembro muito das professoras me ajudar, eu tentava, mas era muito fraco. [...] minha mãe sempre brigava com a gente pra ir pra escola, a gente chorava pra ir pro colégio, custava ir, mas eles (pai e mãe) sempre brigava com a gente. Depois que meu pai faleceu minha mãe não conseguiu segurar a gente não, foi aí que eu parei de estudar. (Entrevista, Marcos).

A escola quando eu era criança, a escola que eu estudei, ela era boa em vários aspectos, menos na parte estrutural, o governo não cuidava muito bem, era bem esquecida, mas em relação aos estudos sempre foi bom. Eu sempre gostei muito das brincadeiras, participar dos jogos escolares. Nunca gostei mesmo de estudar, sempre tive preguiça nesta parte. Já depois, na minha adolescência eu passei a gostar de outras coisas, comecei a gostar mais das matérias, teve matéria que eu me dei bem que eu não gostava quando era criança. Agora o que eu nunca gostei é que a escola, para mim a escola era um símbolo de você ir pra escola, estudar e aprender, hoje você em dia você vai pra escola e vê coisas erradas, e eu não gostava da turma que eu estudei pois lá eles usava drogas e tudo dentro da sala, e isto me incomodou bastante. O que eu gosto muito de lembrar de minha vida escolar é dos amigos que eu fiz, varias amizades boas, uns que eu tenho até hoje, das brincadeiras, foi muito bom pra mim. Eu acho que me ajudaram a evoluir quanto pessoa. Eu sempre fui uma boa aluna, nunca dei trabalho não, sempre fui obediente aos professores, aos Diretores, ao pessoal da merenda, nunca tive problemas com isto não. Mas eu nunca gostei mesmo de ir pra escola, parece que, já deixei de ir pra escola por três vezes, deixei de ir. A primeira vez foi porque eu queria trabalhar, ai eu passei dois anos sem ir, e também por questão de preguiça. Já esta vez agora, esta vez agora, que eu parei de estudar, 2015, eu quis trabalhar e também um pouquinho de preguiça também. [...] dificuldade na matéria, eu tive na matemática, no inglês um pouquinho, mas aprendi mais inglês do que matemática. [...] ao de paixão estudar ciências e história, pra mim estas duas matérias não tem comparação, gosto demais. Na verdade eu parei de estudar por preguiça, mas eu queria trabalhar, tanto que eu trabalhei um pouquinho. [...] eu acho que o fato de eu ter parado de estudar foi uma

burrice, foi coisa de adolescente mesmo, não tem explicação, hoje eu sinto falta. Me prejudicou porque pra arrumar trabalho tem que ter o Ensino Médio completo. (Entrevista, Júlia).

Na escola foi bom (pausa), lá não tive muito problemas não. [...] Comecei a estudar com seis anos de idade. Sempre estudei na mesma escola, esta que tem aqui no Setor. Eu me lembro muito dos professores, tinha uns bons outros não, uns tinha paciência, outros não. [...] Eu não gostava do Diretor porque ele era muito chato. [...] Não me lembro de ter sofrido nenhum preconceito na escola, tinha bons amigos lá. Agora eu lembro de uma briga que teve lá na escola, pouco antes de eu sair, quase me furaram lá. Eu briguei com um colega meu por causa de um lápis, aí ele levou a briga tão a sério que ele queria matar eu. Aí o único jeito foi sair correndo debaixo das asas do meu pai. [...] acho que não foi bom eu ter parado de estudar não. (Entrevista, Ricardo).

Lá na escola eu só fazia bagunça, estudei não, era bagunça demais, o tempo todo. [...] Eu gostava muito da escola do Pq. Amazonas, mas hoje quando eu me lembro, gosto mais desta daqui (referindo à escola do Setor). [...] acabei envolvendo com as pessoas erradas e comecei a faltar demais, ai parei. (Entrevista, Gilney).

A leitura dos relatos do tempo escolar vivido pelos jovens, conforme descrito anteriormente, permite aferir que o tempo de escolarização para eles foi tempo também de cultivo de amizades, pois em todos os relatos há menção da interação com amigos, quer seja pela bagunça ou pela afetividade. Dessa forma, a escola, para esses jovens, ocupou-se em ser um lugar para além do conhecimento acadêmico e se mostrou agente eficaz para integrações sociais e culturais, ainda que eles não se adequassem aos padrões institucionais, o que posteriormente culminou na evasão escolar.

Nos relatos dos jovens, conforme descrito, percebe-se que a noção de amizade permeia todos os discursos e memórias escolares. Há que se destacar que a própria designação para o ato de bagunça também evoca algum entrelaçar de amizade, assim como a própria sensação de desgosto por algum agente escolar também denota afetividade. Por essa razão, é possível considerar que a escola para esses jovens ocupou simbolicamente lugar central na construção das relações sociais.

Outro aspecto perceptível, algo igualmente identificado nos estudo de Abramo (2014), foi os jovens do presente, ainda que evadidos da escola, conviverem com a contradição de terem mais educação formal que seus pais, porém viverem com maior precariedade e insegurança social. É válido lembrar que os jovens investigados, ainda que evadidos da escola, têm mais tempo de escola que os pais, conforme descrito no início deste capítulo.

Segundo Bourdieu (1997), essa maior permanência na escola converge, posteriormente, para uma perceptível autoculpabilização, pois, supostamente, esses jovens tiveram mais chances escolares e de mobilidade social do que os seus pais, porém, fracassaram ao evadirem da escola.

Na perspectiva de Enguita (1989), o tempo de permanência na escola pode ter outro agravante, pois considera que

A questão não era ensinar um certo montante de conhecimentos no menor tempo possível, mas ter os alunos entre as paredes da sala de aula submetidos ao olhar vigilante do professor o tempo suficiente para domar seu caráter e dar a forma adequada a seu comportamento. (ENGUITA, 1989, p. 116).

Na visão do autor, conforme citação acima, a escola apresenta outras facetas sociais, as de caráter coercitivo e de adestramento social. Por essa razão, para Bourdieu (2007b), a escola cumpre a função de consagrar a distinção por meio de uma violência simbólica. Esse processo se dá porque “embora o sistema de ensino simule conhecer apenas os valores propriamente escolares [...], na verdade, está a serviço dos valores das classes dominantes” (p. 258). Dessa forma, os agentes escolares partem da ilusão de uma neutralidade ética e, sendo assim, os docentes julgam professar juízos escolares quando, na verdade, fazem juízos de classe.

Para Castel (2008), a escola até reivindica o princípio da igualdade, mas é “incapaz de garantir a paridade dos grupos sociais” (p. 50), perspectiva igualmente partilhada por Burawoy (2010), ao afirmar que “embora pareçam neutras, as escolas presumem a posse de um capital prévio” (p. 19). Para Bourdieu (2014), esse capital prévio é de origem elitizada e de classe dominante.

Para Bourdieu (2007b) a ação pedagógica transmite conteúdo, mas também transmite “a afirmação do valor do conteúdo” (p. 257). Por esta razão, afirma:

[...] A escola contribui, portanto, para reproduzir a estrutura das relações entre as frações das classes dominantes fazendo com que as crianças originárias de outras classes ou de outras frações não possam extrair de seus títulos escolares o mesmo lucro econômico e simbólico obtido pelos filhos da grande burguesia de negócios e do poder por estarem melhor colocados para relativizar os julgamentos escolares. (*Idem*, p. 265).

Segundo o autor, a formação escolar, assim como a diplomação/titulação escolar, está associada diretamente ao capital social do indivíduo. Por essa razão, “o diploma não passa, em última instância, de uma caução facultativa que serve para legitimar a herança” (BOURDIEU, 2007b, p. 334). Para exemplificar essa lógica da hereditariedade profissional condicionada à hereditariedade escolar, fruto direto

de um capital global, o autor cita a profissão de médico como exemplo mais palpável. Ele escreve a partir do contexto da França, que não difere do contexto do Brasil nesse quesito, pois número considerável de acadêmicos de medicina são filhos de médicos, comprovando o processo de legitimação da herança.

As juventudes pobres brasileiras não apresentam capital global competitivo, ou, ao menos, há de se admitir que o capital global partilhável nas classes populares é destoante dos esperados pela escola e pela cultura dominante (BOURDIEU, 2014). Então, segundo Duarte (2012), há uma descrença nos instrumentos estatais como reguladores de equidade e oportunidade, sendo, o Estado corresponsável pelo desinteresse dos jovens pela educação. O autor endossando Bourdieu, afirma que:

Observam-se, nos sistemas educacionais brasileiros, mecanismos sutis de exclusão dos jovens da escola, garantidos por um complexo discurso que preconiza a democratização da escola para todos, mas, na verdade, a poucos reserva a continuidade e o sucesso escolar. (DUARTE, 2012, p. 194).

Para Duarte (2012), a escola deveria ser capaz de dialogar com a realidade dos alunos, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, capazes de refletir sobre a realidade histórico-social do bairro em que moram. Contudo, segundo postula, a escola é, contrária e intencionalmente, o principal agente de manutenção das desigualdades, inculcando nos jovens a obediência e a aceitação, assim como a não identificação com a realidade local.

Nesse sentido, Nidelcoff (1980) defende que a função do professor deveria ser a de ajudar os alunos a compreender a realidade, a se expressar a partir dessa realidade e, por fim, descobrir-se como elemento de mudança na referida realidade. Segundo a autora, “isto se fundamenta numa visão do homem como ser histórico que se realiza no tempo” (pp. 6-7). Contudo, como assevera Duarte (2014), “a cultura escolar aparece distante da vida dos jovens, de suas necessidades, e muito pouco contribui para o desenvolvimento humano e social” (p. 89), o que dificulta demais a permanência dos jovens na escola, fato este igualmente perceptível nos relatos dos jovens.

Para Duarte (2012), a escola no contexto liberal desempenha um papel ideológico e, por vezes, utópico em relação à ascensão social das classes populares, ascensão esta que se daria, supostamente, por consequência direta do mérito e do esforço individual desses jovens, resgatando, assim, a mesma lógica do protagonismo, agora, porém, estabelecida a partir das relações escolares. Tal

perspectiva reafirma, mais uma vez, a rota de colisão entre as expectativas subjetivas e as condições objetivas. Segundo o autor, é por essa razão que se estabelece uma dialética perversa, que se desdobra em dois momentos: primeiro, no fracasso escolar dos jovens pobres e, segundo, no movimento de rejeição da escola, conforme se observa no relato de Marcos:

Acho que eu perdi muito tempo da minha vida na escola sem estudar, eu acho que podia ter estudado mais [...] eu faltava muita aula [...] eu também não estudava direito [...] o que eu esperava não foi alcançado porque eu não dediquei bem. (Entrevista, Marcos).

Na visão de Santos (2001), as classes populares “não dispõem de meios para participar plenamente da cultura moderna” (p. 144), e esta impossibilidade é fruto direto das condições objetivas de se ser pobre. Isto porque os jovens pobres de periferia subsistem com o drama da descontinuidade, como destacam Baldino e Cavalcante (2014): “a escolarização de jovens das camadas populares no Brasil é marcada, ainda, por uma trajetória de descontinuidade, em razão, prioritariamente, da entrada precoce no mundo do trabalho” (p. 207). Tal perspectiva foi igualmente observável na presente pesquisa, especialmente na fase de entrevistas, quando os jovens foram indagados sobre o porquê de terem abandonado a escola. As respostas foram:

[E por que você parou?] Bagunça! Só fazia bagunça... bagunça demais. Daí me envolvi com as pessoas erradas e acabei faltando muito, até que parei. [Qual a lembrança mais antiga que você tem da escola?] Só lembro da bagunça, bagunça demais. (Entrevista, Gilney).

[E porque você parou de estudar?] Ah... envolvi com as pessoas erradas, drogas, bagunça. [Estas pessoas erradas estão na escola ou fora da escola?] Dentro... e fora. (Entrevista, Marcos).

[O que te fez parar de estudar?] Eu tinha que trabalhar, eu *tava* sem dinheiro, homem sem dinheiro não presta. (Entrevista, Ricardo).

[Por que você parou de estudar?] por preguiça! (Entrevista, Júlia).

No relato dos jovens acerca da evasão escolar percebem-se notoriamente três supostas causas: a bagunça, o trabalho e a preguiça. A partir dessas categorias fica evidente uma autoculpabilização, reforçando os pressupostos de Cunha (1980) e Duarte (2012), ao considerarem que a educação escolar ofertada junto às comunidades pobres de periferia é impregnada de falácia liberal. Tal sentimento de autoculpabilidade se mostra seja pelo suposto desinteresse que favoreceu a

bagunça, seja pela suposta falta de virtude pessoal que culminou na preguiça, seja pela suposta necessidade financeira.

Observa-se nos discursos dos jovens investigados que em nenhum momento eles relacionaram a evasão escolar com a própria escola, ou com a condição histórico-social, ou com a relevância do ensino, ou com qualquer outro fator extrínseco a eles próprios. A percepção que os próprios jovens têm da evasão escolar foi que esta é uma escolha individualizada e particularizada, o que evidentemente é falacioso, pois a evasão escolar é resultante de inúmeras causas coletivas e de desarranjos na trama social.

A pesquisadora Zaluar (2004), ao investigar a condição do jovem no contexto do Rio de Janeiro, igualmente se surpreende com a quantidade de jovens que atribuem à preguiça o fato de não mais terem interesse em frequentar a escola, a semelhança das respostas dadas por Júlia. A autora também constata que quem mais atribui a si mesmo a desvirtude preguiça são os jovens pobres, fato este que comprova, mais uma vez, o quanto a perspectiva liberal está impregnada no *habitus* dos jovens pobres, sendo a escola ou, neste caso, a evasão da escola produtora de significados e de *habitus*. No caso da categoria preguiça ainda há que se considerar, como destacado no tópico anterior, a influência e a herança religiosa como formadora de valores e percepções sociais.

Há outras problemáticas instauradas na relação dos jovens com a escola. Segundo Duarte (2012), o modelo escolar proposto pela sociedade moderna é voltado para o fornecimento de mão-de-obra para o mercado e, nesse contexto, os jovens pobres ocupam lugar central pois, por estarem em condição de precariedade e insegurança, submetem-se a trabalhos em condições inadequadas.

O cenário se agrava, segundo Zaluar (1994), quando o autor pondera que mesmo o jovem que frequenta cursos profissionalizantes ou de qualificação profissional ainda fica deslocado e muito em breve se torna inadequado para a realidade objetiva do mundo do trabalho. Esse processo força os jovens a entrar em ciclos intermináveis de educação formal, ficando os jovens, dessa forma, sempre precisando qualificar-se para atender às novas exigências do mercado. E sempre haverá quem venda cursos, retroalimentando a lógica capitalista da escassez, conforme assevera Villaça (1986).

Dessa forma, o que há são subdiplomados, conforme os classifica Castel (2008), sendo isto um reflexo direto do que, fundamentadas em Bourdieu, Queiroz e

Guimarães (2014), denominam “fenômeno da inflação dos diplomas” (p. 58). Para os autores a desvalorização econômica e simbólica do diploma prejudica em especial os jovens de classes populares, pois:

[...] esses, ao fim de uma longa escolaridade, em geral mantida com pesados sacrifícios, recebem como premiação diplomas desvalorizados que acabam por estigmatizá-los duplamente, pois, aparentemente, tiveram *chances* para mudarem de posição, entretanto, *fracassaram*, pois não há oportunidades de acesso no mercado de trabalho [...] no bojo dessas condições objetivas [...] a instituição escolar é um engodo ou uma imensa decepção coletiva [...]. (*Idem*, p. 59) [grifo no original].

Embora cada jovem tenha feito algum curso profissionalizante²³, há que se destacar que nenhum deles exerce alguma função relacionada aos cursos realizados, pois os três rapazes trabalham, eventualmente, na horta (fazem “bico”) e a jovem está desempregada. Isso reforça a lógica de que os referidos jovens terão que ingressar em outros cursos de formação para atenderem à qualificação exigida pelo universo do trabalho iminente. Abaixo o relato de Júlia sobre sua percepção acerca do curso de informática que fez:

Fiz um curso [...] de informática, fiz ele todo, o médio e o avançado. Eu achei ele uma bosta, desculpa o palavriado, mas num aprendi. Hoje em dia se eu pegar um computador não faço a mínima ideia, sei algumas coisas. [...] no meu currículo ele (curso de informática) não tá porque já me falaram que não vale a pena. (Entrevista, Júlia).

Na fala de Júlia, o curso não teve valor para o mercado de trabalho. Contudo, na visão de Bourdieu (2010), a problemática da diplomação está associada exata e diretamente à condição histórico-social dos sujeitos; então, a percepção de Júlia acerca da ineficácia do curso feito transcende o campo escolar e reflete a sua própria condição social de ser jovem pobre de periferia. Para o autor, “fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale seu detentor” (BOURDIEU, 2010, p. 152). Sendo assim, a escolarização não é capaz de transpor a condição de vida dos jovens investigados para uma realidade destoante daquela que eles vivenciam cotidianamente.

Para Abramo (2014), os jovens vivenciam mais insegurança com relação ao mundo do trabalho por não conseguirem relacionar os conhecimentos escolares com a prática laboral. Este fato é igualmente perceptível nos relatos dos jovens desta pesquisa:

²³ Júlia fez um curso de informática; Gilney fez um curso na área de irrigação; Ricardo fez um curso de balconista de farmácia; Marcos *pretende* fazer um curso na área de mecânica.

[Você acha que a escola tem alguma coisa para contribuir para a sua vida pessoal?] Sim. As coisas boas e ruins que aconteceram, isso serve de exemplo. [...] [Você acha que trabalho e estudo tem alguma relação, você acha que estudar mais ganha mais?] Eu acho que não tem muita relação não. Estudar mais ganhar mais. Acho que vai da pessoa. (Entrevista, Júlia).

O que eu aprendi na escola não me ajudou muito no trabalho não [...] o meu trabalho não exige muita escolaridade não, acho que por isto eu me dei bem. (Entrevista, Marcos).

[Você acha que o que você aprendeu na escola te serve no trabalho?] Sim. Não. Não no trabalho que faço hoje, mas para eu conseguir um trabalho melhor tenho que estudar. (Entrevista, Gilney)

[O que você aprendeu na escola te serve pro trabalho?] Não. Na horta não precisa disto não. (Entrevista, Ricardo).

No recorte acima fica evidente que, para os jovens, a relevância da escola não se dá numa relação direta com o mundo do trabalho, até porque o universo laboral conhecido por eles é o informal e o de atividades braçais. Retomando a fala da Júlia, há nela uma expressão que merece atenção, quando ela diz: “acho que vai da pessoa”. Tal construção traz consigo uma carga conceitual de protagonismo e individualismo, pressupostos que descortinam a função da escola no cenário neoliberal.

Há que se destacar que, por mais que os jovens percebam uma dissociação entre escolarização e trabalho, contraditoriamente, depositam na escola a esperança de uma profissão futura, como se destaca a seguir:

O que pode me ajudar nas minhas perspectivas do futuro é a escola [...] pro meu futuro é isto, eu acabar meus estudos e ter uma profissão melhor. (Entrevista, Marcos).

Eu penso assim, pro futuro eu preciso me esforçar mais para eu ter um futuro melhor [...] o futuro é logo ali, passa muito rápido, se não correr atrás, não ter educação, não ter estudo, para adquirir o dinheiro e bens materiais, porque hoje em dia todo mundo quer ter, vou ter que trabalhar muito [...] o meu maior desejo é terminar os meus estudo, entrar numa faculdade, me formar em direito, exercer a carreira que eu sempre sonhei e ajudar minha família com o que eu vou ganhar né. (Entrevista, Júlia).

Minha vida é tudo, mas com estudo. Sem estudo ninguém não é nada. (Entrevista, Gilney).

Estudar é importante, para ser alguém na vida. Sem estudo não dá. (Entrevista, Ricardo).

A percepção que se tem após as interações com os jovens é que ainda é latente e muito convincente a noção de que a ascensão social para eles está

condicionada diretamente, e unicamente, à escolarização formal, ainda que não encontre nexos com sua própria realidade social e laboral no tempo presente.

Para Dias e Guimarães (2007), a escola para os jovens pobres é uma “estratégia de sobrevivência” e se constitui num “conjunto de crenças imaginárias” (p. 130), como espaço de mobilidade social. Para Bourdieu (1997), a escola para as famílias pobres é “uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela” (p. 483). Por essa razão, para Duarte (2014), essa ideia esconde a “realidade social, política, econômica e cultural, que se orienta pela distinção e determina os modelos de seleção, inserção e exclusão” (p. 87-89), o que se comprova no discurso dos jovens.

Para Bourdieu (2007b), há uma distância significativa entre as expectativas subjetivas e as condições objetivas. No caso, dos jovens do Setor Buriti Sereno, essa lógica se observa na intenção profissional futura oriunda da escolarização obtida, na real inserção desses jovens no mercado de trabalho, na herança profissional/escolar dos pais, na relação/expectativa escolar e, especialmente, nas reais condições histórico-sociais inerentes de ser morador de uma periferia urbana.

Os jovens que compõem a pesquisa são jovens evadidos da escola, o que torna mais distante da realidade objetiva o discurso deles de ascensão profissional, especialmente se essa trajetória for por meio da via de diplomação escolar. Por essa razão, para Castel (2008), “a maioria dos jovens tem os pés na precariedade econômica e a cabeça no universo cultural das classes médias” (p. 39).

Para Duarte (2014), o atual modelo de ensino consegue, no máximo, favorecer a imitação, numa “pretensa mimese” dos padrões de vida estampados nas etiquetas na sociedade moderna. E, sendo assim, o autor, pondera que a má qualidade das escolas públicas de periferias é uma intencional manutenção da discriminação social. Em relação a isso, o autor é enfático ao afirmar que a inexistência de oportunidades de estudo é fator de discriminação, mas “estar na escola e não aprender devidamente é também fator de sujeição e discriminação” (DUARTE, 2014, p. 88). Também Castel (2008) é enfático ao afirmar que a escola não exclui, a escola “expulsa os que ela não consegue integrar” (p. 49).

Para esse autor, os jovens não estão na condição de excluídos, pois estão parcialmente *dentro* e parcialmente *fora* da sociedade e de seus agentes socializadores, a exemplo da escola. E é essa condição de desfiliação que faz os jovens se revoltar, segundo o autor, pois têm “convicção de estar diante de um

futuro sem perspectivas, desprovidos de recursos para serem reconhecidos como membros por inteiro da sociedade” (CASTEL, 2008, p. 40). No caso dos jovens do Setor Buriti, as revoltas contra essa condição de desfiliação se dão claramente no ambiente escolar sob a expressão “bagunça” - citada por vezes nas entrevistas.

Para Enguita (1989) a “disciplina converteu as escolas em algo muito parecido aos quartéis ou aos conventos beneditinos” (p. 117). Então, a categoria *bagunça* é um conhecido ato de indisciplina no campo escolar. Contudo, a bagunça revela uma resistência dos jovens frente à cultura escolar predominante e sua relevância no tempo presente, assim como no tempo futuro. Nidelcoff (1980) também segue a mesma perspectiva e defende que o desinteresse dos alunos tem relação direta com a parcialidade da informação transmitida em classe e com a dissociação desta da realidade social dos discentes.

O que se pode aferir, após a interação com os jovens do Setor Buriti Sereno, é que, para eles, a escola exerce uma função de mantenedora da expectativa subjetiva de ascensão social e profissional, supostamente garantindo-lhes um futuro melhor, especificamente com condições financeiras melhores. Por mais que, nos discursos feitos pelos jovens, haja uma dissociação entre o trabalho atualmente realizado por eles e a escolarização recebida, esses mesmos jovens depositam, na escola, contraditoriamente, a esperança de um futuro distante de suas próprias trajetórias.

Na percepção dos jovens investigados, a escola é imprescindível para o futuro e se apresenta como que um símbolo de esperança, ainda que subjetiva e dissociada de sua realidade social e cultural. Então, o tempo escolar assim como o percurso rumo ao futuro desses jovens são um convite para serem contrabaixistas na orquestra, como propõe a metáfora de Bourdieu (2014), ou seja, ocuparem lugares inferiores numa estrutura maior e a eles inacessível. Logo, a escola, e a própria evasão escolar, adestram esses jovens para, gradativa e violentamente, irem aceitando sua função na orquestra.

A escola, na perspectiva sob que foi observada, torna-se em um agente social capaz de gerar expectativas subjetivas nos alunos, impondo-lhes valores de uma cultura dominante e também ofertando-lhes um suposto futuro dissociado de sua própria cultura. O resultado iminente é a frustração de quem, ao perceber as condições objetivas de ser jovem de periferia, se vê fragmentado, sem sua própria história, por uma violência simbólica e estrutural, porém legitimada pela escola.

3.7. Os jovens pesquisados, o esquecimento e a negação do passado

Durante a pesquisa, constatamos a recusa dos jovens a narrar suas próprias trajetórias e a trajetória de seus pais, negando a si mesmos a rememoração de seus tempos de infância. A recusa a rememorar o passado se dava por meio de aparentes contradições, esquecimentos e resistências, como se verifica no discurso deles:

Tem pouca coisa do meu passado que eu gosto de lembrar, somente da lembrança da época de escola, a alegria de brincar na rua, ir para casa das amigas [...] eu não gosto de lembrar do meu passado, porque foi um infância pobre, muito sofrida. (Entrevista, Júlia).

Algum momento importante na minha vida na escola mesmo, acho que eu não tive quase nenhum. Que eu lembre, que eu lembre também, quase nenhum, bom, nem ruim também não. (Entrevista, Marcos).

O meu passado foi bom, brinquei muito, mas foi ruim também (pausa). Só me lembro das brincadeiras e do meu pai, o resto deixo pra lá. (Entrevista, Ricardo).

Na minha infância fiz muita bagunça, brinquei muito, foi bom. Também teve coisas que eu não gosto de ficar lembrando (pausa), foram muito ruins. (Entrevista, Gilney).

Nota-se nos relatos dos jovens que, ao se aproximarem das memórias do tempo de infância, eles se esquivavam, evitando discorrer sobre esse período. Percebem-se, também, aparentes contradições, pois na mesma fala ora se lembra do passado como um bom tempo que viveu, ora se recorda dele como um tempo difícil ou ruim. As constantes pausas nos discursos tornam palpável que o passado era uma fronteira que eles evitavam romper, e às vezes, preferiam ignorá-lo com a intenção de abandoná-lo ao esquecimento. Optamos, portanto, por respeitar essa fronteira da memória, por entendermos que esta era uma especificidade da cultura juvenil desses jovens. Portanto, a negação do passado ou a tentativa de se esquecer dele mostrou-se como uma estratégia de sobrevivência desses jovens frente ao contexto social em que estão inseridos.

Num primeiro momento, a impressão que tivemos era de que os jovens estavam relutantes em falar sobre suas próprias vidas com o pesquisador; talvez porque este representasse uma organização social e religiosa do Setor. Entretanto, por meio da aplicação de diversas ferramentas durante a pesquisa e a interação

com outros jovens do Setor, foi possível perceber que o esquecimento e a negação das histórias do passado é uma característica muito própria deles.

Os esquecimentos e a negação das memórias criavam barreiras aos diálogos durante as etapas da pesquisa. Os jovens preferiam mirar os discursos num futuro imaginário, dissociando suas próprias vidas do passado e da própria condição social do presente, tornando o futuro algo subjetivo e contemplativo. Os jovens exemplificam o intencional abandono do passado amparando-se numa suposta determinação e otimismo de olhar para o futuro, conforme segue:

Ao olhar para meu passado tenho uma sensação (pausa) ruim, muito trabalho quando eu era criança, (pausa) eu penso mais no meu futuro. Eu entendo que o que eu vivi na minha infância foi para eu aprender a viver o que eu sou hoje. (Entrevista, Gilney).

Eu tenho muitas perspectivas para meu futuro, eu planejo muito, tenho muitos desejos, sonho bastante, e, eu tenho fé que vou conseguir chegar mais alto, atingir minhas metas, meus planos. (Entrevista, Marcos).

O meu passado foi difícil, mas foi bom. Tudo que eu vivi me ajudou a ter hoje um futuro melhor, e vai melhorar. Eu vou vencer. (Entrevista, Ricardo).

Eu lembro que passamos muita dificuldade, a gente era muito pobre, ainda é, mas tá melhor. Pro meu futuro vou terminar os estudos, conseguir um bom emprego e quem sabe ser juíza. (Entrevista, Júlia).

Na concepção dos jovens, conforme o recorte acima, o futuro é algo abstrato e pouco ou nada tem a ver com o passado deles, o que é uma dissimulação, pois as condições de futuro estão amparadas nas histórias e nas condições sociais de passado. Dessa forma, o apegar-se exacerbadamente ao futuro é uma tentativa de negação ou abandono do próprio passado. Posto isso, fica evidente que os jovens oscilam e se fragmentam em suas próprias histórias causando discontinuidades e rompimentos que mutilam suas condições objetivas de se aperceberem enquanto jovens de uma periferia de Aparecida de Goiânia.

A partir do percurso que traçamos para a reconstrução das trajetórias de vida dos jovens, ficou evidente que um dos fatores característicos deles era o esquecimento, a negação do passado e o silêncio. Posto isso, nossa abordagem voltou-se, então, para o campo da memória enquanto produtora de cultura entre os jovens investigados. Para esse viés contribuem Ricoeur (2007) e Agamben (2005), ao admitirem haver o silêncio enquanto linguagem, o silêncio ativo, o silêncio que diz. Ou seja, o silêncio dos jovens se constitui em forma de dizer que não querem relatar seu passado.

Segundo Lombardi (2011), há “limites cada vez mais elásticos da capacidade de esquecer” (p. 77). Nesse sentido, o silêncio dos jovens sobre algumas temáticas poderia ser um mecanismo de defesa por meio de uma filtragem social da memória, pois “usar a memória como fonte para a História, implica em se adotar, voluntária ou involuntariamente, as filtragens já socialmente adotadas” (*Ibidem*).

Perceber a relação dos jovens com seu próprio passado nos permitiu entender que a “memória não se reduz ao ato de recordar” (DELGADO, 2003, p. 17), mas se dá, essencialmente, na relação com o esquecimento e a negação do passado. Logo, analisar o esquecimento e o abandono do passado se torna fundamental no processo de reconstrução da memória. Então, se para Ricoeur (2007), “lembrar-se é, em grande parte, não esquecer” (p. 451), o inverso também se mostra funcional, ou seja, esquecer é, em grande parte, não se lembrar e, nesse caso, daquilo de que não se quer lembrar. Ao que parece, foi essa a lógica encontrada pelos jovens investigados.

A narrativa dos jovens confirma ainda o postulado de Ricoeur (2007), ao afirmar que “o passado vivenciado é indestrutível” (p. 453), ou seja, permanece enquanto registro mnêmico, ainda que de forma inconsciente. Isso fica perceptível nas constantes pausas durante as entrevistas. Ao que parece, o passado está lá, até certo ponto acessível à memória, mas os jovens não queriam buscar essas histórias, preferiam deixá-las lá.

O esquecimento e a negação do passado dos jovens ficaram mais notórios quando, em 5 e 6 de março de 2016, foi-lhes entregue uma descrição das trajetórias de vida deles, em que tinham campos para preencher, lacunas de informações que nos faltavam. Então, a jovem Júlia rabiscou por vezes os espaços a serem preenchidos e completados, numa aparente contradição, mas que na verdade é fruto do esquecimento, especialmente da trajetória dos pais. Gilney descreveu informações diferentes das do questionário, também, em aparente contradição, e após confronto entre as diferentes versões, afirmou não saber responder algumas coisas, pois não se lembrava. Ricardo, perceptivelmente, escondeu-se por detrás de afirmações positivas para evitar aprofundamentos sobre o seu passado, evitando ter que se lembrar. Marcos foi o único que demonstrou relativa abertura para se lembrar do próprio passado e, sendo assim, na fase das entrevistas, mostrou-se emotivo ao se lembrar do pai e das desventuras vividas na infância, muito embora se tenha mostrado confuso acerca de suas próprias memórias.

A percepção que tivemos foi de que o esquecimento e a negação do passado se tornaram fator determinante na formação da cultura dos jovens investigados. Lombardi (2011) confirma tal ideia e acrescenta: “ao mesmo tempo em que a cultura é feita de memória, esta contraditoriamente também implica no esquecimento” (p. 77). Para o autor, a memória é “a possibilidade e capacidade de dispor dos conhecimentos passados” (*Idem*, p. 86). Sendo assim, o esquecimento e a memória são mecanismos capazes de conservar, reviver e restabelecer as atuais trajetórias histórico-sociais, pressupostos partilhados originariamente nos escritos de Ricoeur (2007), segundo os quais o esquecimento está intimamente relacionado à memória.

Podemos ainda considerar que o esquecimento e a negação do passado se inserem na trajetória de vida dos jovens investigados enquanto característica da cultura do tempo presente. A fluidez, característica da modernidade tardia, atinge em especial a novas gerações, tornando-as relativamente surdas em relação a seu próprio passado, mudas em termos de capacidade de narrativa, configurando-se em certa amnésia individual de suas próprias histórias coletivas. Nesse viés, Bauman (2011) adverte que

O jogo da vida é rápido, omnívoro, devorando a atenção e não deixando um instante de pausa permitindo o pensamento e a concepção de propósitos mais elaborados [...] O resultado global é a fragmentação do tempo em episódios, cortados cada um deles do seu passado e do seu futuro, cada um deles fechado sobre si próprio e bastando-se a si próprio. O tempo já não é um rio, mas uma coleção de pântanos e tanques de água. (p. 96).

Na perspectiva de Jameson (2000) há uma crise de historicidade que é capaz de desvelar um diagnóstico cultural de esquizofrenia social. Para tanto, o autor afirma que “somos incapazes de unificar o passado, o presente e o futuro de nossa própria experiência biográfica” (p. 53). Para esse autor, o resultado estético dessa ruptura de temporalidade é o isolamento, é o fortalecimento do presente, numa espécie de materialidade das percepções e a perda da realidade, sendo que tudo se dá numa intensidade “alucinógena ou intoxicante” (*Idem*, p. 54).

No dia 15 de março de 2016, numa última interação com os jovens, na tentativa de extrair mais informações sobre seu passado, sua infância e sua memória ou, ao menos, tentar tatear o papel constituidor do esquecimento na trajetória deles, foi feita, então, a seguinte pergunta: qual a dificuldade de falar sobre seu passado? Você não se sentiu a vontade para compartilhar sobre seu passado comigo (pesquisador)? As respostas estão dispostas abaixo:

Não gosto de falar do meu passado, Não tem muita coisa que eu gosto de recordar. (diálogo final²⁴, Ricardo).

Não me lembro de muitas coisas do passado. (diálogo final, Marcos).

Não fico pensando muito no meu passado não, não gosto de lembrar de algumas coisas. (diálogo final, Gilney).

Não gosto muito de falar sobre isso. Acho que tudo que falei é o importante. Porque tem coisas que eu não gosto de lembrar. (diálogo final, Júlia).

A partir desta interação final, duas premissas foram evidenciadas: primeiro, a de que o esquecimento e suas variações foram intencionais durante toda a pesquisa. Então, o não querer lembrar encobriu um possível passado transpassado pelo pauperismo, que pode ter sido trágico, talvez até traumático, ao menos vividamente sofrido. Ou, na melhor das hipóteses, um passado sem memórias significantes para o presente, num estado de amnésia temporal, pois como considera Bauman (2008),

[...] podemos dizer que hoje, em nossa experiência como humanos, o passado não conta muito, pois não oferece fundamentos seguros para uma perspectiva de vida, não se cuida de maneira adequada do presente porque ele está virtualmente fora de controle e existem boas razões para temer que o futuro reserve mais surpresas desagradáveis, sofrimentos e atribulações. Em nossos dias, a precariedade não é uma questão de escolha, é o destino (p. 196 - grifo no original).

Para Piedade (2015), baseada nos estudos de Halbwachs, “a lembrança é a sobrevivência do passado” (p. 273), sendo que no caso dos jovens do Setor Buriti Sereno, o ato de esquecer é um ato intencional de desvincular-se do passado. Numa perspectiva bourdieusiana, o esquecimento se converteu em estratégia dos jovens pesquisados para sua reclassificação no jogo presente da vida, que se desvela nas condições objetivas de ser jovens de uma periferia de Aparecida de Goiânia.

A segunda premissa foi de que a aproximação do pesquisador com os sujeitos investigados pode não ter sido a causa principal do esquecimento ou da negação do passado, pois quando perguntado aos jovens sobre o possível constrangimento não foram dadas respostas afirmativas. Entretanto, é válido ponderar que, mesmo que fosse essa a causa principal, muito dificilmente os jovens

²⁴ Estamos denominando este momento de “diálogo final” para destacar que tal interação se deu num momento posterior às demais etapas de entrevistas. Nessa última interação, buscamos identificar o porquê do esquecimento e da negação do passado. Este foi o último diálogo feito com os jovens acerca da temática da pesquisa.

a verbalizariam. É importante destacar, contudo, que, durante a pesquisa, houve um momento em que foi dada a oportunidade para que os jovens verbalizassem tal dificuldade ou constrangimento.

Constatamos, então, que o tempo presente é o único tempo que, efetivamente, interessa e se integra ao cotidiano dos jovens investigados, pois como defende Jameson (2000), isto faz parte da lógica cultural do capitalismo tardio. Por essa razão, o esquecimento foi tão utilizado nas narrativas deles, assim como a negação das memórias do passado. Segundo Bauman (2011), a sociedade atual só consegue viver uma parte da história e “não se deixa integrar facilmente numa totalidade” (p. 97). Essa sensação de desapego ao passado e de virtualidade do futuro aponta para uma realidade do mundo do capitalismo emergido da lógica do consumismo, onde o imediatismo, a flexibilidade e a satisfação momentânea são discursos assimilados com naturalidade. Sendo assim, Bauman (2008) afirma que as âncoras estão flutuando.

Ao findar este capítulo, fica evidente que ser jovem em uma periferia de Aparecida de Goiânia traz consigo especificidades culturais distintas e identificadoras em relação a outros movimentos de urbanidade. Ao analisar a trajetória de vida dos jovens do Setor Buriti Sereno, pode-se asseverar que o pauperismo permeia suas tramas sociais, territoriais, laborais e educacionais, inserindo-os precariamente e desvelando a condição de desfiliação a que estão submetidos. O resultado perceptível foi uma ruptura temporal entre passado, presente e futuro, sendo que o passado tende a ser abandonado, o presente tende a ser supervalorizado e o futuro tende a ser subjetivado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema que norteou a pesquisa foi: quais as memórias, as trajetórias escolares e as perspectivas de futuro de quatro jovens pobres residentes em um bairro da periferia de Aparecida de Goiânia? A partir dessa problematização e por meio da metodologia proposta nesta pesquisa, conseguimos, ainda que provisoriamente, identificar parte da trajetória de vida de quatro jovens residentes no Setor Buriti Sereno 3ª etapa, centralizando a investigação a partir de três categorias centrais: territorialidade; mundo do trabalho; evasão escolar.

Entendemos que as perspectivas de futuro dos jovens investigados não se evidenciaram ao longo da pesquisa empírica, quando visível agregava tons de subjetividade, destoando das condições objetivas de serem jovens pobres de uma periferia de Aparecida de Goiânia. Tal constatação nos direcionou para outro campo investigativo que foi o esquecimento e a negação do passado como estratégias de sobrevivência no presente e subjetivação do futuro.

Constatamos também que, para os jovens investigados, o passado pode personificar duas vertentes: primeiro, sua irrelevância, pelo que foi tão facilmente esquecido durante o processo. Segundo, a possibilidade de que o passado tenha sido forte o suficiente para deixar marcas tão profundas e traumáticas, razão pela qual foi tão enfaticamente negada a possibilidade de narrar seu próprio passado durante as interações. Seja como for, ficou notório que o passado para esse grupo de jovens não se integra ao presente, assim como o futuro também não se integra. Portanto, verificamos que o presentismo é uma característica peculiar desses jovens, que se inserem numa modernidade líquida esquizofrênica.

O resgate da memória e, ao mesmo tempo, o não resgate intencional da memória feito pelos jovens investigados, desvelaram que o não lembrar pode ser um campo mais amplo de investigação, apontando para uma prática cultural caracterizada pelo abandono do passado com a subjetiva pretensão de focar-se no futuro. Tal pressuposto mostrou-se falacioso, pois a condição de futuro é atrelada à historicidade do passado e as assimilações estampadas nas representações sociais do presente.

Ao que parece, os jovens investigados construíram em suas mentes uma noção de futuro distante, à qual o passado não se integra e, então, vive-se uma

intensa condição de presentismo, que pode ter seus sintomas acentuados pela condição de pauperismo. Nesse caso, o pauperismo seria um dos catalizadores, embora não o único, de um passado a ser esquecido e/ou negado, na esperança subjetiva de se encontrar um futuro diferente do efetivamente vivido. Por essa razão, entendemos que a condição de pobreza interfere na forma de resgate das memórias, nos padrões de *habitus* e no *ethos* desses jovens, agregando valores simbólicos o suficiente para ressignificar suas práticas.

Ao analisar a trajetória de vida dos jovens e seus discursos sobre a escola, percebemos que, ainda que a escolarização não tenha representado, efetivamente, um conhecimento útil para a vida cotidiana deles, contraditoriamente, os mesmos jovens depositavam suas esperanças futuras quase que exclusivamente na escola. Tal postura demonstra que a escola ainda ocupa papel fundamental na inserção social dos jovens de periferia, mesmo que tal importância se dê, efetivamente, no interior de uma visão romântica e subjetiva.

A escola, na perspectiva dos jovens investigados, não conseguiu dialogar com a realidade laboral dos mesmos e, aparentemente, não se mostrou atrativa ou relevante nas condições objetivas de ser jovem pobre em uma periferia de Aparecida de Goiânia. Observamos que a evasão escolar dos jovens investigados se deu essencialmente no início do segundo grau e por razões diversas. Contudo, ficou perceptível nos discursos dos jovens uma autculpabilização pelo abandono escolar, ou seja, para eles o fracasso escolar, assim como o seria o sucesso escolar, não tem qualquer relação com o conjunto social, estrutural e cultural em que eles estão inseridos.

A pesquisa reforçou a perspectiva da escola de Birmingham de que a cultura popular é distinta da cultura de massa, e que esta não é massa de manobra das classes dominantes, ainda que seja explorada e utilizada pela classe dominante. As classes populares têm apresentado historicamente resistências e fomentado práticas marginais e confrontadoras dos padrões estabelecidos. No caso dos jovens investigados, isso se desvelou por meio das categorias “bagunça” e “preguiça”, sendo que estas são um audível confronto aos conteúdos, conhecimentos e posturas elitistas, que distam da realidade objetiva desses jovens. A própria evasão escolar se torna um movimento de resistência e desnudamento da inadequação social da cultura escolar como essa posta no Setor. Contudo, tal rebeldia e oposição

tornam os jovens alvos de rotulações preconceituosas designadas pela noção de classe perigosa e por estereótipos que criminalizam a pobreza.

No decorrer deste estudo, buscamos evidenciar que o pauperismo não é uma questão ocasional ou recente, mas, sim, estrutural e intencional nas relações sociais. Dessa forma, a pobreza ocupou papéis diferentes ao longo das eras, como foi exposto no decorrer de cada capítulo, demonstrando que a pobreza não é eventual e está em constante diálogo com a realidade historicamente construída em cada sociedade.

A noção de pobreza, como apresentada nesta dissertação, buscou demonstrar que, antes de sua recente visibilidade, posta pelo Banco Mundial, o pobre já se constituía como ator, visto com preocupação por parte do Estado e/ou das religiões, ora pelo desconforto social que a pobreza provocava, ora pela excessiva condição de exploração à qual os pobres estavam submetidos, ora pelo que poderiam representar enquanto risco à ordem estabelecida.

As formas de demonstração e percepção histórica da pobreza também se constituíram em outro fator que buscamos compreender, pois partimos do pressuposto de que a estigmatização do pobre não é fenômeno recente, havendo, portanto, a necessidade de averiguação da condição existencial desses agentes em outras construções histórico-sociais anteriores. Feito isso, a impressão que tivemos foi de que o pobre, enquanto sujeito, tem ocupado historicamente um lugar utilitarista frente aos interesses da classe dominante em cada época.

A partir da análise histórica realizada nesta dissertação, ficou evidente que a pobreza foi útil para a concepção de salvação dos ricos e para o clero da religiosidade medieval; assim como era necessário enquanto força produtiva e controle estatal por meio da *Poor Laws*, no início da modernidade. Como também era a principal força de trabalho a ser explorada pelos grandes donos de indústrias a partir da Revolução Industrial, sendo que essa condição de exploração permanece até os dias atuais. Igualmente, mostrou-se adequada aos centros urbanos, favorecendo a implementação, de forma intencional e sistemática, da segregação socioespacial como reafirmação dos interesses da classe dominante, reforçando a naturalização do estado de pobreza como se concebe atualmente.

Nesse percurso, conforme exposto, o mundo do trabalho e seus desdobramentos nas relações sociais desvelou-se o epicentro da resignificação do ser pobre na modernidade, especialmente a partir do século XIX, por meio da

regulamentação do trabalho assalariado. Contudo, mais recentemente, observamos a reconfiguração do mundo do trabalho por meio de contratações flexíveis, terceirização e precarização das condições de trabalho, o que se constitui na subproletarização.

Ao buscarmos perceber a relação dessas mudanças do mundo do trabalho com as condições de vida das classes populares, constatamos que os pobres são os mais prejudicados na lógica da acumulação flexível, submetendo-se a essa lógica, não por escolha, mas são esses os únicos postos de trabalho a eles disponíveis, em função do capital econômico, social e cultural que detêm, ou seja, em consequência de suas condições objetivas enquanto pobres habitantes das periferias urbanas.

O mundo do trabalho é de vital importância, conforme se destacou na pesquisa, porém para além de ser uma mera troca de força de trabalho e remuneração salarial, o trabalho tece as relações sociais e culturais das pessoas. Essa lógica, a partir da realidade objetiva das classes populares, permitiu-nos considerar a pobreza não como mera ausência de recursos financeiros, mas, sim, como fator de insegurança e instabilidade social.

Posto isso, a concepção de pobreza que apresentamos está em consonância com a condição de desfiliação, inserção utilitarista e precariedade social. Ser pobre, portanto, não é apenas não ter dinheiro ou não ter trabalho; é não ter capital cultural e social suficientes para romper com as expectativas subjetivas e perceber-se nas condições objetivas que tornam os pobres periféricos e marginais no sistema vigente.

Constatamos ainda que a cidade é o *locus* privilegiado para produção da riqueza e da pobreza, que, ao contrário do que poderia parecer, não são concepções antagônicas, mas, sim, atraentes entre si. A ocupação do Centro-Oeste brasileiro desvelou ser possível coexistir, por detrás do suposto planejamento urbano, uma segregação territorial e social intencionais, amparadas pela especulação imobiliária, pelo interesse da produção privada e pelo descaso político. No caso de Aparecida de Goiânia, tais características se tornaram palpáveis e visíveis especialmente enquanto categorias de cidade-periferia e cidade-dormitório.

A pesquisa centralizou-se no Setor Buriti Sereno, especificamente na 3ª etapa, por causa da grande extensão territorial do Setor, que, segundo o censo de 2010, já contava com 14.439 habitantes. Esse recorte possibilitou um aprofundamento acerca das condições de vida, cultura, *habitus* e *ethos* dos sujeitos

investigados. Examinamos o Setor partindo da noção de que o bairro é um importante formador na cosmovisão e na cultura dos habitantes, sendo a parte nuclear da vida urbana, em que se dá boa parte das relações afetivas, possibilidades de emprego e o sentimento de pertença a um lugar.

A constatação a que chegamos é de que o Setor Buriti Sereno se constitui como periferia da cidade de Aparecida de Goiânia em função de sua disposição geográfica, de seu distanciamento dos centros de poder, de consumo, de postos de trabalho, de bens e serviços básicos, da precariedade nas formas de transporte público, que poderiam facilitar o acesso aos bens materiais e culturais disponíveis na cidade, entre outros. Entretanto, também constatamos que têm havido mudanças na paisagem territorial e social do Setor, porém ainda insuficientes e inoperantes, o que pode apenas favorecer a especulação imobiliária, reiterando a condição de segregação espacial e social.

A presente dissertação teve como objetivo geral investigar os fatores socioculturais e históricos inseridos na trajetória de vida de quatro jovens evadidos da escola com idade entre dezoito e dezenove anos, residentes na 3ª etapa do Setor Buriti Sereno, em Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil. Para tanto, fora proposto analisar o conceito de pobreza enquanto categoria central na discussão das condições de vida dos jovens da periferia; analisar o processo de segregação socioespacial das populações das periferias urbanas; investigar a condição juvenil no mundo contemporâneo e sua relação com o processo de segregação socioespacial; estudar o processo de expansão urbana na Região Metropolitana de Goiânia e o impacto nas condições de vida da população jovem no município de Aparecida de Goiânia.

Entendemos que tais objetivos foram satisfatoriamente alcançados, porém não esgotados enquanto campo investigativo e apontam para outras dimensões de pesquisas posteriores, a saber: sobre como a diversidade da cultura juvenil dialoga com as realidades das classes populares no tempo presente; sobre como a cultura popular contemporânea se opõe à vigente cultura dominante ou a absorve, e afeta as representações sociais da juventude moderna; sobre como a nova realidade produtiva induz à perda da memória, especialmente das gerações mais jovens; e, sobre como as periferias se tornam legitimadoras e produtoras de culturas juvenis que, simbolicamente, estabelecem-se em uma condição de segregação urbana planejada.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel [org]. **Estação juventude: conceitos fundamentais - pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014.

FERNANDES, Edesio e VALENÇA, Márico Moraes. **Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. **Gangues, galeras, chegados e rappers: juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ALBERT, Michel. **Capitalismo versus Capitalismo**. São Paulo, SP: Fundação FIDES, 1992.

ALVES, Emiliano Rivello. Pierre Bourdieu: a distinção de um legado de práticas e valores culturais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília: UNB, v. 23, n. 1, pp. 179-184, jan./abr., 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Novo Plano Diretor de Aparecida de Goiânia, 2014**. Disponível em: <http://pdaparecida.com.br/wp-content/uploads/2015/02/lei_do_plano_diretor_de_aparecida-de-goiania-11.pdf> Acessado em: 26 de dezembro de 2015.

APARECIDA DE GOIÂNIA. **Planejamento Municipal Sustentável, o Plano Diretor do Município de Aparecida de Goiânia, 2002**. Disponível em: <http://www.aparecida.go.gov.br/documentos/legislacao/Analista_de_Obras_e_Urbanismo/Lei%20Complementar%20n%20%20004-2002%20-%20Dispoe%20sobre%20o%20Planejamento%20Mun.%20Sustentavel,%20sobre%20o%20Plano%20Diretor%20do%20Mun.%20de%20Aparecida%20de%20Goiania-GO.pdf> Acessado em: 15 de dezembro de 2015.

AUGÉ, Marc. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, imagens da pobreza e concepções de trabalho social. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, pp. 49-54, jan/abr, 2004.

BALDINO, José Maria e CAVALCANTE, Cláudia Valente. **Reconfiguração da educação superior brasileira, jovens e política de cotas sociais e raciais: o que preconizam as metas e estratégias do projeto de PNE 2011-202**. Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 201-222, jan/jun. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. A pobreza. Washington, D. C. : Banco Mundial, 1990.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Luta contra a pobreza. Washington, D. C: Banco Mundial, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História** – especialidade e abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre ética pós-moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

BLASS, Leila Maria da Silva (org). **Ato de trabalhar: imagens e representações**. São Paulo: Annablume, 2006.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues; ASSUNÇÃO, Lorena Sulino. **A (re)construção do espaço urbano de Aparecida de Goiânia**. Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional. Blumenau: Universidade Regional de Blumenau, nº 1, pp. 213-235, dezembro. 2013.

BOURDIEU, Pierre *et alii*. **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: 1997

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. 6 ed. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouc, 2007a.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2007b.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel: 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Lisboa: Fim de Tempo, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho**. Brasília: Imprensa Nacional, 1990

BRASIL. Estatuto da Juventude. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto**. Brasília: Imprensa Nacional, 2013.

BURAWOY, Michael. **O marxismo encontra Bourdieu**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2010.

BURKE, Peter [org]. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2000.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A ilusão da moratória social para os jovens das classes populares. *In*: SPOSITO, Marília Pontes (org). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras**. São Paulo: Global, 2007.

CAMILO, Janaina de Holanda. **O preço da terra e o Plano Diretor de Aparecida de Goiânia (2001-2004)**. 2014. 197 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **Os jovens e a cidade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Jovens pobres e o futuro - A construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza e PAULA, Flávia Maria de Assis. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.

CEPAL. **Guia para estimar a pobreza infantil, 2013**. Disponível em: <<http://dds.cepal.org/infancia/guia-para-estimar-la-pobreza-infantil/presentacion.php>> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

CEPAL. **Panorama social da América Latina**. 2012. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/1246/S2012895_pt.pdf?sequence=1> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

CEPAL. **Panorama social de América Latina**. 2015. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39965/S1600227_es.pdf?sequence=1> Acessado em: 24 de março de 2016.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

CUNHA, Luis Antônio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DAYRELL, Juarez. **A Música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude.** Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **Revista História Oral** - Associação Brasileira de História Oral, n. 6, pp. 9-25, jul. 2003.

DEMO, Pedro. **Charme da exclusão social.** 2 ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

DEMO, Pedro. **Pobreza da pobreza.** Petrópolis, RJ: Vozes: 2003

DIAS, Elder. **Os extremos se encontram em Goiânia.** Jornal Opção, ed. 1940. 09-15/09. s.p. 2012. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/posts/reportagens/os-extremos-se-encontram-em-goiania>> Acessado em: 26 de março de 2014.

DIAS, Luciana Campos e GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos. *In*: SPOSITO, Marília Pontes (org). **Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras.** São Paulo: Global, 2007.

DUARTE, Aldimar Jacinto. A educação escolar e os processos de enfrentamento da realidade urbana por jovens da periferia. **Revista Educativa.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 75-92, jan/jun. 2014.

DUARTE, Aldimar Jacinto. **Jovens urbanos da periferia de Goiânia: Espaços Formativos e Mediações Escolares.** 2012. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2012.

ENGUITA, Mariano Fernandez. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo.** São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, Nazareth Cândida de. **Fios de saudade.** Goiânia: Cegraf, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

GARCIA, Dirce Maria Falcone. **Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho.** São Paulo: Annablume, 2009.

GERHARDT, Tatiana Engel (org). **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GOIÁS, SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS (SED/GO). **Vistoria das obras do Instituto Tecnológico em Aparecida de Goiânia**. Disponível em: <<http://www.sed.go.gov.br/post/ver/195979/jose-eliton-vistoria-obras-do-instituto-tecnologico-em-aparecida-de-goiania>> Acessado em: 25 de dezembro de 2015.

GOOGLE MAPS. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Buriti+Sereno,+Aparecida+de+Goi%C3%A2nia+GO/@-16.7825781,-49.3387823,5473m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x935ef9cbb126460d:0xf2ccae10cb38c67f!8m2!3d-16.7820266!4d-49.3171053>>. Acessado em: 15 de maio de 2016.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. São Paulo: ANNABLUME, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005a.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2005b.

HERMANN, Michael. **Jovens tardios**. Breves reflexões sobre adolescência e juventude. Salvador: Clube de Autores/agbooks, 2011.

HOGGART, Richard. **As utilizações da cultura** - aspectos da vida cultural da classe trabalhadora. 1º Volume. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

IBGE. **Aparecida de Goiânia**. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?lang=&codmun=520140&search=goias|aparecida-de-goiania|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>> Acessado em: 26 de dezembro de 2015.

JAMESON, Frederick. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2000.

JARA, Carlos Júlio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2001.

LANDIM, Yeda Célia Paes. Lugarzinho bom de morar. **Jornal Diário de Aparecida**, nº 1262, p. 2, 11/12/2015.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Os excluídos**: Contribuição à História da pobreza no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

LAVINAS, Leda. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias práticas. **Revista Econômica**. Niterói: UFF, v. 4, nº 1, pp. 25-59, 2003.

LEFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LEFÈBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: contribucion a la teoria de las representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

LEITE, Adriano Marquez. **Assessoria de Comunicação (ASCOM)**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Disponível em <<http://www.ascom.ufg.br/pages/13084-goiania-e-10-mais-desigual-no-mundo>> Acessado em: 27 de março de 2014.

LEONARD, Annie. **A História das coisas**. São Paulo: Zahar, 2011.

LINDBERG, Carter. **Reformas na Europa**. São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LOMBARDI, José Claudinei [org]. **História, memória e educação**. Campinas: Alínea, 2011.

LUCKÁS, Georg. **História e consciência de Classe**. Rio de Janeiro: Elfos, 1923.

MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha, chapéu de palha**. Jundiá: Paco Editorial: 2011.

MARTINEZ, Cecília. **Desigualdade social**. 12/05/2010. Disponível em: <<http://al.go.leg.br/noticias/ver/id/92937/tipo/geral/desigualdade>> Acessado em: 26 de março de 2014.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 3ª ed. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Wilmont de Moura. **Trilhas juvenis**: uma análise das práticas espaciais dos jovens em Goiânia. 2004. 134 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2004.

MELO, Freud de. **Aparecida de Goiânia: do zero ao Infinito**. Goiânia: Asa Editora, 2002.

MELO, Nelcivone. Goiânia, o Índice de Gini e a desigualdade social. **Diário de Goiás**. 19/03/2014. Disponível em: <<http://diariodegoias.com.br/opiniao/5368-goiania-o-indice-de-gini-e-a-desigualdade-social>> Acessado em: 26 de março de 2014.

MENDES, Gardene Leão De Castro. **O discurso da criminalização da Juventude no Jornal Daqui**. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. São Paulo: Editora Campus, 1989.

MONSUETO, Sandro Eduardo (org). **Goiás 2000-2013**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

MORAES, Lucia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: Editora da UCG, 2003.

MOURA, Rosa. **Arranjos urbano-regionais no Brasil: uma análise com foco em Curitiba**. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOYSÉS, Aristides. **Goiânia, metrópole não planejada**. Goiânia: Editora da UCG, 2004.

NETO, João Clemente Souza e SANTANA, José Valdo. **A indisciplina e a rebeldia da criança e do adolescente na escola como pedidos de socorro**. Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 129-147, jan/jun. 2014.

NIDELCOFF, Maria Tereza. **A escola e a compreensão da realidade**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

OLIVEIRA, João Ferreira. O método em Bourdieu. *In*: OLIVEIRA, João Ferreira; PESSOA, Jadir de Moraes (orgs.). **O método em Bourdieu**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013.

ONU. **Estado de las ciudades de America Latina y el Caribe 2012**. Disponível em: <<http://estaticog1.globo.com/2012/08/21/Estado-de-las-Ciudades-de-America-Latina-y-el-Caribe-2012.pdf>> Acessado em: 13 de Agosto de 2014.

ONU. **O que é IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH> Acessado em: 13 de outubro de 2015.

ONU-Habitat. **Estado das cidades do mundo 2010/2011: unindo o urbano dividido**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100408_cidadesdomundo_portugues.pdf> Acessado em 13 de agosto de 2014.

PAIS, José Machado [org]. **Tribos urbanas: produção artística e identidades**. São Paulo: Annablume, 2004.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. 2 ed. Lisboa: Imprensa Nacional, 2003.

PAIS, José Machado. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. **Revista Análise Social**. Universidade de Lisboa, Lisboa, v. XXVI, n. 114, pp. 945-987. 1991.

PIEPADE, Ana. As manhas que a vida ensina à gente: a transgressão como estratégia de resistência. **Revista História Oral** - Associação Brasileira de História Oral, v. 18, n. 2, pp. 259-282, jul/dez. 2015.

PINTO, José Vandério Cirqueira. Desconstruindo a “cidade dormitório”: centralidades e espaços intra-urbanos de Aparecida de Goiânia. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 08, nº16, p. 45-59, 2009.

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio, 2009**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>> Acessado em: 15 de setembro de 2014.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. Jovens trabalhadores e a escola noturna. *In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin (org). Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade.* Goiânia: Editora da UCG, 2008a.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. **Mediação familiar em processo:** formação de jovens estudantes do ensino superior. 2008. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, 2008b.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira; GUIMARÃES, Maria Teresa Canezin. Jovens mulheres em processo de formação no curso de pedagogia: representações sociais instituintes da profissão. **Revista Educativa.** Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 17, n. 1, pp. 53-74, jan/jun. 2014.

RENARDA, Ava. **O caráter multifacetado da pobreza:** a relação entre concepção e intervenção. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2007.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. Os pobres na Idade Média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas.** Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, pp. 1-9. 2009.

RIBEIRO, Darcy. **Os Brasileiros. Livro I - Teoria do Brasil.** 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Grande dicionário unificado da Língua Portuguesa.** São Paulo: DCI, 2010.

RIZZINI, Irene. **O século perdido:** raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

ROURE, Glacy Queiroz de. **Juventude, tempo das tribos e as torcidas organizadas.** Revista Educativa. Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), Goiânia, v. 14, n. 1, pp. 155-167, jan./jun. 2011.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza - economia política da distribuição de renda.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** São Paulo: HUCITEC, 1982.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004a.

SCHWARTZMAN, Simon. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo.** São Paulo: Augurium Editora, 2004b.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras: origens e curiosidades da Língua Portuguesa.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

SIMONE, Nilda. **Um olhar sobre Aparecida: história e cultura.** Goiânia: Kelps, 2014.

SOBRINHO, Raimundo Arruda. **O Condicionado - posts de 22 de Fevereiro de 2011.** Disponível em: <https://twitter.com/o_condicionado> Acessado em: 28 de dezembro de 2015.

SOUZA, Adriano Mohn. O discurso do empreendedorismo para jovens trabalhadores. *In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin (org.). Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade.* Goiânia: Editora da UCG, 2008.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. **Sociologia da violência e do controle social.** Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2010.

SOUZA, Maria Ester. **Apropriação de áreas públicas em Aparecida de Goiânia: uso, abandono e gestão da cidade atual.** 2014. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SUS, Portal da Saúde. **Aparecida de Goiânia (GO) recebe nova Unidade de Pronto Atendimento.** Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/cidadao/principal/agencia-saude/18734-aparecida-de-goiania-go-recebe-nova-unidade-de-pronto-atendimento>> Acessado em: 25 de dezembro de 2015.

TEDESCO, Juan Carlos. **Sociologia da Educação.** 4ª ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: afinal, de que se trata? **Revista USP.** São Paulo: USP, nº 37, pp. 34-45, mar/maio. 1998.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania.** São Paulo: USP, 2001.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. **Caderno CRH.** Salvador: UFBA, vol. 6, nº 19, pp. 8-21, jul/dez. 1993.

VALLS, Álvaro. **O que é ética?** São Paulo: Brasiliense, 1994.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. **Economia do crime.** Porto Alegre: AGE, 2006.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão deve saber sobre habitação.** São Paulo: Global Editora, 1986.

WALL, Ed. **Desenho Urbano.** Porto Alegre: Bookman, 2012.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 13ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ZALUAR, Alba. **Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. São Paulo: Editora FGV, 2004.

ZANDONAI, Cristiane Oliveira. **A pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre**. 2005. 131 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS JOVENS

Este questionário foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito da realidade sociocultural do jovem. Responda-o com sinceridade. Para responder, marque com um X.

Número do Questionário: _____

1 - Sexo:

() masculino () feminino

2 - Idade:

() 18 anos

() 19 anos

3 - Como você se considera:

() negro

() pardo

() branco

4 - Territoriedade

4.1- Onde você nasceu? _____

4.2 - Em que estado? _____

Questões 4.3: para quem veio de outro lugar para a cidade onde mora:

4.3 - Por que veio para a cidade onde mora?

() para estudar () para tratamento de saúde

() para trabalhar () motivos familiares

() outros _____

Para todos responderem

4.4 - Em que cidade/município você mora? _____

4.5 - Há quanto tempo mora nessa cidade?

- () menos de um ano () de três a cinco anos
() de um a dois anos () mais de cinco anos

4.6 - Em que bairros (e município) você já morou?

a) _____

Em que ano: _____

b) _____

Em que ano: _____

c) _____

Em que ano: _____

d) _____

Em que ano: _____

4.7 - Cite dois aspectos em ordem de importância que você mais gosta em seu bairro?

a) _____

b) _____

4.8 - Cite dois aspectos em ordem de importância que você menos gosta em seu bairro?

a) _____

b) _____

4.9 - Você costuma frequentar outros bairros? Quais? Com que frequência?

5 - Família

5.1 - Estado civil:

- | | |
|-------------------------------------|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> solteiro | <input type="checkbox"/> divorciado |
| <input type="checkbox"/> casado | <input type="checkbox"/> separado |
| <input type="checkbox"/> mora junto | <input type="checkbox"/> viúvo |

5.2 - Tem filhos?

- sim não

Questões 5.3 e 5.4 : só para os que têm filhos

5.3 - Quantos filhos você tem?

- | | |
|--------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> um filho | <input type="checkbox"/> três filhos |
| <input type="checkbox"/> dois filhos | <input type="checkbox"/> mais de três filhos |

5.4 - Enumere em ordem de importância quem cuida dos seus filhos

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> a mãe da(s) criança(s) | <input type="checkbox"/> o pai da(s) criança(s) |
| <input type="checkbox"/> os avós | <input type="checkbox"/> a babá |
| <input type="checkbox"/> os irmãos mais velhos | <input type="checkbox"/> ficam na creche |
| <input type="checkbox"/> os outros familiares | <input type="checkbox"/> outros _____ |
| <input type="checkbox"/> os vizinhos | |
| <input type="checkbox"/> ficam só | |

5.5 - Com quem você mora? Marque uma ou mais opções:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> sozinho | <input type="checkbox"/> com outra família |
| <input type="checkbox"/> com amigos | <input type="checkbox"/> no local de trabalho |
| <input type="checkbox"/> com o pai | <input type="checkbox"/> com a mãe |
| <input type="checkbox"/> com irmãos solteiros | <input type="checkbox"/> com irmãos casados |
| <input type="checkbox"/> com avô/avó | <input type="checkbox"/> com sobrinhos |
| <input type="checkbox"/> com tios | <input type="checkbox"/> com primos |
| <input type="checkbox"/> com o companheiro/a e filhos | |

6.8 - Tem carteira assinada?

sim não

6.9 - Aproximadamente, quanto você ganha por mês?

- nada
 de R\$ 200,00 a um salário mínimo
 um salário mínimo e meio
 dois salários mínimos
 dois salários mínimos e meio
 três salários mínimos
 três salários mínimos e meio
 mais de quatro salários mínimos

Questões 6.10 a 6.11: para os que não trabalham

6.10 - Se não trabalha, já trabalhou?

sim não

6.11 - Caso já tenha trabalhado, que tipo de trabalho você fazia?

6.12 - Há quanto tempo está sem trabalho?

- até 6 meses de um a dois anos
 de 6 meses a um ano mais de dois anos

6.13 - Quantas pessoas em sua casa trabalham ?

- uma pessoa quatro pessoas
 duas pessoas mais de quatro pessoas
 três pessoas

6.14 - Quantas pessoas colaboram com a despesa da sua casa?

- uma pessoa quatro pessoas
 duas pessoas mais de quatro pessoas
 três pessoas

6.15 - Enumere quem mais colabora com a despesa de sua casa em ordem de importância

- Eu
- pai mãe
- irmãos primos
- avô/avó tios
- ajuda do governo
- outros _____

6.17 - Você ajuda no sustento da família?

- sim não

6.18 - Se você ajuda, como?

- dou toda minha renda para a família
- ajudo com até metade da minha renda
- ajudo com mais da metade da minha renda
- ajudo de vez em quando

6.19 - Sua família recebe outros tipos de ajuda financeira? (por exemplo: bolsa-escola, vale-gás, bolsa-universitária, renda-cidadã, aluguel, etc.)

- Sim não

Qual? _____

6.20 - Qual é a renda da sua família?

- de R\$ 200,00 a um salário mínimo
- um salário mínimo e meio
- dois salários mínimo
- dois salários mínimo e meio
- três salários mínimo
- três salários mínimo e meio
- mais de quatro salários mínimo

6.21 - Qual o nível de instrução do seu pai?

- sem escolaridade
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio completo
- superior completo
- pós-graduação

6.22 - Qual o nível de instrução da sua mãe?

- sem escolaridade
- ensino fundamental incompleto
- ensino fundamental completo
- ensino médio completo
- superior completo
- pós-graduação

6.23 - Qual é a atividade profissional do seu pai?

6.24 - Ele está trabalhando?

- sim
- não

6.25 - Qual é a atividade profissional de sua mãe?

6.26 - Ela está trabalhando?

- sim
- não

7 - Aspectos educacionais

Para todos responderem:

7.1 - Até qual período você cursou na escola:

Ensino fundamental primeiro ano segundo ano terceiro ano
 quarto ano quinto ano sexto ano
 sétimo ano oitavo ano nono ano

Ensino médio primeiro ano segundo ano terceiro ano

Questões 7.2 a 7.3: para os que pararam de estudar

7.2 - quantas vezes, por quanto tempo em que série você parou de estudar?

- 1 vez. Quanto tempo? _____ Em qual série _____
 2 vezes. Quanto tempo? _____ Em qual série _____
 3 vezes. Quanto tempo? _____ Em qual série _____
 4 vezes. Quanto tempo? _____ Em qual série _____
 mais de 4 vezes. Quanto tempo? _____ Em qual série _____

7.3 - Quais os principais motivos que te levaram a parar de estudar?

7.4 - O que você mais gostava nas escolas em que você estudou?

7.5 - O que você menos gostava nas escolas em que você estudou?

7.6 - Por que você não voltou a estudar?

7.7 - Você pretende voltar a estudar?

7.8 - Você planeja fazer um curso superior

() sim () não

Qual? _____

8 - Ser Jovem

8.1 - Qual o meio que você mais utiliza para se manter informado(a) sobre os acontecimentos atuais? (marque apenas uma alternativa)

- () jornal escrito () jornal falado (TV)
 () jornal falado (rádio) () revistas (Veja, Isto é, etc.)
 () conversando com pessoas () pelos professores, na sala de aula
 () não tem se mantido informado () redes sociais
 () pelos coordenadores do Projeto Renascer – Missão Tocando as Nações

8.2 - Você participa de algum do agrupamento?

- () sindical. Qual? () esportivo
 () religioso () ambiental
 () associação de bairro () musical
 () partido político () comunidades virtuais
 () torcida organizada () dança
 () outros Quais? _____
 () não participo de nenhum grupo

8.3 - Enumere cinco atividades que você prefere fazer em seus momentos de lazer por ordem de importância:

- () visita a amigos/familiares () encontros religiosos
 () barzinho e *choperia* () passeio no *shopping*
 () cinema () teatro
 () danceteria () jogar futebol
 () vídeo games () assistir televisão
 () computador () passeios nos parques ou praças
 () eventos musicais () dormir
 () viagens nos finais de semana (chácaras, cidades próximas, etc.)
 () outros locais ou outras atividades. Quais? _____
 () não pratico nenhum lazer

8.4 - Como frequentemente você realiza essas atividades?

sozinho

em grupo. Qual? _____

8.5 - Em sua casa tem computador?

sim

não

8.6 - Você tem acesso à Internet?

sim

não

Em que local?

em casa

na *Lan House*

em cursos de formação

no trabalho

em casa de parentes e amigos

no projeto renascer (MTN)

pelo celular

8.7 - Como você aprendeu a utilizar os recursos do computador:

em casa

amigos

curso de formação

no trabalho

sozinho

APÊNDICE II - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS JOVENS

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Número de referência no questionário: _____

ESCOLA

1. Você gostava de ir a escola?
2. Em relação às escolas em que você estudou: como? Como se dava a escolha? Alguém te ajudava a escolher?
3. Quais os motivos que te levaram a parar de estudar?
4. Como era o seu relacionamento com os colegas de escola?
5. Como você se relacionava com os professores? E com coordenadores e diretores?
6. Você já teve dificuldades com alguma matéria escolar? Qual (ais)? Por quê?
7. Quais as disciplinas que você mais gostava?
8. Você acha que a escola o ajudou a pensar o seu futuro? Como?
9. Você acha que a educação escolar ajudou a melhorar a qualidade de vida de pessoas que você conhece? Como?
10. O que você esperava em relação aos estudos?
11. Tem algum momento muito importante de sua vida escolar que vale a pena lembrar? Qual? Como foi?
12. Como foi o seu aproveitamento na escola? (bons/maus resultados)
13. Você tem lembrança de alguma coisa negativa que aconteceu nas escolas em que você estudou? E positiva?
14. O que é importante para você na escola?
15. Você considera que as escolas em que você estudou tinham alguma atividades que agradassem aos jovens?
16. Você tinha/tem amigos na escola?
17. O que você aprendeu na escola tem lhe ajudado na sua relação com seus grupos de amigo, na sua igreja, na sua comunidade? De que forma?
18. O que você aprendeu na escola tem lhe ajudado na sua relação com os trabalhos que você desenvolve? Como?

19. Você acha que parar de estudar te prejudicou em alguma coisa? Ou não? Por quê?
20. Você pensa em voltar a estudar?
21. O que falta para você voltar a estudar?
22. Tem alguma lembrança marcante da época da escola?

FAMÍLIA

1. Fale do seu relacionamento com sua família, com os pais, irmãos, ou outras pessoas que façam parte de sua vida?
2. Sua família é importante na sua vida? Por quê?
3. Sua família influencia em suas escolhas?
4. Você acha que sua família espera alguma coisa de você?
5. Se você fosse definir sua família, o que diria?

SER JOVEM

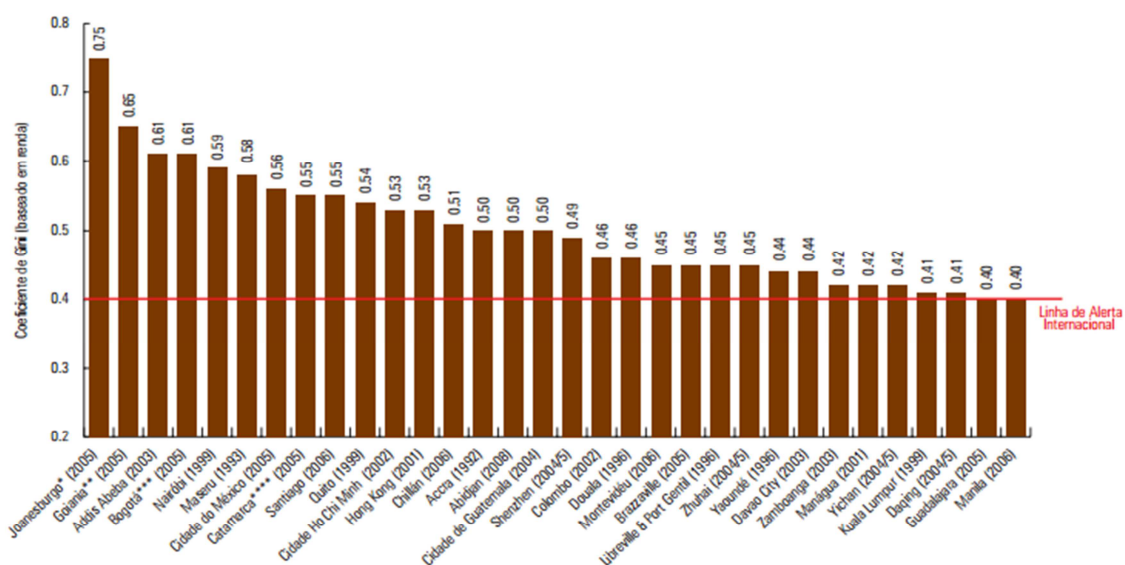
1. O que é ser jovem para você?
2. Você se considera jovem? Por quê?
3. Como você analisa a situação dos jovens de hoje?
4. Você se identifica com esse jovem de hoje? Por quê?
5. Você se relaciona com pessoas da sua idade, mais novas ou mais velhas? Por quê?
6. Das coisas que você faz no seu dia-a-dia, do que você mais gosta? Por quê?
7. O que menos gosta de fazer? Por quê?
8. O que você gostaria de fazer e não consegue ou não pode fazer? E por que não faz?
9. O que você gostaria de ter e não consegue ter ou não pode? (bem material)
10. Como você ganha o seu dinheiro?
11. Em que você gasta o seu dinheiro?
12. Onde os jovens da sua idade e que moram no seu bairro costumam se divertir? (noite/dia)
13. O que você pensa do seu bairro? O que você faz nele?
14. Quais lugares você frequenta? Quais você acha mais interessantes? Por quê?
15. O que você pensa sobre a sua "cidade"?

16. Você frequenta o centro de Goiânia ou de Aparecida de Goiânia? Para fazer o que?
17. Como é vida dos jovens no seu bairro?
18. Fale um pouco de seus medos e de seus desejos
19. Você tem planos para o futuro? Quais?
20. Como você pretende realizar os seus planos?
21. Quais os pontos positivos e negativos para a realização de seus planos?

TRABALHO

1. Você tem uma profissão? Qual?
2. Onde e com quem você aprendeu a fazer o seu trabalho?
3. O que você aprendeu na escola tem ajudado na sua relação com seu trabalho? Como?
4. O seu trabalho exige escolaridade?
5. Teve outros empregos antes? Perdeu o emprego? Por quê? (que tipos de trabalhos teve na vida?)
6. Já participou de algum programa de preparo para o trabalho? Ex: PET, Agente Jovem, Pró-jovem, Gente Cidadã...
7. Já fez cursos profissionalizantes? Qual e onde? O que achou desses cursos?
8. Como é seu trabalho? Sua carga horária? Como vai para seu trabalho? Quanto tempo gasta?
9. O que você pensa de ser jovem e já ser trabalhador?
10. Você está satisfeito com seu trabalho? Por quê?
11. Qual o sentido do trabalho para você? O que você acha do trabalho na sua vida?
12. O que você espera para seu futuro enquanto trabalhador?
13. Este trabalho atual vai ajudar você no futuro?
14. Você teve alguma dificuldade financeira?

ANEXO I - FIGURAS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES



*Além de outras sete cidades da África do Sul: East London (0,75), Bloemfontein (0,74), East Rand (0,74), Pietermaritzburg (0,73), Pretória (0,72), Port Elizabeth (0,72), Durban (0,72) e Cidade do Cabo (0,67).

** Além de outras seis cidades brasileiras: Fortaleza (0,61), Belo Horizonte (0,61), Brasília (0,60), Curitiba (0,59), Rio de Janeiro (0,53) e São Paulo (0,50).

*** Além de outras três cidades da Colômbia: Barranquilla (0,57), Cali (0,54) e Medellín (0,51).

**** Além de outras duas cidades da Argentina: Buenos Aires (0,52) e Formosa (0,44).

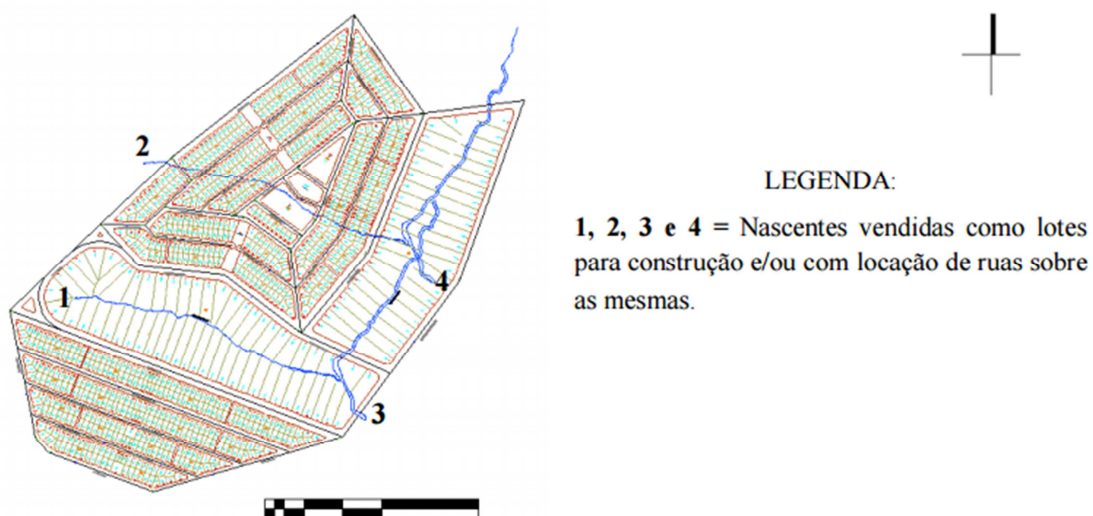
Figura 01 – cidades e a desigualdade social no mundo em desenvolvimento
Fonte: ONU (2010)



LEGENDA:

- 1 - Mapa parcial do Setor Buriti Sereno com APMs.
- 2 - Igreja em construção na APM 1 (Fotografada em março de 2013).
- 3 - Imagem de satélite das APMs com localização da Igreja.

Figura 02 – Área Pública Municipal (APM) ocupada no Setor Buriti Sereno
Fonte: SOUZA (2014)



LEGENDA:

- 1, 2, 3 e 4 = Nascentes vendidas como lotes para construção e/ou com locação de ruas sobre as mesmas.

Figura 03 – parte do loteamento do Setor Buriti Sereno
Fonte: SOUZA (2014)

BURITI SERENO GARDEN

- Moderno projeto de Urbanização;
- Todas as ruas e largas avenidas já abertas;
- Várias praças distribuídas pelo loteamento;
- Luz elétrica em todos os lotes.

LOCALIZAÇÃO:

- Região Sudoeste, bem próxima do centro da cidade;
- Você pode construir de imediato;
- Ponto de ônibus no loteamento

LEONARDO RIZO

A felicidade está à venda.

Figura 04 – Panfleto (frente) de divulgação do loteamento Buriti Sereno da década de 1970
Fonte: acervo pessoal

Dinheiro serve é prá isso mesmo.
Comprar tranquilidade, segurança, estabilidade, enfim comprar a felicidade. E agora ela está à venda, em suaves prestações mensais, através do Buriti Sereno Garden.

Um loteamento que tem a tradição da família Coimbra Bueno.

Pioneiros de Goiânia, responsáveis pelos lançamentos de bairros nobres da cidade, como: Setor Coimbra, Setor Bueno e Cidade Jardim.

Isso significa solidez e valorização para o lote que você vai comprar no Buriti Sereno Garden.

Afinal, esse loteamento é incomparável: Pela sua espetacular localização, na região sudoeste, a poucos minutos do centro.

Pelo seu moderno projeto de Urbanização, com ruas e avenidas largas, praças e energia elétrica.

É o melhor investimento que você pode fazer.

200 mil mensais

4ª etapa

BURITI SERENO GARDEN

A felicidade está à venda.

Figura 05 – Panfleto (verso) de divulgação do loteamento Buriti Sereno da década de 1970
Fonte: acervo pessoal

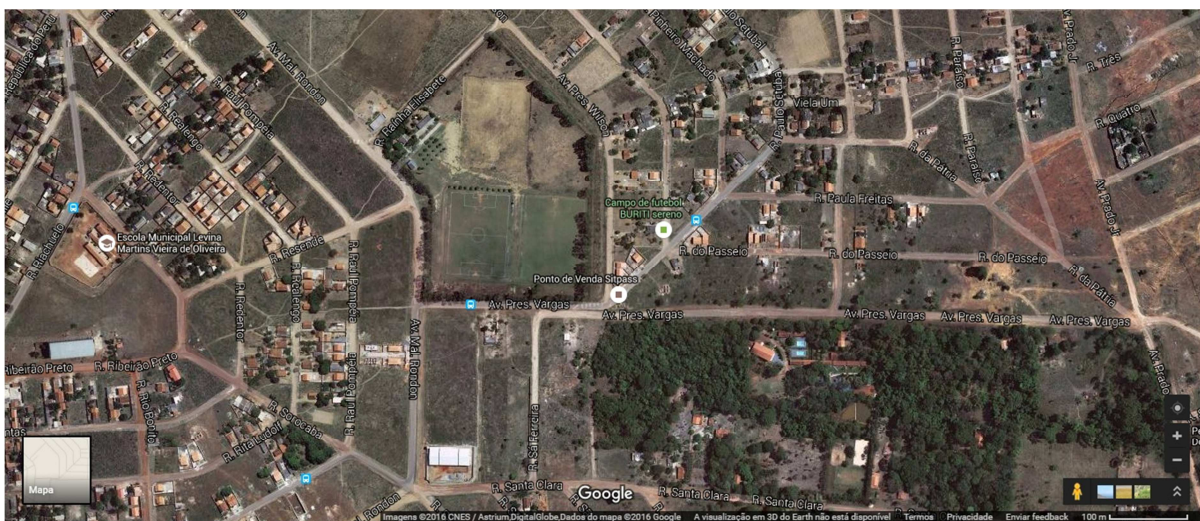


Figura 06 – visão aérea do Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: google maps

ANEXO II - FOTOS DO SETOR BURITI SERENO 3ª ETAPA



Foto 01 – ruas do Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 02 – ruas do Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 03 – ruas do Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 04 – casas no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 05 – casas no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 06 – casas no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 07 – asfalto que liga o anel viário ao Setor Buriti Sereno
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 08 – campo do Goiás no Setor Buriti Sereno
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 09 – CMEI em construção no Setor Buriti Sereno
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 10 – Escola Municipal no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 11 – Igreja em construção no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 12 – ITEGO em construção no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 13 – UPA/UBS no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 14 – campos de futebol de terra no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 15 – placa de endereço no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)



Foto 16 – placa de endereço no Setor Buriti Sereno 3ª etapa
Fonte: acervo pessoal (foto tirada em maio de 2016)